UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARTES, ARQUITETURA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

ISADORA DE MOURA E SOUZA

A CRIMINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE *O ESTADO DE S. PAULO*

BAURU
2015

ISADORA DE MOURA E SOUZA

A CRIMINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE *O ESTADO DE S. PAULO*

Monografia apresentada como exigência à conclusão do curso de graduação em Comunicação Social: Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Caro José Napolitano, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Bauru - SP.

BAURU

2015

ISADORA DE MOURA E SOUZA

A CRIMINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE *O ESTADO DE S. PAULO*

Monografia apresentada como exigência à conclusão do curso de graduação em Comunicação Social: Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Caro José Napolitano, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Bauru - SP.

BANCA EXAMINADORA

_____

Carlo José Napolitano

_____

Célio José Losnak

_____

Ana Cristina Consalter Amôr

Bauru, _____ de _____ de 2015.

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento mais carinhoso aos meus pais, que me possibilitaram chegar onde estou e ter o conhecimento que tenho hoje, e poder afirmar, com segurança, que inicio uma nova fase da vida, encerrando esse ciclo com sentimento de dever cumprido;

A minha gratidão às irmãs de coração Juliane e Camila, que sempre acreditaram em mim e em tudo que eu podia alcançar, mesmo que eu me esquecesse;

Meu agradecimento à Gabi, que meu a mão não só no momento de finalização desse trabalho, mas também durante nossa jornada universitária;

Meu sincero agradecimento ao professor Napolitano, que me assistiu e me orientou não só na realização desse trabalho final de curso, mas durante todo meu percurso acadêmico e evolução profissional;

Agradeço à professora Mayra por reservar um espaço tão especial a cada um dos alunos no seu coração e pela disposição em nos dar suporte em nossos obstáculos acadêmicos;

Agradeço à professora Sueli pela solicitude, prossionalismo e competência, que me ajudou com uma parte muito importante desse trabalho;

Agradeço aos professores Max e Juarez por me auxiliarem a construir uma visão de mundo mais crua e realista, sem, ainda assim, perder a esperanla de transformação e a crença no jornalismo;

Agradeço ao professor Célio pelo tempo em que fiz parte do grupo de estudos de história e imprensa, e que tanto me foi útil para minha bagagem intelectual e para uma compreensão mais global do jornalismo e sua relação com a História.

Ao meu pai e à minha mãe, à Mi e à Vó,

e minhas duas mães de coração, Cássia e Marilde

RESUMO

Essa monografia tem por objetivo verificar se a cobertura jornalística impressa do jornal *O Estado de S. Paulo* atuou como instrumento de criminalização das manifestações de junho de 2013, observada a precária atuação da mídia tradicional que ora desmoralizou os protestos, ora deslocou o eixo das discussões das demandas sociais e fatores políticos para o "modo de agir" dos manifestantes. Busca-se compreender, mais amplamente, a criminalização dos movimentos sociais pela mídia, fenômeno já notado por autores como Batista (2014), Bortolozzi Júnior (2008), Adissi (2011), Martins (2007) e Foscarini (2014), bem como sumarizar os mecanismos e conceitos que podem contribuir para o entendimento do assunto.

SUMÁRIO

Introdução *9*
1. Contextualização *15*
1.1 Legalista, mas não muito: O Estado de S. Paulo *15*
1.2 Um movimento social (ou vários): As Jornadas de Junho *19*
1.3 *Criminoso é o sujeito a quem se aplicou, com sucesso, o rótulo de criminoso 22*
1.3.1 Considerações iniciais *22*
1.3.2 A mídia tem culpa no cartório 2*5*
2. Métodos e Técnicas *28*
2.1 Análise de conteúdo *28*
2.2 Descrição dos procedimentos *28*
3. Análise Quantitativa *33*
3.1 Considerações iniciais *33*
3.2 Resultados gerais *34*
3.3 Detalhamento dos resultados *36*
3.3.1 Gênero informativo *36*
3.3.2 Gênero interpretativo *44*
3.3.3 Gênero opinativo *46*
3.3.4 Demais gêneros *48*
3.4 Editoriais *48*
3.4.1 Resultados gerais *48*
3.4.2 Resultados detalhados *48*
4. Análise Qualitativa *55*
4.1 Considerações iniciais *56*
4.2 A criminalização de movimentos sociais é real e quantificável *56*
4.3 Detalhamento dos resultados *58*
5. Considerações finais *64*
Referências bibliográficas *67*
Anexos *70*

Introdução

A "voz das ruas" contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na capital paulista, no decorrer do mês de junho de 2013, surpreendeu os governantes e a mídia tradicional, que se viu desnorteada diante da complexidade de uma nova geração de movimentos urbanos. Os manifestantes de junho soltaram a voz inicialmente, afinados pelo Movimento Passe Livre (MPL), em protesto à alta do bilhete de R$3,00 para R$3,20.

Durante a primeira fase dos protestos, houve uma pauta central e uma articulação bem orquestrada pelo MPL, desde o primeiro ato, no dia 3, até a revogação do aumento, no dia 19. Uma nova fase das passeatas começou a se desenhar depois da intervenção violenta da Tropa de Choque paulistana, nos atos dos dias 13 e 15, o que fez o protesto passar de milhares de participantes para centena de milhares deles, chegando a 250 mil adesões no ato do dia 17. A partir daí, os atos se expandiram para mais cidades e diminuíram em número de participantes, indicando uma distribuição geográfica e uma descentralização de suas demandas. Percebe-se a diversidade dos personagens presentes nas jornadas de Junho e a natureza complexa de seus discursos: dividiam o palco integrantes sem posicionamento político definido, setores de esquerda e de direita, setores apartidários e grupos ligados à prática da desobediência civil, como os *Black Blocks.*

A partir da observação da cobertura jornalística de noticiários televisivos e de jornais impressos como o tradicional *O Estado de S. Paulo,* observou-se a proeminência da mídia como um instrumento de análise de conflitos sociais (BATISTA, 2014) e, desde então, evidenciou-se a necessidade de debater o papel do jornalismo na formação da opinião pública e sua responsabilidade frente à atual despolitização dos debates promovidos pelas empresas de comunicação.

A grande mídia ora deslegitimava os protestos – deslocando o foco de abordagem do conflito social em ebulição para o modo de agir dos manifestantes, em uma discussão debilitada e repetitiva a respeito da natureza vândala ou pacífica dos participantes –, ora manobrava a situação como crítica ao Governo Federal, em

assuntos pertinentes, pelo menos em um primeiro momento, à instância estadual e municipal.

Com base na atuação da mídia tradicional, esta pesquisa parte da compreensão de que ela é um dos mais influentes instrumentos de análise de conflitos sociais (BATISTA, 2014), tendo em vista que a grande imprensa, como o jornal diário impresso *O Estado de S. Paulo*, ainda tem papel central e determinante no agendamento de temas na esfera pública e na formação de opinião (LIMA, 2013), sem, logicamente, negligenciar as inovações tecnológicas e suas consequências para a atividade jornalística e a difusão de informação, bem como a inegável articulação e mobilização humana possibilitada pelas redes sociais.

Os pesquisadores consultados (BATISTA, 2014; BORTOLOZZI JÚNIOR, 2008; ADISSI, 2011; MARTINS, 2007; FOSCARINI, 2014) investigam, exclusivamente, o fenômeno da criminalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tanto pelo discurso formal do Estado, ou seja, o código penal, quanto pelo discurso informal ou midiático. Percebeu-se, a partir da revisão literária, a carência de pesquisas relativas aos demais movimentos sociais, principalmente àqueles articulados por intermédio da internet e pautados por demandas de serviços públicos e direitos individuais, como observa Gohn (2007).

Os autores concordam que a cobertura jornalística se inclina a criminalizar os conflitos sociais, nos casos analisados. Eles diferem quanto ao recorte teórico escolhido para problematização, que passa pela noção de estigmatização, de Erwing Goffman, da aplicação do rótulo de criminoso a setores da sociedade (MARTINS, 2007, FOSCARINI, 2014); pela mídia como forma de poder e sua relação com a ideologia hegemônica (ADISSI, 2011); pelas teorias criminológicas do Direito e a reprodução do discurso do sistema penal pela mídia, constituindo um duplo processo de criminalização (BATISTA, 2014; MARTINS, 2007); Bortolozzi Júnior (2008) prevê, inclusive, os efeitos da criminalização, entendendo-a como entrave à consolidação de direitos fundamentais. É relevante observar, ainda, que mesmo que as abordagens dos autores difiram entre si, elas convergem no que diz respeito às conclusões, apontando a despolitização dos debates como principal consequência da criminalização de conflitos sociais pela mídia.

Esta monografia parte da hipótese de que o fenômeno de criminalização tem mecanismos que, analogamente, se repetem na cobertura das manifestações de Junho de 2013 e responde à pergunta: “A cobertura jornalística impressa do jornal *O Estado de S. Paulo* atuou como instrumento de criminalização das manifestações de junho de 2013?”

Busca-se, com essa questão, entender o papel das empresas jornalísticas na formação da opinião pública, uma vez que Augusti (2010) explica que o campo jornalístico pode ser descrito a partir de dois pólos: "o polo positivo é o ideológico, em que o jornalismo é definido como um serviço público que fornece informações para o exercício da cidadania, defendendo os cidadãos de abusos de poder", enquanto o jornalismo como negócio e as notícias como mercadoria formam o polo negativo, no qual existe uma obsessão pelo lucro, o que diminui os valores ligados à ideologia profissional. Para esse autor, “os jornalistas exercem influência ativa na construção das notícias nas mais diversas etapas de sua produção e, dessa forma, atuam também ativamente na construção da realidade” (AUGUSTI, 2010, p. 2).

Portanto, torna-se impossível investigar uma cobertura jornalística sem levar em conta, para a construção de uma discussão crítica e relevante, as relações de interesse, poder e de construção da realidade intrínsecos à prática jornalística. Nesse sentido, Sousa (2014) entende a notícia como um *produto* que deriva de uma função de forças muito distintas, tais como “forças pessoais, sociais, ideológicas, culturais, históricas, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos que intervêm na sua produção e através dos quais são difundidas”, bem como uma *produtora* de efeitos cognitivos e comportamentais sobre os consumidores, que os negociam com outros consumidores e, por fim, com a sociedade.

Assim, levando em conta que há "um certo consenso científico na aceitação da ideia de que as notícias não refletem a realidade social mas, antes, ativamente a constroem” (CORREIA, 2011), nota-se a colaboração da presente investigação para o corpo de estudos sobre Comunicação Social.

É válido ressaltar, ainda, a carência de levantamentos sobre o tema na área da Comunicação Social, uma vez que Adissi (2011) aponta que 80% das pesquisas sobre movimentos sociais se concentram na área das Ciências Jurídicas e, 90% dos estudos sobre criminalização se debruçam sobre o Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra (MST), o que denota, claramente, a necessidade de pesquisa sobre os demais movimentos sociais. Além disso, a discussão do papel central da mídia tradicional na formação de opinião em meio às novas mídias digitais é de extrema relevância para a fase atual em que se encontra o jornalismo, assim como a mobilização de recursos humanos via redes sociais marca um novo momento na organização das demandas e movimentos sociais, o que impõe a realização de novas pesquisas. Por fim, o tema da criminalização é de suma importância devido à proeminência da mídia como instituição social capaz de interferir na realidade social, na democracia, na formação de opinião pública, no rompimento de preconceitos e estigmas, e de transformação social.

Com base nos aspectos levantados, o objetivo da presente monografia é verificar, por meio da análise de conteúdo, se a cobertura realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* criminalizou as manifestações de junho de 2013, bem como entender os conceitos que se escondem por trás da criminalização de movimentos sociais pela mídia e investigar o papel de jornais tradicionais como *O Estado de S. Paulo* no atual contexto de transformação do jornalismo pela chegada das novas tecnologias de informação. Busca-se, ainda, compreender a nova geração de movimentos sociais a partir da complexidade das manifestações de Junho de 2013 e fomentar o debate do papel do jornalismo na esfera pública e na democracia e sua atual despolitização como instrumento de análise de conflitos sociais.

Segue-se a essa introdução o capítulo I, Contextualização, que analisa mais detidamente três aspectos fundamentais da problemátixa proposta: os protestos em si mesmos, a política editorial do *Estadão*, e, por fim, o fenômeno da criminalização de movimentos sociais e as abordagens possíveis para compreensão deste. É feito um levantamento mais detalhado da cronologia dos protestos e os sujeitos presentes em cada uma de suas fases, distintas ideológica, geográfica e socialmente. Busca-se compreender a história do jornal e a linha editorial de *O Estado de S. Paulo*, sistematizada no Código de Conduta e Ética do Grupo Estado e no Manual de Redação e Estilo do Estadão, cujas leituras fornecem argumentos que colaboram para a interpretação dos dados coletados.

O capítulo II, Métodos e Técnicas, por sua vez, traz a descrição da metodologia escolhida para atingir os objetivos da pesquisa, passando por

referências brasileiras e pela pesquisadora francesa Bardin, cuja importância requer uma breve discussão a respeito de seu papel na ampliação e implementação da análise de conteúdo como método autônomo, eficaz e reconhecido no universo científico. Descreve-se, ainda, a trajetória percorrida desde as revisões de literatura mais iniciais, as buscas no acervo do *Estadão* e posterior sistematização e categorização do material encontrado. Explicita-se as preferências metodológicas que motivaram a escolha do mês de junho como recorte temporal e a escolha dos editoriais como unidades de análise e como amostra mais representativa para investigar a cobertura do *Estadão*, dentro da totalidade de notas, notícias, análises e artigos encontrados, que, de alguma forma, se ligavam à temática dos protestos.

Prosseguindo, o capítulo III, Análise Quantitativa, é o primeiro em que dados concretos e quantificáveis, provenientes das buscas no acervo do jornal, começam a ser expostos e aparecem sistematizados em tabelas e gráficos. Este item é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa pois nele estão reunidas e classificadas todas as unidades de texto referentes às manifestações encontradas no *Estadão*, mais especificamente, nas 30 edições analisadas. Antes da apresentação do material, faz-se uma breve ressalva sobre a controversa questão dos gêneros e formatos jornalísticos, matéria não consensual no universo de pesquisas sobre jornalismo. Localizou-se 417 unidades de texto ligadas ao tema dos protestos, sendo que o gênero informativo foi o que contou mais resultados, seguido do gênero opinativo, que contém os editoriais, selecionados como as unidades de interesse para o capítulo IV, de que consta a Análise Qualitativa.

É no quarto capítulo que as tabelas e gráficos do item anterior são analisadas em profundidade, possibilitando interpretações que conduzem à comprovação de que o fenômeno da criminalização de movimentos sociais também pode ser encontrado na cobertura jornalística de *O Estado de S. Paulo*, o que abre espaço para diversas observações e a confirmação dos objetivos da presente pesquisa. Nesse capítulo, observa-se que o diário impresso se comporta de uma determinada forma enquanto as manifestações se filiam à pauta do Movimento Passe Livre (MPL) e de outra forma completamente distinta quando a volta da tarifa ao valor inicial é conquistada e os protestos continuam com pautas ampliadas e difusas, e sem

coordenação do MPL, além, obviamente, de outros fatores que colaboram para a mudança na cobertura do mais antigo jornal paulista em circulação.

O capítulo V, Considerações Finais, resume os principais resultados alcançados na investigação proposta e, no final deste documento, encontram-se anexados os 18 editoriais utilizados na análise qualitativa, precedidos pela listagem de referências bibliográficas.

1. Contextualização

1.1 Legalista, mas não muito: *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo é o jornal mais antigo da cidade de São Paulo ainda em circulação, e representa a célula-mater da empresa Grupo Estado, detentora também das marcas Rádio Eldorado, Jornal da Tarde, Agência Estado, OESP-Mídia, OESP-Gráfica, Broadcast e, mais recentemente, o portal *estadao.com.br*, no qual estão reunidos todos os produtos do Grupo Estado.

Atualmente, o *Estadão* é o 4º maior jornal impresso em número de tiragens em nível federal e o 2º maior em nível estadual, como mostra a figura 1.

CIRCULAÇÃO DE TÍTULOS FILIADOS AO IVC - (MIL EXEMPLARES)
IVC - AUDITED NEWSPAPERS CIRCULATION

		MÉDIA POR EDIÇÃO			2013		
JORNAL	CIDADES	2011	2012	2013	2ª-F	3ª-F A SÁB	DOM
SUPER NOTÍCIA	BELO HORIZONTE	300,2	306,5	302,5	314,4	298,7	309,7
FOLHA DE S.PAULO	SÃO PAULO	297,2	298,1	294,8	293,7	290,6	317,2
O GLOBO	RIO DE JANEIRO	264,1	267,5	267,5	238,9	257,5	346,2
O ESTADO DE S.PAULO	SÃO PAULO	254,2	241,5	234,9	225,4	230,9	263,9
EXTRA	RIO DE JANEIRO	238,6	233,2	225,7	191,0	203,7	370,1
ZERO HORA	PORTO ALEGRE	188,0	186,1	183,8	177,9	174,6	236,2
DAQUI	GOIÂNIA	151,7	171,0	162,0	156,3	163,2	
DIÁRIO GAÚCHO	PORTO ALEGRE	167,1	165,8	159,5	159,5	159,5	
CORREIO DO POVO	PORTO ALEGRE	151,5	150,3	140,2	139,8	140,5	139,1
MEIA HORA	RIO DE JANEIRO	149,4	136,0	125,2	157,7	128,0	78,7
O AMARELINHO	SÃO PAULO	86,0	96,7	95,3			95,3
AGORA SÃO PAULO	SÃO PAULO	96,0	95,4	95,9	93,0	91,1	122,6
DEZ MINUTOS	MANAUS	96,3	95,4	89,6	94,5	89,2	3,1

Figura 1. Quantidade de tiragens, em mil exemplares (midiadados, 2013)

A história do Estadão começa na época do Brasil Império, em 1875, quando um grupo de 16 pessoas lideradas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense encabeça a criação de um diário com ideiais republicanos sob o nome de *A Província de S. Paulo,* que só viria a se tornar *O Estado de S. Paulo* em 1890, já na República, após a nova nomenclatura.

Lê-se no portal do *Estadão* (www.estadao.com.br/historico/resumo/conti5.htm) que "editorialmente, o jornal sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado", ainda que em 1964 viesse a apoiar o golpe militar, por entender que a intervenção militar deveria ser transitória. Vale lembrar que a seção mais antiga do jornal é a Notas & Informações, na página A3, espaço destinado à publicação dos editoriais - opinião do editor e grupo que ele

representa - ferramenta que permite decodificar a postura editorial do *Estadão,* caracterizada, pelo conservadorismo político e liberalismo econômico.

No Código de Ética e Conduta do Grupo Estado, disponível para download no portal (estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf), nota-se como o Grupo Estado constrói seu *ethos* e como ele define tópicos fundamentais como "missão editorial", "linha editorial" e "princípios básicos" de conduta. O grupo explica que a missão editorial

> figura na declaração inaugural de propósitos de 4 de janeiro de 1875. No entanto, sensível às mudanças históricas e aos avanços da ética, o Grupo acrescentou ao compromisso com a democracia, a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade. Comprometido com os valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Grupo Estado está sintonizado com o presente e o futuro dos brasileiros, com a defesa de seus valores culturais, éticos e históricos e a preservação do seu patrimônio natural. Como grupo empresarial do setor de comunicação e informação, persegue a eficiência, a modernidade, a criatividade e a rentabilidade, pré-requisitos da sua independência informativa e editorial (GRUPO ESTADO, CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA, p. 3)

A linha editorial nada mais é do que o detalhamento da missão editorial da empresa, a partir da qual "o Grupo define suas crenças fundamentais, seus valores e princípios", sendo que "a linha editorial é a identidade do Grupo (...) é a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos, sempre fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração".

O tópico seguinte lista os dez "princípios gerais" da empresa e exige leitura mais cuidadosa, por trazer pontos fundamentais à presente pesquisa, motivo pelo qual grafou-se em itálico os pontos mais importantes de cada item. O item 1 explica que "O Grupo Estado defende o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com *um país economicamente forte e socialmente justo*", e a questão da justiça social é retomada no item 2, no qual o Grupo declara que "sente-se responsável pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, dando *coesão à sociedade civil*." Neste item, aparece fortemente o conceito sociológico que trabalha a questão de conformidade e desvio, e que vê a sociedade como um grande organismo no qual todos os componentes devem funcionar harmonicamente, de forma coesa, funcional e bem organizada. Os itens 3 e 4 declaram, respectivamente, que "o Grupo

Estado garante aos *setores minoritários* a manifestação de suas opiniões e condena editorialmente todo estereótipo racial, religioso, étnico e sexual" e que "defende editorialmente os *direitos* e as *liberdades individuais*, o *pluralismo democrático* e a identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo."

O item 5, em contrapartida, esclarece que o Grupo "*defende a prioridade do Direito sobre a força e a prioridade da ordem social sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações",* enquanto o item 6 aponta que o Grupo "defenderá os cidadãos das agressões de qualquer forma de poder e estimulará a livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana". Já os demais itens, por sua vez, esclarecem que

> 7) O Grupo Estado é uma organização que busca, processa e difunde informação com rigorosa obediência às exigências profissionais e éticas; 8) Os produtos do Grupo Estado estão abertos ao debate dos assuntos públicos e, independentemente de suas posições editoriais, defendem o pluralismo e a *diversidade de opiniões* (...); 9) A saúde econômica do Grupo Estado é pré-requisito da sua independência e condição imprescindível para a digna e justa retribuição aos seus funcionários, meio para manter e reforçar sua liderança no mercado. Por isso, entende que ganhar dinheiro com a informação, digna e corretamente, é rigorosamente, um dever ético. 10) As atividades informativas do Grupo Estado são realizadas com independência dos interesses da Companhia. (GRUPO ESTADO, CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA, p. 8-9)

Sobre a presença da opinião no jornal, Martins (1997, p. 204) esclarece que "o jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais", embora "o noticiário, por isso, deva ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal". Considerando que os jornais, geralmente, contêm três principais formas de opinião (a do editor, expressa no editorial; a dos jornalistas e colaboradores, expressa nas colunas, artigos e comentários; e a do leitor, expressa em espaços destinados a esse fim) o manual assevera que

> para oferecer ao leitor maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em textos assinados, poderão expor suas opinião, nem sempre coincidentes com as do Estado. Em casos excepcionais, a a reportagens mais amplas ou delicadas se permitirá algum tipo de interpretação. É obrigatório, porém, que sejam submetidas à Direção da Redação (MARTINS, 1997, p. 204)

O manual veta, também, qualquer tipo de contaminação opinativa em textos de caráter informativo, alertando os redatores sobre a forma como os títulos devem

ser elaborados e postulando que "somente os títulos de editoriais, artigos ou comentários assinados poderão expressar opinião. Nos demais casos, e especialmente no noticiário, estão vetados esse tipo de título" (MARTINS, 1997, p. 286). O Grupo também se preocupa com o que é "moderno e eficiente na comunicação", conforme consta da apresentação da terceira edição do Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 1997).

> Os jornais, tanto quanto outras mídias, vivem momento importante em sua história, acossados por novos sistemas de difusão de informações, surgidos na esteira de uma revolução tecnológica que em uma década e meia mostrou que pode saber inúmeras formas de transmitir uma notícia de maneira tão eficiente, atrativa e rentável quanto a impressa em uma folha de papel. Como competir no mercado de informações contra sistemas que distribuem notícias para computadores em velocidade superior àquela alcançada pelo rádio e TV? (...) Os desafios não se esgotam. Eles se sucedem e não permitem que nenhuma publicação possa se considerar uma obra acabada. Tudo, como a linguagem, está em constante evolução (MARTINS, 1997, p. 6-7)

Tendo em vista os pontos expostos, observa-se que, teoricamente, *O Estado de S. Paul*o se propõe a representar o todo da sociedade e garantir espaço no púlpito de suas páginas a cada uma das vozes nela presentes - seja semelhante teoria uma pretensão ou maquiagem dos interesses políticos e dominantes que alicerçam a produção jornalística comercial.

Ainda que os itens do tópico “Princípios Gerais” pareçam dividir o mesmo peso e importância, cada um, na política editorial do diário, principalmente as ideias de garantia dos direitos fundamentais, pluralismo democrático e defesa da Constituição, em muitos momentos da cobertura analisada o que se vê é, curiosamente, a clara seleção de assuntos constitucionais que ganham a simpatia do jornal e pontos que passam despercebidos ou que despertam resistência e total negligência por parte do *Estadão*, denunciando que a postura “legalista” do diário impresso é mero recurso situacional.

Embora algumas mobilizações somassem, de fato, atentados à propriedade privada, ainda assim não se viu semelhante espaço na cobertura destinado a debates sobre a organização do espaço urbano e sobre os direitos reivindicados pelo Movimento Passe Livre (MPL), apenas um dos grupos que questionam, diuturnamente, a organização da cidade e as questões sociais dela emanadas.

1.2 Um movimento social (ou vários): As Jornadas de Junho

Há mais de uma significação possível para o termo movimento social. Ainda que exista uma distinção entre aquilo que se entende por movimento e aquilo que constitui um protesto, ela não dá conta da complexidade do problema. Melucci (1989) lembra que um movimento social é um fenômeno de opinião de uma massa que se considera lesada, e que se mobiliza em contato com as organizações que deveriam representá-la. A existência ou não de um movimento, no entanto, está condicionada a diversos fatores, sejam eles situacionais ou estruturais, e não são senão muito particulares e complexos no que diz respeito à compreensão de sua natureza. Distinções podem ser feitas entre a noção de *movimentos* (forma de opinião de massa), *organizações de protesto* (forma de organização social) e *eventos de protesto* (formas de ação).

Desse modo, meramente com o efeito de explicitar a linguagem adotada na presente pesquisa, diferencia-se: o Movimento Passe Livre (MPL) como *movimento* autônomo e organizado, que se constituiu no decorrer de um processo que dura pelo menos 10 anos; os *protestos* como uma forma ou ferramenta de ação do MPL e que, após adesão de mais setores da sociedade, constituiu-se em palco de encontro de grupos não necessariamente estruturados e autônomos, mas unidos entre si em uma mesma forma de ação.

Vale lembrar, assim, que a onda de protestos contra o custo do bilhete não foi uma explosão repentina, mas antes um resultado daquilo que se iniciou em agosto de 2003, quando um protesto em Salvador/BA, conhecido como "Revolta do Buzu" , iniciou o processo que consolidaria um movimento social autônomo, horizontal e apartidário (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 23), que entende o sistema de transporte coletivo como ponto nodal da estrutura social urbana. O movimento busca a reapropriação do espaço urbano, usando, como método, a ocupação das ruas como "arma para sua própria retomada", como aconteceu em São Paulo durante o mês de junho de 2013, quando "o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos" (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 25). Entre as pautas do movimento figuram a revogação de aumentos de passagem, a tarifa zero para estudantes e a tarifa zero para os demais setores da sociedade.

Em maio de 2013, já é possível encontrar relatos, na imprensa alternativa, de mobilizações ocorridas na cidade de Natal-RN e Goiânia-GO. Há menção, também, especificamente na Revista *Fórum*, a um protesto do Movimento Passe Livre em 3 de junho, um dia após o aumento da passagem de ônibus, trem e metrô de São Paulo-SP. Os protestos na capital paulista se estendem pelos dias 6, 7, 11, 13, 15 e 17.

Os protestos dos dias 3, 6, 7 e 11 seguiram a tradicional capacidade de arregimentação do Movimento Passe Livre, mobilizando entre 2 e 5 mil pessoas (SECCO, 2013, p. 126). A repressão policial nos atos do dia 13 e 15 desencadearam uma onda de solidariedade ao movimento, que chega a 250 mil participantes no ato do dia 17.

> Na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada no gráfico anterior resultou da ação policial. O ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de "classe média" pode ter facilitado a solidariedade ao movimento. Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra trabalhadores organizados, e sim sua apropriação pela imprensa (SECCO, 2013, p. 128)

Nos dias 18 e 19, respectivamente, acontecem a negociação com os governantes Haddad e Alckmin e a volta do valor da tarifa a R$3,00. No dia 20, o Movimento Passe Livre realiza o último ato, dessa vez em comemoração à revogação do aumento. Paralelamente, as jornadas se espalham geograficamente a partir da capital paulista e continuam a ocorrer, espalhadas por outros Estados e com pautas difusas, como mostram as figuras 2 e 3, em número de participantes. O maior ato na capital paulista foi no dia 17, enquanto, em nível nacional, o dia 20 somou o maior número de participantes dispersos pelo Brasil.



Figura 2. Número de manifestantes em milhares em São Paulo - junho de 2013 (SECCO, 2013, p. 127)

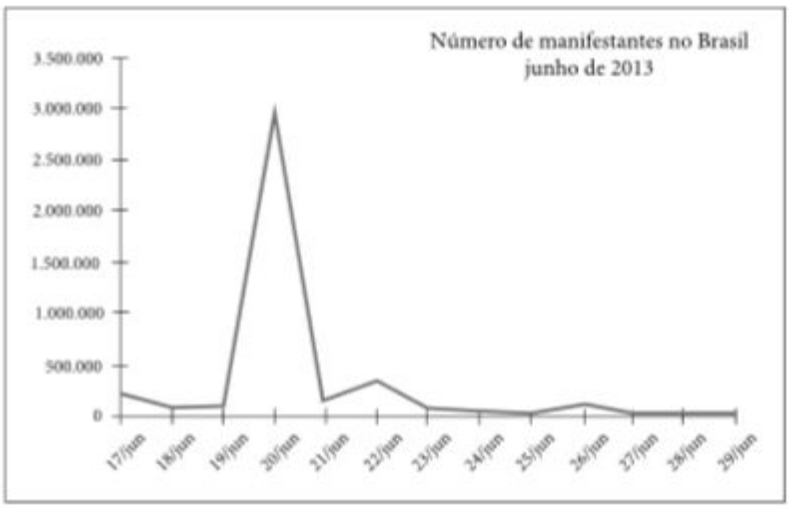


Figura 3. Número de manifestantes no Brasil - junho de 2013 (SECCO, 2013, p. 128)

O dia 20/06 foi marcado, também, pela adesão de diversos setores da sociedade, inclusive segmentos de extrema direita.

> Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário (SECCO, 2013, p. 128)

A segunda fase dos protestos acontece, majoritariamente, nos dias 22, 24, 26, 28 e 29 de junho. Vainer (2013, p. 62) observa que governantes, políticos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais "foram pegos de surpresa" pelas manifestações de massa, seja pela rapidez com que se espalharam, pela quantidade de pessoas que mobilizaram, seja pela diversidade de temas e problemas impostos à agenda política da sociedade.

1.3 "Criminoso é o sujeito a quem se aplicou, com sucesso, o rótulo de criminoso" (SANTOS, 2014, p. 17)

1.3.1 Considerações iniciais

A criminalização dos movimentos sociais no Brasil é um fenômeno histórico, facilmente observável na questão de luta por terras (ADISSI, 2011). Na maioria dos estudos encontrados durante a revisão bibliográfica, viu-se que as formas de ação de alguns movimentos sociais incluem ocupação de espaços públicos, impedimento de circulação em vias públicas, entre outras ferramentas empregadas para mobilizar as autoridades competentes para dar conta de suas necessidades. O que acontece, geralmente, é que o elemento da violência e desobediência civil presente no *modus operandi* de alguns grupos são usados, pela cobertura midiática, para desqualificar a totalidade do movimento social e personalizar a resolução do problema.

A criminalização é, antes de tudo, uma estratégia (ARGÜELLO, 2014, p.6), empregada para "garantir a contenção de desordens geradas pela exclusão social, desemprego em casa, imposição de trabalho precário e retração da proteção social do Estado", a partir da definição de *crime* e de *criminoso* e da aplicação bem sucedida deste último sobre determinados indivíduos. Para Bortolozzi Júnior (2008), abandonam-se as políticas sociais para deslocar-se a resposta Estatal para o sistema carcerário, configurando o que Argüello (2014) chama de "hipertrofia do Estado penal".

Observe-se que os autores falam em "setores marginalizados" e "excluídos socialmente". Não é aceitável, no entanto, que se faça o juízo errôneo de

que a presente monografia indique alguma associação entre criminalidade e movimentos sociais, ao recorrer a pesquisadores do Direito para explicar semelhantes mobilizações. Não se pretende, nessa discussão, adentrar na questão da criminalidade e na cobertura da violência e segurança pública pela mídia, ainda que tal assunto tangencie a questão dos movimentos sociais, e seja estudada em profundidade por autoras como Ramos e Paiva (2007).

O que há, antes, não é senão uma antecipação da mídia na apreciação dos movimentos sociais, o que se verifica, também, no tratamento dado à questão da criminalidade, ao imputar penas e relatar delitos antes mesmo que o próprio sistema penal o faça. A estrutura repressiva é a mesma nos dois casos, representada pela estigmatização dos indivíduos presentes nas questões sociais. Batista (2014) chega afirmar que há muito mais *notícias-delito* do que delitos propriamente ditos, e processados, de fato.

A respeito desse comportamento da mídia, Souto Maior (2013) entende que, desde que passou a ser admitida pela cobertura midiática, a questão social é tratada como "caso de polícia" e diz ainda que

> (...) é inconcebível, dado o avanço verificado a partir das mobilizações de junho, que se preserve quanto aos movimentos sociais a lógica refratária que fora suprimida nas ruas. Não é mais possível que se utilize, frente aos movimentos sociais, uma estrutura repressiva, que se concretiza com força policial, ataque midiático e fórmulas jurídicas (SOUTO MAIOR, 2013, p. 150)

É nesse ponto que reside a importância da mídia como instrumento de análise de conflitos sociais (BATISTA, 2014). Na briga entre *ethos profissional* (jornalismo como um serviço público, compromissado socialmente) e notícias como um produto (jornalismo não passa de mais uma empresa neoliberal e a informação é um produto que deve ser vendido o mais rápido possível), facilmente se vê que o primeiro sai nocauteado. Desse divórcio entre ideologia profissional e jornalismo-empresa resulta que o comportamento da mídia tradicional pouco ou nada vem contribuindo para a formação de um espaço público saudável e democrático de fato, com pluralidade de vozes, visões e com potencial transformador. Revela-se, aí, a séria dificuldade dos setores sociais dominantes "para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos", sendo que "muitas vezes [*os media*] reagem de forma

intolerante, tanto em termo de repressão como de explicação (SOUTO MAIOR, 2013, p. 151).

Como observado por Martins (2007), há várias abordagens explicativas do fenômeno da criminalização de movimentos sociais pela mídia. A maioria delas se concentra em vertentes sociológicas e criminológicas, e ambas convergem no que diz respeito à tendência da mídia em reproduzir o discurso da ordem e da lei, importado dos códigos penais, como forma de resolução dos conflitos sociais.

A sociologia se pronuncia através da teoria funcionalista de Durkheim, que trabalha a noção de conformidade e desvio, vendo a sociedade como um grande organismo harmônico. Nesse contexto, grupos desviantes representam desequilíbrio para o bom funcionamento da sociedade, e devem ser regulados. É justamente para exercer esse controle que existem o *controle institucionalizado*, o sistema penal, e o *controle difuso*, a mídia.

A mesma ideia é retomada nas teorias do Direito, com algumas distinções no conteúdo e na terminologia: o controle *institucionalizado* é chamado de controle *formal*, ao passo que o controle *difuso* é chamado de controle *informal*.Ao importar o discurso dos códigos penais, a mídia reproduz as mesmas falhas desses sistemas e incorre nos mesmos erros contidos neles, uma vez que esses discursos, por si só, não representam a melhor ferramenta para resolução de conflitos sociais. Argüello (2014) salienta que

> sob o enunciado da proteção ofertada aos “cidadãos de bem”, oculta-se a impotência dos governantes em face da catarse de conflitos e tensões aos quais eles não podem (ou não estão dispostosa) responder senão através de uma justificativa meramente retórica à opinião pública, criando uma falsa ideia de unidade diante de um inimigo interno personificado na figura do “outro”: selecionando entre os membros dos setores socialmente vulneráveis. (ARGÜELLO, 2014, p. 1)

Observam-se, ainda, duas vertentes de compreensão da criminalidade, conforme esclarece Santos (2014): a *teoria jurídica do crime* e a *teoria criminológica da criminalidade*. A primeira fala da imputação de penas a autores de fatos definidos como crimes, conforme princípios de interpretação e aplicação concreta codificados em leis penais. A segunda é uma ciência explicativa da criminalidade, que pretende substituir o Direito Penal como discurso oficial na imputação de penas, e aparece representada, a grosso modo, pelo *labeling approach* e pela Criminologia Crítica,

que defendem, a grosso modo, a ideia de que o comportamento criminoso não é uma realidade pré-existente, mas antes construída pelo sistema de justiça criminal.

O *labeling approach* desloca o objeto de estudo da criminalidade para a criminalização, ou seja, do comportamento desviante para mecanismos de controle social, e como eles se estruturam. A teoria do etiquetamento denuncia a criação para os indivíduos do status de *criminosos*, através de dois principais pilares "aplicadores" dessa etiqueta: o sistema penal é a agência criminalizadora legislativa e *formal*, e a mídia é a agência *informal* de comunicação social que reforça esses perfis sociais desviantes. A Criminologia Crítica, por sua vez, supera o *labeling approach* ao considerar, na questão, o elemento norteador e fundante de tal etiquetamento: a seleção criminalizante, ou, em outros termos, os elementos que constroem a noção de criminalidade, selecionando determinados indivíduos como criminosos, simultaneamente à imunização de outros (ARGÜELLO, 2014, p. 2). Destaca Santos (2014) que

> (...) se o crime e o criminoso são realidades sociais construídas por mecanismos de interação social, ao nível de definição legal de condutas como crimes (poder legislativo) e ao nível de constituição judicial de sujeitos como criminosos (justiça criminal), então o Estado cria o crime e produz o criminoso; além disso, se a criminalização inicial produz a autoimagem de criminoso e a criminalização posterior é efeito da anterior, então o Estado também reproduz a criminalidade sob a forma da reincidência criminal (SANTOS, 2014, p. 17)

Analisar-se-á, mais detidamente, a contribuição de Batista (2014) sobre a "especial vinculação" mídia-sistema penal e um certo "credo criminológico" recorrente no comportamento da mídia, haja vista o exposto sobre os princípios editoriais do *Estadão*, nos quais aparecem, clara e repetidamente, a noção de desvio e conformidade e o discurso legalista.

1.3.2 A mídia tem culpa no cartório

É possível perceber, historicamente, que "a imprensa legitimou intensamente o poder punitivo exercido pela ordem burguesa, assumindo um discurso defensivista-social" (BATISTA, 2014, p. 2). Essa especial vinculação entre a mídia e o controle punitivo do Estado deve ser entendida dentro das condições sociais e das especificidades do capitalismo tardio.

> O empreendimento neoliberal, capaz de destruir parques industriais nacionais inteiros, com consequentes taxas alarmantes de desemprego; capaz de "flexibilizar" direitos trabalhistas, com a inevitável criação de subempregos; capaz de, tomando a insegurança econômica como princípio doutrinário, restringir aposentadoria e auxílios previdenciários; capaz de, em nome da competitividade, aniquilar procedimentos subsidiados sem considerar o custo social de seus escombros, o empreendimento neoliberal precisa de um poder punitivo onipresente e capilarizado, para o controle penal dos contingentes humanos que ele mesmo marginaliza (BATISTA, 2014, p. 3).

Resulta dessa importação do discurso penal pela mídia um certo "credo criminológico" que orienta a produção das coberturas jornalísticas tradicionais sobre questões sociais. O compromisso da imprens, ativo membro de grupos econômicos que exploram o ramo das telecomunicações, é com o empreendimento neoliberal, bem como

> é a chave da compreensão dessa especial vinculação mídia-sistema penal, incondicionalmente legitimante. Tal legitimação implica a constante alavancagem de algumas crenças, e um silêncio sorridente sobre informações que as desmintam. O novo *credo* criminológico da mídia tem seu núcleo irradiador na própria ideia de pena: antes de mais nada, crêem na pena como rito sagrado de solução de conflitos (BATISTA, 2014, p. 3)

A lógica de raciocínio da mídia e do sistema penal chegam a ser uma só, operando como partes de um mesmo sistema operacional de computadores: "não há debate, não há atrito: todo e qualquer discurso legitimante da pena é bem aceito e imediatamente incorporado à massa argumentativa dos editoriais e das crônicas" (p.4). É nos editoriais (p. 6), mais claramente, que se encontram as "formulações legitimantes mais explícitas e alvares, assumidamente opinativas e doutrinais", e nos quais se localiza, especialmente, o mencionado "credo" criminológico, espécie de "profissão de fé" da imprensa conservadora. Nesses espaços, "nenhuma teoria e nenhuma pesquisa questionadora do dogma penal, da criminalização provedora ou do próprio sistema penal são veiculados em igualdade de condições com suas congêneres legitimantes".

Textos de colunistas e convidados mantém a mesma tendência em reproduzir o credo criminológico, visto que são intencionalmente escolhidos com essa finalidade, ainda que os códigos de conduta e ética insistam que esses materiais nada tenham a ver com a opinião ou posição do jornal a respeito dos fatos registrados. O que há é um mesmo discurso retórico-demonstrativo daquele credo,

fragmentado nas diversas seções do jornal. O discurso do delito, assim, se constitui em um “instrumento de análise dos conflitos sociais”, fundamentado em uma ética

> simplista (a “ética da paz”) e numa história ficcional (um passado urbano cordial; saudades do que nunca existiu, aquilo que Gizlene Neder chamou de “utopias urbanas retrógradas”). O maior ganho tático de tal discurso está em poder exercer-se como discurso de lei e ordem com sabor “politicamente correto” (...) A teoria do delito é o mais audacioso limite da reflexão. Os conflitos sociais podem dessa forma ser lidos apenas pela chave infracional: (...) a pena interessa como recurso epistemológico, como instrumento de compreensão de mundo” (BATISTA, 2014, p.7-8)

Isso significa que a mídia transmite uma leitura de mundo que só tem início a partir dos efeitos de determinada ação sobre uma propriedade privada ou via pública, o que equivale a dizer, em outras palavras, que setores marginalizados e movimentos sociais têm sua existência ligada a ação que praticam, e não à violência estrutural que sofrem e dos direitos fundamentais dos quais são alijados. Tal fato permite observar o que Batista (2014, p.19) chamou de “privatização parcial do poder punitivo, deslanchado com muito maior temibilidade por uma manchete que por uma portaria instauradora de inquérito policial”, no que se vê a noção de que a mídia criminaliza mais do que o próprio Estado.

2. Métodos e Técnicas

2.1 Análise de conteúdo

Tendo em vista o objetivo da pesquisa - analisar uma publicação jornalística visando compreender um fenômeno social - é imprescindível uma técnica de análise que viabilize essa finalidade de maneira eficaz e detalhada. Desse modo, além da pesquisa bibliográfica para compor o embasamento teórico, utilizamos a técnica da análise de conteúdo, tendo em vista seu amplo emprego em investigações de coberturas jornalísticas.

A análise de conteúdo contribui largamente para uma leitura minuciosa do material investigado, o que facilita a etapa de inferências do pesquisador, ponto-chave para o entendimento da criminalização de movimentos sociais pela mídia, e sua relação com o contexto político e midiático atual. De acordo com Fonseca Júnior (2006), "a formação do campo comunicacional não pode ser compreendida sem se fazer referência à análise de conteúdo, tendo em vista sua presença nos primeiros trabalhos da *communication research* bem como nas recentes pesquisas sobre novas tecnologias, passando também pelos estudos culturais e de recepção."

De acordo com Bardin (1995), essa metodologia corresponde a

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1995, p.37)

A análise de conteúdo representa um método híbrido que une a análise quantitativa à análise qualitativa. Na definição clássica de Berelson e Lazarsfeld, de 1948, a valorização positivista das ciências exatas como paradigma de cientificidade evitava "a análise de intenções e de outros fatores não-quantificáveis" (FONSECA JÚNIOR, 2006), definindo a técnica como uma "descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação". Apesar de Berelson reconhecer, ainda nos anos 50, as limitações da sua definição, devido à difusão da análise de conteúdo para outras ciências e o crescente uso dentro das pesquisas em jornalismo, é nos anos 70 que a ênfase no aspecto quantitativo é superada, com

os trabalhos da pesquisadora francesa Bardin, que introduz o elemento qualitativo na análise, propondo a inferência como parte da técnica. Fonseca Júnior (2006) observa que

> (...) seu status [da análise de conteúdo] enquanto método de pesquisa já passou por períodos cíclicos de grande reconhecimento – como ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial – e de desqualificação, como se verificou na década de 1970, entre pesquisadores marxistas. Neste caso, um dos principais argumentos era que a análise de conteúdo, devido à origem positivista, não permitiria uma aproximação crítico-ideológica suficiente dos meios de comunicação de massa. Essa colocação viria depois a ser contestada por outros autores marxistas, ao afirmarem que o trabalho crítico não se define pelas técnicas de pesquisa que utiliza. (LOZANO, 1994, *apud* FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 297)

Atualmente, a técnica é entendida como híbrida por "fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais, oscilando entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo" (SAUER, 2002, *apud* FONSECA JÚNIOR, 2006). Câmara (2013, p. 180) esclarece que "o pesquisador pode, sem demérito, optar por um método quantitativo, qualitativo ou misto, mas, não obstante, deverá estar preparado para avaliar os resultados, seja qual for a escolha".

Finalmente, Bardin (1995) prevê três etapas para a execução da análise de conteúdo:

- Pré-análise: a) leitura prévia do material a ser analisado, b) formulação do problema de pesquisa e referencial teórico; c) seleção do *corpus* ou amostra, pelos critérios de *exaustividade* (elencar todos os documentos possíveis de análise, sem omitir nenhum), *representatividade* (quantidade de material necessário para compor uma amostra capaz de representar o todo – definição da ênfase qualitativa ou quantitativa); *homogeneidade* (os documentos devem ser da mesma natureza, do mesmo gênero ou se reportarem ao mesmo assunto), *pertinência* (adequação dos documentos aos objetivos da pesquisa – objeto de estudo, período de análise e procedimentos)
- Exploração do material: é a transformação de dados brutos de forma sistemática, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado e *linkar* o material recortado para análise com a teoria do

pesquisador; a) codificação: escolha das unidades de registro ou, nesse caso, notícias de interesse, seguida de enumeração e agregração; b) categorização: esquematização em blocos mais apropriados aos propósitos do estudo; dentre alguns critérios, destaca-se oda *produtividade* (a categorização deve fornecer resultados férteis em índice de inferências, dados e hipóteses);

- Tratamento dos resultados: compreende a inferência e interpretação, que torna os dados significativos e válidos, indo além do conteúdo manifesto dos documentos; volta-se atentamente aos marcos teóricos, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo (CÂMARA, 2013)

2.2 Descrição dos procedimentos

Para cumprir o objetivo da pesquisa, que é responder se a cobertura jornalística impressa de *O Estado de S. Paulo* criminalizou as manifestações de junho, analisou-se as 30 edições do mês de junho de 2013, período no qual aconteceu a maioria dos protestos. A opção por esse recorte temporal se justifica pelo fato de que as manifestações com maior adesão popular e midiática se concentraram entre 6 e 25 de junho, conforme ressalta Secco (2013, p. 127). No período que vai de 6 a 18 de junho, ocorreram os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre. O sucesso do movimento veio no dia 19, com a revogação do aumento da passagem pelos governantes Haddad e Alckmin. A partir daí, os protestos continuariam até fins de junho, marcados pela fragmentação das pautas e descentralização do movimento inicialmente desenrolado na capital paulista. Assim, o recorte temporal da presente pesquisa se concentra nas edições publicadas do dia 1º ao dia 30 de junho.

De dezembro a janeiro de 2015, foi realizada a leitura das 30 edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, por meio de acesso através do acervo digital do Estadão (acervo.estadao.com.br). As páginas que continham publicações referentes

aos protestos foram salvas em um banco de dados e, durante a primeira quinzena do mês de fevereiro, as matérias contidas nas páginas digitalizadas foram lidas.

Na segunda quinzena de fevereiro, para a primeira fase da pesquisa – a análise quantitativa – classificou-se cada uma das unidades de texto com relação a gêneros e formatos jornalísticos, lançando mão da proposta metodológica de Marques de Melo e Assis (2013), que propõe os gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário, e os respectivos formatos que destes decorrem. Nessa primeira fase de sistematização do material encontrado, foram classificados 417 unidades de texto e, devido ao grande número de textos de interesse à temática das manifestações, optou-se pelo recorte dos editoriais do *Estadão* como amostra mais representativa e satisfatória para analisar qualitativamente.

Durante a primeira quinzena de março, a totalidade do material foi organizada em tabelas especificando gênero, formato, data da edição e seção de cada uma das unidades de texto. Depois de quantificado e rapidamente analisada a totalidade do material, passou-se para análise propriamente dita dos editoriais.

A segunda quinzena de março correspondeu à categorização dos editoriais por meio da busca por palavras-chave que denotassem a posição favorável ou contrária do jornal em relação às manifestações, ou seja, apontando a presença ou ausência de conotação de crime àquele movimento.

Ainda no mês de março, deu-se a discussão dos resultados obtidos, com base em alguns caminhos teóricos já apontados por outros autores (BATISTA, 2014; BORTOLOZZI JÚNIOR, 2008; ADISSI, 2011; MARTINS, 2007; FOSCARINI, 2014), com o intuito de decodificar o mecanismo de criminalização de movimentos sociais na cobertura jornalística impressa.

Nesse período, também, pesquisou-se os elementos que pudessem contribuir para a compreensão mais precisa da linha editorial de *O Estado de S. Paulo* e da natureza das manifestações, com vias a traçar um paralelo entre a complexidade dos protestos como fenômeno social e aquilo que foi discutido pelo jornal em suas matérias e artigos.

Na primeira semana de abril, foi realizada a revisão final da redação da presente monografia, com as correções necessárias, bem como procedeu-se à conclusão do presente trabalho.

3. Análise Quantitativa

3.1 Considerações iniciais

Sem a pretensão de adentrar na discussão a respeito dos gêneros e formatos jornalísticos – problemática que demandaria, por si só, uma pesquisa na íntegra a esse respeito e não apenas um capítulo – uma breve introdução se faz necessária para compreender as dificuldades metodológicas que aparecem em qualquer investigação sobre coberturas jornalísticas.

Marques de Melo e Assis (2013) entendem que o trabalho jornalístico passa por, pelo menos, dois estágios complementares: os gêneros e os formatos. Dentro do vasto campo da comunicação, o jornalismo aparece inserido no conjunto da comunicação massiva, pertencente à modalidade de comunicação periódica, sendo esta uma categoria comunicacional que se configura por gêneros, que se expressam sob distintas formas, denominadas formatos. Para os autores, "os gêneros jornalísticos correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens da atualidade" (MARQUES DE MELO E ASSIS, 2013, p. 31), definidos por duas características: funções sociais específicas e capacidade de agrupar diferentes formatos de mensagens. Para Medina (2014, p. 7), os gêneros jornalísticos permitem que "um determinado texto realize facilmente o processo comunicativo", e, mais do que um referente no processo de comunicação, constituem mecanismos de produção dos textos e de sentidos.

A maioria das classificações levam em conta a finalidade do texto e a intencionalidade do autor (opinar, informar, interpretar, entreter), embora seja raro os autores concordarem, o que cria uma variedade de aproximações para um mesmo tema e obriga o pesquisador a adotar uma delas como referencial. Na presente pesquisa, o referencial teórico adotado para análise das publicações de *O Estado de S. Paulo* é o de Marques de Melo e Assis (2013), que reconhecem cinco gêneros jornalísticos: *informativo*, com função de vigilância social; *opinativo*, com função de promover um fórum de ideias; *interpretativo*, com função educativa e esclarecedora; *diversional*, com função de lazer e distração; e *utilitário*, com função de auxiliar nas tomadas de decisões cotidianas (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2013).

Os formatos jornalísticos se referem, por sua vez, à estrutura da informação transmitida. Decorrerem, assim, do gênero informativo: a nota, a notícia, a

reportagem e a entrevista; do gênero opinativo: o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a caricatura, a carta, e a crônica; do gênero interpretativo: a análise, o perfil, a enquete, a cronologia e o dossiê; do gênero diversional: as histórias de interesse humano e a história colorida; do gênero utilitário: o indicador, a cotação, o roteiro e o jornalismo de serviços.

Os pesquisadores reconhecem que a sistematização proposta está longe de estar acabada, tendo em vista as muitas concepções existentes sobre o mesmo fenômeno. Só no Brasil, a questão dos gêneros jornalísticos é alvo de pesquisas acadêmicas desde a década de 1960, a partir da trilogia *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980) de Luiz Beltrão e seu seguidor José Marques de Melo. O segundo se debruça sobre a questão dos gêneros jornalísticos desde as primeiras discussões sobre o assunto até à contemporaneidade, quando pesquisadores como Manuel Carlos Chaparro, Lia Seixas e Lailton Costa aparecem para encorpar a discussão sobre gêneros jornalísticos.

3.2 Resultados gerais

Após a pesquisa no *O Estado de S. Paulo* foram encontrados 417 textos referentes às manifestações, dentre os quais observou-se: 324 textos de caráter informativo (notas, notícias, reportagens e entrevistas), 66 textos de caráter opinativo (editoriais, artigos, colunas e crônicas), 23 textos de caráter interpretativo (análises, perfis e dossiês), 4 textos de caráter diversional (histórias de interesse humano) e a seção Fórum dos Leitores, de caráter utilitário (jornalismo de serviços), como mostra o gráfico 1. A quantidade de textos por data de edição está sistematizada no gráfico 2.

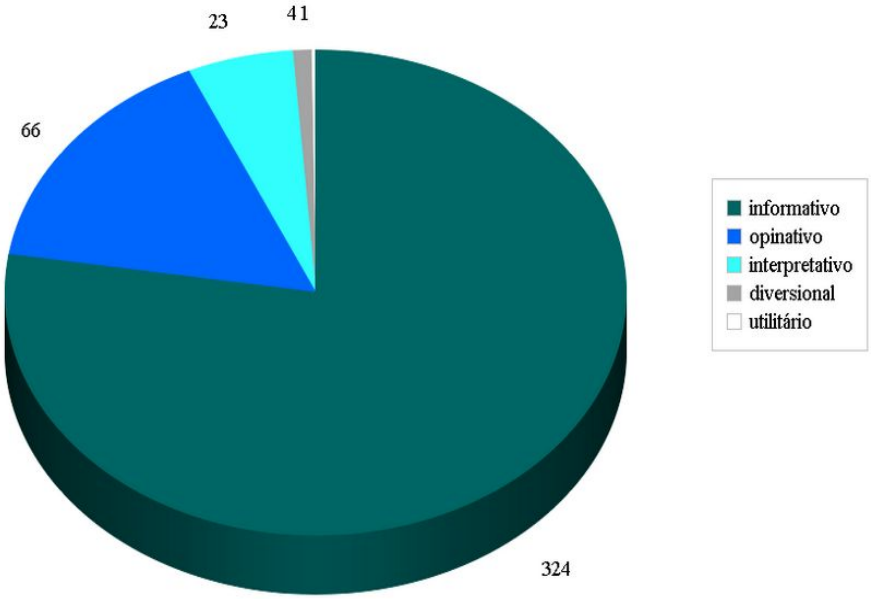


Gráfico 1. Relação das unidades de texto encontradas e seus respectivos gêneros jornalísticos

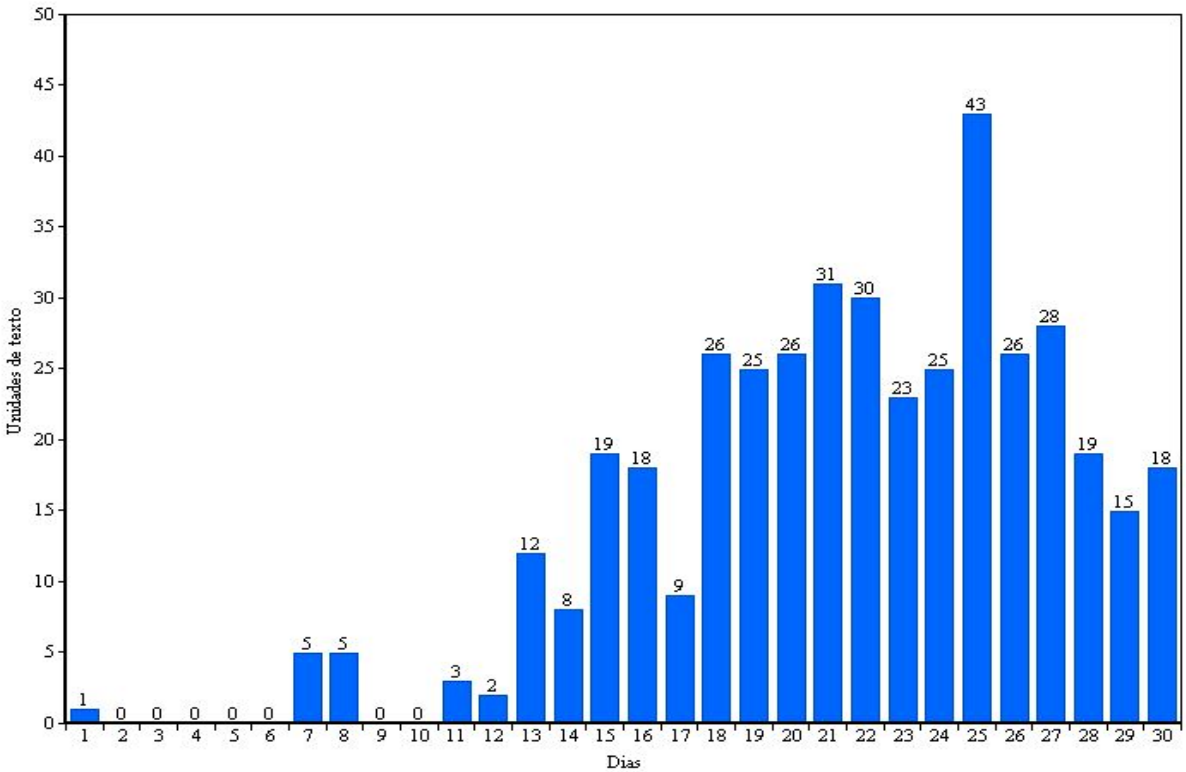


Gráfico 2. Quantidade de textos por dia de edição de *O Estado de S. Paulo*

Visualiza-se, primeiramente, que até o protesto do dia 17/06/13, a quantidade de textos publicados nunca ultrapassa o máximo de 20 unidades em uma mesma edição. Até essa data, a amplitude de textos em uma mesma edição varia de 0 a 19 unidades, e é interessante notar que até o dia 11/06/13 ainda havia edições sem nenhuma menção às manifestações, ou seja, havia dias em que o jornal não publicava material sobre a temática.

No dia 18/06/13, um dia depois do protesto com maior participação popular na capital paulista, observa-se um novo padrão na frequência e quantidade de publicações, com uma média de 25 unidades de texto por edição. A quantidade mínima de publicações em uma mesma edição, nesse segundo momento da cobertura jornalística, é de 15 unidades, no dia 29/06/13, e a quantidade máxima é 43 unidades, no dia 25/06/13.

É possível perceber, assim, a diferença na quantidade de publicações do jornal durante a primeira fase dos protestos (de 6 de junho a 17 de junho), em que havia a liderança do Movimento Passe Livre e uma pauta única, em contraposição à segunda fase, a partir do dia 20.

3.3 Detalhamento dos resultados

Os gráficos e as tabelas a seguir apresentam a distribuição das unidades de texto nas edições do mês de junho, enquanto as tabelas informam sobre o gênero e o formato de cada uma das unidades de texto, a data da edição do jornal e a seção e página em que se encontram.

3.3.1 Gênero informativo

Como o gênero informativo corresponde à maior fatia da totalidade do material encontrado, com 324 unidades, as notas, notícias e reportagens seguem, basicamente, a mesma lógica de regularidade explicada no gráfico 3, ou seja, é possível observar a diferença na quantidade de textos publicados, comparando as duas fases das manifestações e da cobertura jornalística de *O Estado de S. Paulo*

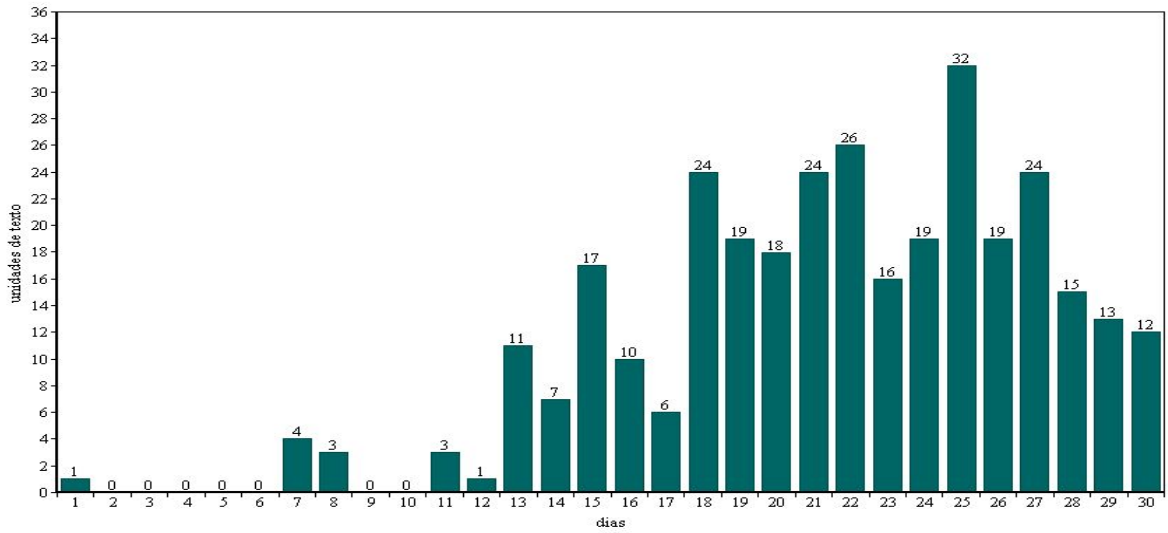


Gráfico 3. Distribuição dos textos informativos nas edições do mês de junho

A tabela a seguir especifica o título, data, formato e seção de cada um desses textos.

Título	Data	Formato	Seção
Ônibus e metrô sobem amanhã: R$3,20	01/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro	07/06/13	Notícia	Metrópole, A12
Movimento ensina na web como se defender da polícia	07/06/13	Nota	Metrópole, A12
"Transporte público não deveria ter tarifa"	07/06/13	Entrevista	Metrópole, A12
Preço da tarifa caiu em seis municípios da Grande São Paulo	07/06/13	Notícia	Metrópole, A13
No 2º dia de confronto e destruição, protesto fecha Marginal do Pinheiros	08/06/13	Notícia	Metrópole, A22
SP cobrará prejuízos na Paulista do movimento	08/06/13	Notícia	Metrópole, A25
Haddad vai pedir ajuda de Dilma para baixar a passagem	08/06/13	Entrevista	Metrópole, A26
Paulista e Marginais do Pinheiros e Tietê terão faixas exclusivas de ônibus	11/06/13	Notícia	Metrópole, A11
Haddad verá de Paris protesto contra tarifa	11/06/13	Nota	Metrópole, A18
Manifestação no Rio termina com 31 detidos	11/06/13	Notícia	Metrópole, A18
Confronto e destruição de ônibus e bancos marcam maior protesto contra tarifa	12/06/13	Notícia	Metrópole, A12
Movimento diz não ter controle sobre a massa, mas confirma protesto para hoje	13/06/13	Notícia	Metrópole, A22
Em todo lugar, pichação e dano	13/06/13	Notícia	Metrópole, A22
"Hoje há uma revolta popular que ia acontecer mesmo sem a gente"	13/06/13	Entrevista	Metrópole, A22
Polícia indiciará dez por formação de quadrilha	13/06/13	Notícia	Metrópole, A24
Para pagar fiança, grupo faz vaquinha pela Internet	13/06/13	Nota	Metrópole, A24
Câmeras ajudarão a identificar responsáveis	13/06/13	Nota	Metrópole, A24
Repercussão internacional	13/06/13	Nota	Metrópole, A24
"Mantive controle para não atirar"	13/06/13	Notícia	Metrópole, A24
De Paris, Alckmin e Haddad criticam ato	13/06/13	Nota	Metrópole, A25
Cardozo pede à PF para acompanhar situação em SP e Rio	13/06/13	Notícia	Metrópole, A25
Promotor é demitido de universidade	13/06/13	Nota	Metrópole, A25
Paulistano fica refém de bombas e tiros de borracha	14/06/13	Notícia	Metrópole, A14

PM prende jovens por porte de vinagre	14/06/13	Notícia	Metrópole, A15
Alckmin e Haddad descartam redução de tarifa	14/06/13	Notícia	Metrópole, A16
Só três cidades do País adotam tarifa zero	14/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Em Agudos, não se paga nada com catraca há 10 anos	14/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Greve da CPTM acaba após afetar 1 milhão	14/06/13	Notícia	Metrópole, A18
SP abre licitação de R$46,3bi para ônibus	14/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Alckmin volta a falar em vandalismo e Haddad só fará reunião após protesto	15/06/13	Notícia	Metrópole, A16
Repressão da PM faz movimento crescer e mudar foco de protesto	15/06/13	Notícia	Metrópole, A16
Ministros criticam intervenção policial	15/06/13	Notícia	Metrópole, A18
Entidades de esquerdam criticam ação policial	15/06/13	Nota	Metrópole, A18
Campos pede firmeza com a ordem e diálogo	15/06/13	Nota	Metrópole, A18
PT critica ação da PM e culpa gestão do PSDB	15/06/13	Nota	Metrópole, A18
Gasto anual com passagem chega a R$4,5bilhões	15/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Protesto contra Copa volta a fechar Paulista	15/06/13	Notícia	Metrópole, A21
Empresas liberam funcionários mais cedo na Berrini	15/06/13	Nota	Metrópole, A21
Tropa de choque é necessária, diz comandante da PM	15/06/13	Notícia	Metrópole, A22
Comandante previu o pior e pediu calma	15/06/13	Nota	Metrópole, A22'
Depoimentos	15/06/13	Entrevista	Metrópole, A22
Fotógrafo ferido corre risco de perder a visão	15/06/13	Notícia	Metrópole, A23
Associações de Imprensa repudiam ação policial	15/06/13	Nota	Metrópole, A23
Depoimentos	15/06/13	Entrevista	Metrópole, A23
Por dentro da 'tropa de choque' dos protestos	15/06/13	Reportagem especial	Metrópole, A24
Imagens são destaque em todo o mundo	15/06/13	Notícia	Metrópole, A27
"Que tal o PT ceder uma vez?", prova Skaf	16/06/13	Entrevista	Política, A8
Frota de ônibus encolhe, mas número de passageiros cresce 80% em 8 anos	16/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Custo mensal de cada coletivo é de R$32mil em São Paulo	16/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Manifestantes vão filmar e denunciar ação de vândalos	16/06/13	Nota	Metrópole, A20
Lua de mel de petista e tucano dá lugar a jogo de empurra	16/06/13	Nota	Metrópole, A20
"As manifestações contra a tarifa são válvula de escape'"	16/06/13	Entrevista	Metrópole, A22
Repressão a protesto contra tarifa deixou 4 mortos em 1958	16/06/13	Reportagem	Metrópole, A23
Vaias e gols	16/06/13	Notícia	Esportes, D1
Vaias constragem Dilma e Blatter	16/06/13	Notícia	Esportes, D6
Em trânsito	16/06/13	Entrevista	Aliás, E2
Governo busca diálogo e descarta uso da Tropa de Choque hoje	17/06/13	Notícia	Metrópole, A10
Após polêmica, polícia vai liberar vinagre	17/06/13	Nota	Metrópole, A10
Cisão no comando explica recuo no uso da Tropa de Choque	17/06/13	Nota	Metrópole, A10
Europa e EUA têm atos de apoio a protestos	17/06/13	Nota	Metrópole, A13
Dilma será discreta no Maracanã	17/06/13	Nota	Esportes, D3
PM barra manifestação com muita violência	17/06/13	Notícia	Esportes, D3
Protestos se espalham pelas ruas do Brasil e põem governantes em guerra	18/06/13	Notícia	Metrópole, A11
No 5º e maior protesto, SP não tem presos e feridos	18/06/13	Notícia	Metrópole, A12

Bandeiras brancas e flores substituem as siglas de partidos	18/06/13	Notícia	Metrópole, A13
Rede reúne médicos para prestar ajuda	18/06/13	Nota	Metrópole, A13
"Sou contra o roubo de dinheiro do povo"	18/06/13	Notícia	Metrópole, A14
Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas falando de um tema	18/06/13	Notícia	Metrópole, A15
Artistas apoiam protestos pela Internet e em shows	18/06/13	Nota	Metrópole, A15
Lojas e faculdades fecham mais cedo	18/06/13	Notícia	Metrópole, A16
Grupo só vai parar se tarifa voltar a R$3	18/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Alckmin agora elogia líderes do movimento	18/06/13	Notícia	Metrópole, A18
"Entender e não desqualificar", defende FHC	18/06/13	Nota	Metrópole, A18
PM é surpreendida por decisão do governo	18/06/13	Notícia	Metrópole, A18
Dilma diz que protestos são legítimos	18/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Planalto admite preocupação e garante os grandes eventos	18/06/13	Nota	Metrópole, A19
Prefeito se cala e secretário afirma que subsídio dependa da União	18/06/13	Nota	Metrópole, A19
Para cúpula petista, Haddad perde chance de se diferenciar	18/06/13	Nota	Metrópole, A19
Congresso Nacional tem cúpula invadida	18/06/13	Notícia	Metrópole, A20
Passeatas se estendem de Belém a Porto Alegre	18/06/13	Nota	Metrópole, A20
Multidões pediram por diretas e impeachment	18/06/13	Nota	Metrópole, A20
No Rio, prédio da Alerj vira alvo dos manifestantes	18/06/13	Notícia	Metrópole, A21
Estudante cai de viaduto em Belo Horizonte em confronto com PM	18/06/13	Nota	Metrópole, A21
40 cidades no exterior farão manifestações	18/06/13	Nota	Metrópole, A21
Unidos contra os protestos	18/06/13	Notícia	Esportes, D1
Hotel da seleção vira palco da manifestação	18/06/13	Notícia	Esportes, D1
Grupo de manifestantes ataca sede da Prefeitura de SP e fere 2 guardas-civis	19/06/13	Notícia	Metrópole, A12
Pela primeira vez, Haddad admite rever aumento	19/06/13	Notícia	Metrópole, A12
Grupo tenta invadir prefeitura; lojas são saqueadas	19/06/13	Notícia	Metrópole, A13
Na Paulista, 20 mil fazem marcha em tom pacífico	19/06/13	Nota	Metrópole, A13
Dilma e Lula tentam 'salvar' Haddad	19/06/13	Notícia	Metrópole, A14
Na primeira reação, presidente diz estar 'ouvindo a voz das ruas'	19/06/13	Notícia	Metrópole, A14
Depoimentos de Aécio Neves, Eduardo Campos e Marina Silva	19/06/13	Entrevista	Metrópole, A14
Preocupado, Alckmin deixa de ir a festa do PSDB	19/06/13	Notícia	Metrópole, A15
Vigília de 24h no Palácio dos Bandeirantes	19/06/13	Nota	Metrópole, A15
Na Câmara de SP, vereadores agora elogiam ativistas	19/06/13	Nota	Metrópole, A15
No Rio, depredação causa R$2mi de prejuízo	19/06/13	Notícia	Metrópole, A16
10 mil se reúnem em São Gonçalo	19/06/13	Nota	Metrópole, A16
PM vai avaliar uso de fuzil por policial em manifestação na Alerj	19/06/13	Nota	Metrópole, A16
Minas pede ajuda da Força Nacional	19/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Efeito político dos protestos será no longo prazo	19/06/13	Entrevista	Metrópole, A18
ONU pede investigação independente	19/06/13	Notícia	Metrópole, A19
Protestos dentro e fora do Castelão	19/06/13	Notícia	Esportes, D3
"A seleção brasileira é do povo", diz Felipão	19/06/13	Notícia	Esportes, D6
Copa de 2014 será a mais cara da história	19/06/13	Notícia	Esportes, D6
Lula recebe sindicalistas e 'anota' reivindicações	20/06/13	Notícia	Política, A6
SP e Rio anunciam redução de tarifas e MPL promete ato pacífico hoje	20/06/13	Notícia	Metrópole, A18
Dilma e Lula pressionam e Haddad cede	20/06/13	Notícia	Metrópole, A20
Governo abandonou prefeito isolado por seu partido	20/06/13	Nota	Metrópole, A20
Integrantes do MPL choram e festejam em bar	20/06/13	Notícia	Metrópole, A21
Pressão popular vai garantir qualidade	20/06/13	Notícia	Metrópole, A22

Em 24h, decepção e euforia nas redes sociais	20/06/13	Notícia	Metrópole, A22
Medida vai aliviar inflação em junho e julho	20/06/13	Notícia	Metrópole, A23
Festa e fúria: as três faces do movimento das ruas	20/06/13	Reportagem especial	Metrópole, A24 e A25
Abin monta rede para monitorar internet	20/06/13	Notícia	Metrópole, A26
Em Campinas, PM diz que não usará balas de borracha	20/06/13	Nota	Metrópole, A26
Zona Sul, São Bernardo e Taboão registraram protesto pela manhã	20/06/13	Nota	Metrópole, A26
Em Niterói, grupo interrompe ponte	20/06/13	Nota	Metrópole, A26
4 estudantes do Mackenzie estão entre os 16 presos	20/06/13	Notícia	Metrópole, A28
Moody's reavalia nota de risco do País	20/06/13	Notícia	Economia, B4
Neymar guia o Brasil em dia de protestos no futebol	20/06/13	Notícia	Esportes, D1
Protesto começa na rua e termina dentro do Castelão	20/06/13	Notícia	Esportes, D3
Blatter deiou o País, mas diz que voltará	20/06/13	Notícia	Esportes, D3
Dilma censura chamado do PT para as ruas, lança pacote e cancela viagens	21/06/13	Notícia	Política, A4
Lula suspende ida a Goiânia por temer passeata	21/06/13	Nota	Política, A4
Juventude do PSDB critica e depois elogia população nas ruas	21/06/13	Nota	Política, A4
Antipartidarismo é 'autoritarismo', dizem petistas	21/06/13	Nota	Política, A4
"PT não deu atenção a essa nova forma de movimentos sociais"	21/06/13	Entrevista	Política, A5
Câmara articula barrar PEC 37 e 'cura gay'	21/06/13	Nota	Política, A6
1 milhão de pessoas protestam em 75 cidades; uma pessoa morre	21/06/13	Notícia	Metrópole,
Manifestações fecham rodovia no entorno da capital	21/06/13	Nota	Metrópole, A12
Tensão marca 7º manifestação em SP	21/06/13	Notícia	Metrópole, A12
22 se ferem em confronto no Rio	21/06/13	Notícia	Metrópole, A17
Juventude começa a achar que pode construir um país melhor	21/06/13	Entrevista	Metrópole, A17
Itamaraty tem fogo e vidros quebrados	21/06/13	Notícia	Metrópole, A18
388 cidades fizeram ontem manifestações	21/06/13	Nota	Metrópole, A18
PM reage na Bahia e ato com 20 mil acaba em batalha campal	21/06/13	Notícia	Metrópole, A18
Cidade em paz	21/06/13	Nota	Metrópole, A18
MPL marca discussões sobre tarifa em SP	21/06/13	Notícia	Metrópole, A19
As faces de mais um dia de protestos	21/06/13	Notícia	Metrópole, A20
Haddad vai desacelerar investimentos	21/06/13	Notícia	Metrópole, A22
Prefeitos da Grande SP abrem mão de ISS e cancelam festas	21/06/13	Notícia	Metrópole, A22
Partidos não têm vez nas redes sociais	21/06/13	Notícia	Metrópole, A23
Prefeitura cobra um universitário por depredação	21/06/13	Notícia	Metrópole, A24
Justiça manda soltar os 4 estudantes presos	21/06/13	Nota	Metrópole, A24
Dez detalhes no Maracanã	21/06/13	Notícia	Esportes, D1
Faixas e cartazes com críticas à Fifa ganham arquibancadas	21/06/13	Notícia	Esportes, D1
Protestos continuam, Dilma vai à TV e Poderes tentam reagir	22/06/13	Notícia	Política, A4
Presidente fala em pacto por melhor serviço público	22/06/13	Nota	Política, A4
Dilma aciona governos e nega crise institucional	22/06/13	Notícia	Política, A8
Ministro culpa 'moralismo' da Imprensa por protestos violentos	22/06/13	Nota	Política, A8
Congresso prepara 'agenda positiva'	22/06/13	Notícia	Política, A12
Atos podem evitar revisão de penas do mensalão, avaliam advogados	22/06/13	Notícia	Política, A12
Posse do novo ministro da Corte é mantida	22/06/13	Nota	Política, A12
Ida às ruas gera crise no PT e tucanos aproveitam a onda para atacar rival	22/06/13	Notícia	Política, A16

"Se isso desandar, pode dar em desordem muito grande"	22/06/13	Entrevista	Política, A16
Atos retravam divórcio entre povo e Estado	22/06/13	Notícia	Política, A17
MPL anuncia fim das convocações	22/06/13	Notícia	Política, A21
Câmara quer CPI para apurar gastos com ônibus em SP	22/06/13	Nota	Política, A21
Manifestação atrasa vôos em Cumbica	22/06/13	Notícia	Política, A22
Grandes rodovias tiveram interdições	22/06/13	Nota	Política, A22
Mais de 3 mil corinthianos vão a Itaquera para proteger estádio	22/06/13	Nota	Política, A22
Atos no Rio terminam com onda de saques	22/06/13	Notícia	Política, A23
Movimento cresce em Curitiba com 'Farofada do Transporte'	22/06/13	Nota	Política, A23
Minas: dia de trégua tem fogo e bloqueios	22/06/13	Nota	Política, A23
Gari morre após protesto em Belém	22/06/13	Notícia	Política, A26
"Há que se prender mais pessoas", diz Beltrame	22/06/13	Notícia	Política, A26
Brasília mobiliza reforço policial para ato de hoje	22/06/13	Nota	Política, A26
Estratégia da PM deve ser revista, diz coronel	22/06/13	Notícia	Política, A27
Força militar faz segurança no Planalto	22/06/13	Nota	Política, A27
Empresário, sem partido, armado e 'líder grevista'	22/06/13	Notícia	Política, A30
'Vadias' e 'Vinagre' em disputa no DF	22/06/13	Nota	Política, A30
Protestos 'contra tudo' lotam agenda de ativistas de web	22/06/13	Notícia	Política, A31
Em 'inferno astral', Dilma testará novo estilo de governo para salvar reeleição	23/06/13	Notícia	Política, A4
Inteligência falha e ministro fica fora de reuniões	23/06/13	Nota	Política, A4
sobre crise			
Ministro 'amigo' de Lula, que faz ponte social, fica isolado	23/06/13	Notícia	Política, A6
Entidades cobram de Dilma 'avanço de pautas populares'	23/06/13	Nota	Política, A6
PSDB tenta 'descobrir a melhor vanguarda'	23/06/13	Notícia	Política, A8
Adversário de Dilma capitalizam desgaste	23/06/13	Notícia	Política, A8
Autores do Ficha Limpa lançam o 'Reforma Política Já'	23/06/13	Notícia	Política, A9
Em SP, ato contra PEC 37 critica Dilma	23/06/13	Notícia	Política, A10
Copacaba e Leblon têm protestos contra corrupção e violência	23/06/13	Notícia	Política, A10
"Saída é uma constituinte para reforma política"	23/06/13	Entrevista	Política, A11
A revolta do gás lacrimogênio (em sete capítulos)	23/06/13	Reportagem especial	Política, A14 e A15
Carecas iniciaram agressões a partidos	23/06/13	Notícia	Política, A16
"A gente participa das manifestações desde o começo"	23/06/13	Entrevista	Política, A17
Por dentro dos protestos	23/06/13	Reportagem especial	Política, A18
Na internet, atos mobilizam 136 milhões	23/06/13	Notícia	Política, A19
Verbas federais para São Paulo sobem apenas 9% com Haddad na Prefeitura	23/06/13	Notícia	Metrópole, A33
Protestos fazem Planalto criar pacote com punição a empresas corruptoras	24/06/13	Notícia	Política, A4
Presidente discute segurança para ato na quarta-feira	24/06/13	Nota	Política, A4
Dilma tenta usar atos para fazer medidas recicladas avançarem	24/06/13	Nota	Política, A4
Prefeitos vão pressionar Dilma por mais receitas	24/06/13	Notícia	Política, A6
Governadores vão a Brasília para 'ouvir o Governo'	24/06/13	Nota	Política, A6
Alvo no Rio, Cabral 'some' e impacto em 2014 preocupa	24/06/13	Nota	Política, A6
Protestos dão fôlego à reforma política na Câmara	24/06/13	Notícia	Política, A7

"Em 68, sabíamos a palavra de ordem. Agora é fragmentado"	24/06/13	Entrevista	Política, A7
SP: tarifa de ônibus e metrô volta a R$3	24/06/13	Notícia	Política, A8
Metade das capitais do País ainda não adotou redução	24/06/13	Nota	Política, A8
Câmara paulistana pode abrir amanhã CPI dos Transportes	24/06/13	Nota	Política, A8
Com R$12bi em caixa, Alckmin projeta cortes	24/06/13	Notícia	Política, A9
Movimento Passe Livre apoia ato na periferia	24/06/13	Notícia	Política, A10
Falsos protestos confudem a polícia em Sorocaba	24/06/13	Nota	Política, A10
No Rio, marcha contra PEC 37 critica políticos	24/06/13	Notícia	Política, A10
Manifestações já ganham espaço nas salas de aula dos colégios paulistanos	24/06/13	Notícia	Metrópole, A16
Assunto passa a ser uma das principais apostas para o vestibular	24/06/13	Nota	Metrópole, A16
PM prevê confronto na quarta-feira	24/06/13	Notícia	Esportes, D2
Aumento da segurança tranquiliza Fifa	24/06/13	Notícia	Esportes, D5
Dilma propõe plebiscito e Constituinte exclusiva para fazer a reforma política	25/06/13	Notícia	Política, A4
Três perguntas para... Cristóvam Buarque	25/06/13	Entrevista	Política, A4
Proposta é mal recebida no STF e no Congresso	25/06/13	Notícia	Política, A5
Entidades iniciam coleta de assinaturas por reforma política	25/06/13	Nota	Política, A5
Promessa de mais de R$50bi para transporte	25/06/13	Notícia	Política, A6
Movimento pede de tarifa zero à 'desmilitarização'	25/06/13	Nota	Política, A6
Líderes do MPL criticam falta de 'ações concretas'	25/06/13	Nota	Política, A6
Na saúde, governo propõe contratar médicos estrangeiros	25/06/13	Nota	Política, A6
Advogados criticam crime hediondo para corrupção	25/06/13	Notícia	Política, A7
Plano anticorrupção dos oposicionistas foca Copa e governo	25/06/13	Notícia	Política, A8
PSB assume a bandeira da tarifa zero no Congresso	25/06/13	Notícia	Política, A8
"O combustível é o ódio contra a injustiça social no País"	25/06/13	Entrevista	Política, A8
Centrais vão levar pauta trabalhista para presidente	25/06/13	Notícia	Política, A9
"O povo tem direito de ir à rua", diz procurador	25/06/13	Nota	Política, A9
Alckmin suspende a alta do pedágio	25/06/13	Notícia	Política, A10
Secretarias buscam formas de evitar aumento de tributos	25/06/13	Nota	Política, A10
Prefeitura estuda possibilidade de estatizar ônibus	25/06/13	Notícia	Política, A11
Abertura de CPI está na pauta; líder de Haddad é contra	25/06/13	Nota	Política, A11
Tarifa zero tem apoio de 30 mil, diz movimento	25/06/13	Nota	Política, A11
Usuários pagam passagem com preço antigo em São Paulo	25/06/13	Nota	Política, A11
Acesso ao Porto de Santos fica 4h fechado	25/06/13	Notícia	Política, A14
Contra criminosos, grupos adiantam itinerário para PM	25/06/13	Nota	Política, A14
Sem discussão de tarifa, protesto pacífico reúne 2 mil no Rio	25/06/13	Notícia	Política, A14
PM ainda não começou a investigar excessos	25/06/13	Nota	Política, A14
Em GO, 2 mulheres morrem atropeladas em ato	25/06/13	Notícia	Política, A15
Sob chuva, 8 mil vão às ruas de Porto Alegre	25/06/13	Notícia	Política, A15
Em SP, atos vão à periferia de Haddad	25/06/13	Notícia	Política, A16
Grupos convocam atos anticorrupção e defendem militares	25/06/13	Notícia	Política, A16
Para Globo, Faustão não feriu código de princípios	25/06/13	Notícia	Caderno 2, C6
Fifa e governo no contra-ataque	25/06/13	Notícia	Esportes, D1
Com receio de vaias e represálias, Blatter desiste de evento	25/06/13	Notícia	Esportes, D1
Dilma abandona ideia da Constituinte e agora quer plebiscito sobre reforma	26/06/13	Notícia	Política, A4

Temer faz alertas à presidente sobre os riscos de assembleia	26/06/13	Nota	Política, A4
"Povo tem de opinar sobre reforma", diz Barbosa	26/06/13	Notícia	Política, A5
Rua faz Congresso enterrar a PEC 37	26/06/13	Notícia	Política, A6
Sob pressão, Renan pede fim de recesso e passe livre	26/06/13	Notícia	Política, A6
Senador é alvo de protestos nas ruas e na Internet	26/06/13	Nota	Política, A6
Reforma política: 'prioridade' há 19 anos	26/06/13	Notícia	Política, A8
Médico estrangeiro terá treino de 3 semanas no Brasil	26/06/13	Notícia	Política, A9
Comissão aprova PEC do transporte como direito social	26/06/13	Notícia	Política, A9
Até royalties podem virar fonte de verbas	26/06/13	Nota	Política, A9
Alckmin e Dilma recebem sem-teto	26/06/13	Notícia	Política, A10
Com cinco reivindicações, atos em SP reúnem mil pessoas	26/06/13	Notícia	Política, A10
Em crise, base de Haddad tenta barrar CPI dos Transportes	26/06/13	Nota	Política, A10
Paes anuncia pacto por transparência	26/06/13	Nota	Política, A10
Moradores da Rocinha vão a ato	26/06/13	Notícia	Política, A11
"Turquia e Brasil sofrem complô", diz premiê	26/06/13	Nota	Internacional, A15
Faustão: 'Sempre tive liberdade'	26/06/13	Notícia	Caderno 2, C4
BH vai ter 5,5mil policiais nas ruas	26/06/13	Notícia	Esportes, D2
No estádio, torcida aplaude. Do lado de fora, só	26/06/13	Notícia	Esportes, D4
eclamação			
Congresso entra em ritmo frenético e derruba até voto secreto para cassação	27/06/13	Notícia	Política, A4
Nem jogo suspende votações; corrupção vira crime hediondo	27/06/13	Notícia	Política, A5
'Mobilização' foi crucial para derrubar PEC 37, diz Gurgel	27/06/13	Nota	Política, A5
Dilma debate plebiscito com parlamentares	27/06/13	Notícia	Política, A6
Para petista, prioridade é financiamento público	27/06/13	Notícia	Política, A7
Supremo manda prender deputado condenado	27/06/13	Notícia	Política, A8
Por desvio de verbas, irmão de Donadon é preso em Porto Velho	27/06/13	Notícia	Política, A8
Presidente da Câmara promete cassar mandato 'rapidamente'	27/06/13	Nota	Política, A8
"Vou disputar a voz das ruas", afirma Dilma	27/06/13	Notícia	Política, A9
Rui Falcão suspende candidatura no PT	27/06/13	Notícia	Política, A9
PSDB critica 'cura gay' e isola autor tucano do projeto	27/06/13	Notícia	Política, A9
Assembleia recua sobre restrições ao MP	27/06/13	Notícia	Política, A10
Comissão da Verdade quer mudanças nas Pms	27/06/13	Notícia	Política, A11
Haddad suspende licitação bilionária dos ônibus em SP	27/06/13	Notícia	Política, A12
Tatto sai enfraquecido da crise do transporte	27/06/13	Nota	Política, A12
"Fatos recentes impõem processo diferenciado"	27/06/13	Entrevista	Política, A12
Pedágios federais não terão reajuste	27/06/13	Notícia	Política, A13
Base manobra para controlar CPI em SP	27/06/13	Nota	Política, A13
Contra 'importação', médicos farão panelaço	27/06/13	Notícia	Política, A14
Em ato tenso, Recife tem presos e feridos	27/06/13	Notícia	Política, A14
Do regime militar ao Fora Feliciano	27/06/13	Notícia	Política, A14
Goiás adota passe livre estudantil em 20 cidades	27/06/13	Notícia	Política, A17
Rio tem reservas suspensas	27/06/13	Notícia	Política, A17
Em posse no STF, Barroso destaca 'demanda pelo fim da corrupção'	27/06/13	Notícia	Política, A18
Partidos da base apoiam plebiscito, mas sugere fim da reeleição na consulta	28/06/13	Notícia	Política, A4
Presidente tem direito à reeleição, afirma Rui Falcão	28/06/13	Nota	Política, A4

Ativo nos bastidores, Lula disse à presidente para encampar reforma	28/06/13	Nota	Política, A4
Oposição diz que só aceita referendo	28/06/13	Notícia	Política, A6
Gastos com plebiscito podem chegar a R$500 mil	28/06/13	Notícia	Política, A6
"É o lado belga da Belíndia que está nas ruas"	28/06/13	Notícia	Política, A7
Donadon é considerado foragido pela polícia	28/06/13	Notícia	Política, A8
Entrevista com Torquato Jardim	28/06/13	Entrevista	Política, A8
Pressão das ruas aprovou lei do crime hediondo, diz senador	28/06/13	Notícia	Política, A8
"Onde estão as vozes das ruas, que não estou ouvindo?", ironiza deputado	28/06/13	Nota	Política, A8
Perueiro ameaça parar se Haddad alterar repasse	28/06/13	Notícia	Política, A11
Aliado de perueiros será relator de CPI	28/06/13	Notícia	Política, A12
MPL tem 'aulas' na rua	28/06/13	Nota	Política, A12
País registrou seis mortes em uma semana de protestos	28/06/13	Nota	Política, A12
Estoque de bomba fica zerado no RJ	28/06/13	Nota	Política, A12
Dilma defende LGBT mas evita ataques à 'cura gay'	29/06/13	Notícia	Política, A6
Presidente deu 'banana' para as centrais, diz sindicalista	29/06/13	Notícia	Política, A6
"É claro que o discurso de Dilma não funcionaria"	29/06/13	Entrevista	Política, A7
Governo quer criar 'canal de diálogo' com jovens	29/06/13	Nota	Política, A7
Jornalistas sofreram 53 atques durante protestos	29/06/13	Notícia	Política, A9
Sob pressão, deputados da BA reduzem recesso	29/06/13	Nota	Política, A9
"Nós temos de evitar o populismo fiscal"	29/06/13	Entrevista	Política, A12
Governador diz que não vê problema se reeleição for extinta	29/06/13	Nota	Política, A12
Na opinião de Paes, 'o que muda um país é o fim da impunidade'	29/06/13	Notícia	Política, A12
CPI dos transportes vai investigar metrô e trem	29/06/13	Notícia	Política, A13
Convocação para greve geral na 2ª é tirada da web	29/06/13	Nota	Política, A13
Protestos voltam a mudar a rotina de Cumbica	29/06/13	Notícia	Política, A15
Michel Teló vira alvo no CE	29/06/13	Nota	Política, A15
Líderes no Congresso são contra foro privilegiado e apoiam eleições unificadas	30/06/13	Notícia	Política, A4
Dilma prevê retaliações no Congresso	30/06/13	Notícia	Política, A6
Fim da reeleição divide deputados na Câmara	30/06/13	Nota	Política, A6
Governo tem de aproveitar a oportunidade	30/06/13	Nota	Política, A6
Queda na aprovação da presidente é minimizada	30/06/13	Notícia	Política, A7
"Fui o único que disse ser preciso financiar a redução das tarifas"	30/06/13	Entrevista	Política, A8
'Ativismo de sofá' chegou às ruas, diz especialista	30/06/13	Notícia	Política, A10
Para especialistas, atos podem continuar	30/06/13	Nota	Política, A10
Policiais militares viram 'escolta' e facilitam protestos	30/06/13	Notícia	Política, A11
Câmara de BH reduz tarifa após invasão	30/06/13	Notícia	Política, A12
Atos em MG nascem de dezenas de grupos	30/06/13	Notícia	Política, A12
Extremistas infiltrados causaram confrontos, afirma Polícia Civil	30/06/13	Notícia	Política, A12

3.3.2 Gênero interpretativo

O gênero interpreativo aparece em 3º lugar em relação à totalidade de material encontrado, com 23 análises, perfis e debates, sendo que esse tipo de texto

nunca ultrapassou a quantidade máxima de 5 unidades em uma mesma edição, e manteve o padrão de uma unidade de texto por edição. É entre os dias 20 e 28/06/13 que se concentram a maior parte do material interpretativo produzido pelo *Estadão*. Segue tabela com título, data, formato e seção de cada unidade de texto.

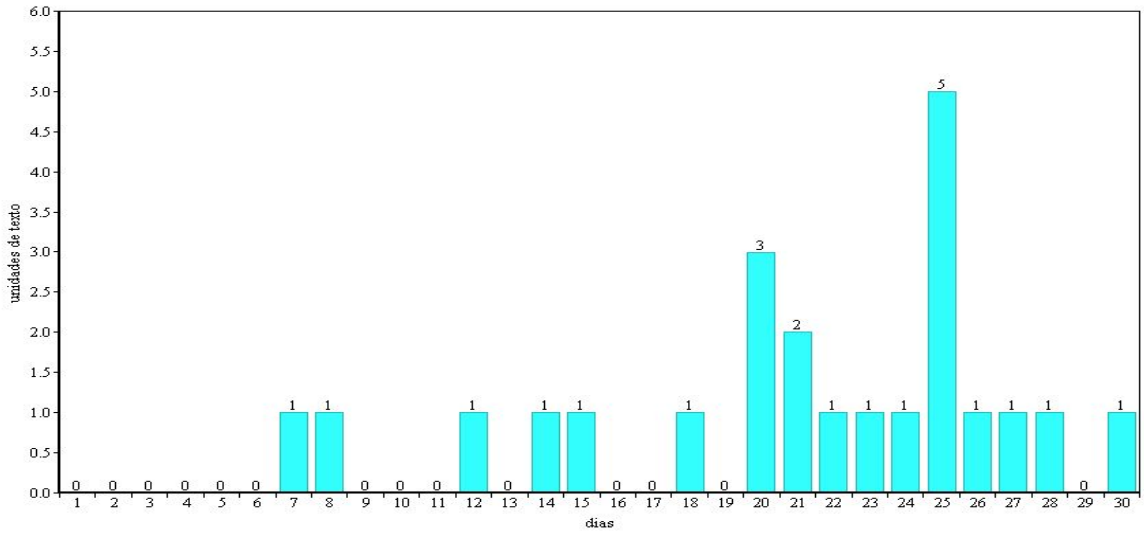


Gráfico 4. Distribuição dos textos interpretativos nas edições do mês de junho

Título	Data	Formato	Seção
"No meio da multidão, a pessoa faz coisas que não faria sozinha"	07/06/13	Análise	Metrópole, A13
Grupo reúne até alunos de escola privada	08/06/13	Perfil	Metrópole, A22
Fechar grandes vias para o tráfego é caso de polícia?	12/06/13	Debate	Metrópole, A12
Linhas devem atender usuários e não empresários	14/06/13	Análise	Metrópole, A19
'Baderneiro' vira 'mocinho' com reação desproporcional	15/06/13	Análise	Metrópole, A16
Uma nova forma de atuação política e seus desafios	18/06/13	Análise	Metrópole, A12
A democracia sai fortalecida das ruas	20/06/13	Análise	Metrópole, A20
Uma lição para os derrotados	20/06/13	Análise	Metrópole, A21
Por um plano de mobilidade	20/06/13	Análise	Metrópole, A22
O mal-estar da democracia que temos no Brasil	21/06/13	Análise	Metrópole, A19
Antiliberal e crítico do marxismo, MPL usa multidão como arma	21/06/13	Análise	Metrópole, A21
Protesto-ônibus	22/06/13	Análise	Política, A31
Entenda os principais temas abordados nas manifestações	23/06/13	Análise	Política, A20 e 21
Aumentar subsídio é a melhor solução?	24/06/13	Debate	Política, A8
Pressionada pelas ruas, presidente, agora, escuta todos	25/06/13	Análise	Política, A4
Ideia pode virar uma 'carta em branco'	25/06/13	Análise	Pokítica, A5
"Proposta me parece excessiva e arriscada"	25/06/13	Análise	Política, A5
Geografia do voto ajuda a explicar estratégia do grupo	25/06/13	Análise	Política, A16
Brasil não joga jogo previsto pelos teóricos da política	25/06/13	Análise	Política, A16
Resiliência constitucional	26/06/13	Análise	Política, A4
Exceção não basta	27/06/13	Análise	Política, A4
Lições francesas de crises e plebiscitos	28/06/13	Análise	Política, A6
Recuo da popularidade é o mais rápido desde governo Sarney	30/06/13	Análise	Política, A7

3.3.3 Gênero opinativo

Os editoriais, artigos e colunas aparecem em 2º lugar na totalidade do material encontrado, com 66 unidades de texto. A quantidade de textos opinativos variou de 0 a 4 unidades no período que vai de 01/06/13 a 18/06/13, e variou de 2 a 6 unidades no período de 18/06/13 em diante, o que permite a observação de que, nesse segundo período, o jornal nunca deixou chegar a 0 a quantidade de conteúdos com teor opinativo nas suas edições.

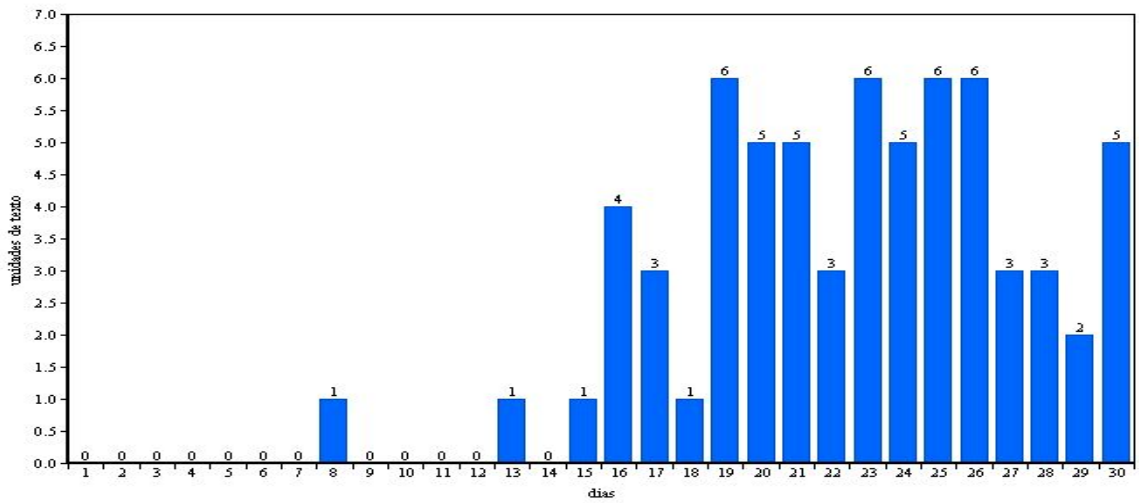


Gráfico 5. Distribuição dos textos opinativos nas edições do mês de junho

A tabela a seguir especifica o título, data, formato e seção de cada unidade de texto opinativo.

Título	Data	Formato	Seção
Puro Vandalismo	08/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Chegou a hora do basta	13/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Entender as manifestações	15/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
O clamor das turbas	16/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Curto-circuito	16/06/13	Coluna	Política, A6
Violência, comprimido e saias	16/06/13	Coluna	Metrópole, A26
Muita informação	16/06/13	Crônica	Caderno 2, C6
A falência dos políticos	17/06/13	Coluna	Política, A6
Uma bomba-relógio difícil de desarmar	17/06/13	Coluna	Metrópole, A11
Nos ônibus, o gado amontoado	17/06/13	Coluna	Metrópole, A15
O movimento da hora presente	18/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Vaias e vandalismo contra a péssima gestão pública	19/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2

Vozes sem voto	19/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Vontade de falar	19/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Por que o Brasil e agora?	19/06/13	Coluna	Metrópole, A16
No mundo da fantasia	19/06/13	Coluna	Esportes, D2
Que oportunidade!	19/06/13	Coluna	Esportes, D5
Protesto	20/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Sem violência e sem controle	20/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Manda quem pode	20/06/13	Coluna	Política, A6
Hora de mudar	20/06/13	Coluna	Economia, B2
Algaravia nas ruas em busca de proposta	20/06/13	Coluna	Economia, B2
Protestos: de onde vêm e para onde irão	21/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Sra. Rousseff, alguma coisa acontecendo	21/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A pergunta das ruas	21/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
O truque envekheceu	21/06/13	Coluna	Política, A6
O governo e o clamor das ruas	21/06/13	Coluna	Economia, B2
Dilma no Inferno da S&P, das pesquisas e passeatas	22/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A polissêmica voz das ruas	22/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A violência das minorias	22/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
E agora, galera?	23/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A mais cara de todas as Copas	23/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
De bom tamanho	23/06/13	Coluna	Política, A6
Uma difícil reversão	23/06/13	Coluna	Política, A8
O jovem na rua	23/06/13	Coluna	Metrópole, A33
Ninguém sabe em que vai dar	23/06/13	Coluna	Caderno 2, C5
A rebelião dos desprezados	24/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
O que fazer agora	24/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
O pós-protesto	24/06/13	Coluna	Política, A6
A ineficácia do Estado e suas consequências	24/06/13	Coluna	Economia, B2
Protestos e vandalismo	24/06/13	Coluna	Economia, B5
Cabodo ativista	25/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Para a rua ver	25/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
A moda antiga	25/06/13	Coluna	Política, A6
E as questões de fundo?	25/06/13	Coluna	Economia, B2
Tripé de quatro pernas	25/06/13	Coluna	Economia, B5
Um rio que passou em nossa vida	25/06/13	Coluna	Caderno 2, C10
Esperança para os ônibus	26/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Mau jeito	26/06/13	Coluna	Política, A6
Os protestos no século 21	26/06/13	Coluna	Internacional, A15
O pacto fiscal	26/06/13	Coluna	Economia, B2
Danos do quebra-quebra	26/06/13	Coluna	Economia, B2
Mineiraço ou Mineirãozaço	26/06/13	Crônica	Caderno 2, C4
Problemas demais, governo de menos	27/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Signos engrouvinhados, vândalos engravatados	27/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
Fogo na palha	27/06/13	Coluna	Política, A6
Crise de desorientação	28/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
E o que o STF tem a dizer?	28/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Laço de fita	28/06/13	Coluna	Política, A6
O que disseram as ruas?	29/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A aventura e o vespeiro	29/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Demofobia em marcha	30/06/13	Artigo	Espaço Aberto, A2
A política nas ruas	30/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Uma oportunidade rara	30/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
A rejeição da PEC 37	30/06/13	Editorial	Notas e Informações, A3
Apropriação indébita	30/06/13	Coluna	Política, A6

3.3.4 Demais gêneros

Devido à pouca expressividade dos gêneros diversional e utilitário – pelo menos em relação à temática pesquisada – optou-se por não dispo-los em tabelas ou gráficos, devido à pouca contribuição que trariam para a presente pesquisa. A única edição que continha textos de gênero diversional foi a de 16/06/13, totalizando 4 textos na seção Aliás, caderno mais próximo à literatura, nas páginas E1, E2, E4 e E5, sendo eles: "Ritual de Passagem", "Use com moderação", "Caras e bocas" e "Imagens da semana".

O gênero utilitário ou jornalismo de serviços é representado pela seção Fórum dos Leitores, que aparece, diariamente, no rodapé das páginas A2 e A3 do jornal. No entanto, como essa seção é destinada ao envio de cartas e e-mails expressando a opinião dos leitores, e não da equipe editorial do jornal, entendeu-se que investigar mais minuciosamente o material produzido pelos leitores pouco ou nada contribuiria para a presente pesquisa, cujo objetivo é investigar a postura oficial do *Estadão* com relação às manifestações.

3.4 Editoriais

3.4.1 Resultados gerais

Devido à grande quantidade de textos encontrados e diante da impossibilidade de analisar qualitativamente a totalidade desse material, fez-se necessário definir uma amostra que viabilizasse a análise do conteúdo das publicações e que possibilitasse responder se o *Estadão*, de fato, criminalizou as manifestações e a nova geração de movimentos urbanos representada por elas.

Para compor uma amostra satisfatória e representativa, levou-se em conta a posição de Beltrão (1980) a respeito dos editoriais, que, na presente busca, totalizaram 18 unidades entre os 66 textos de caráter opinativo localizados. Enquanto a notícia é essencialmente objetiva, o editorial apresenta potencialidades e peculiaridades próprias de sua formatação: ele pode tanto pode "nascer da notícia como dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e

retirando de um fato, mediante a análise de suas causas e consequências, inferências e conclusões", que apresentará à sociedade (BELTRÃO, 1980, p. 52).

O editorial, em primeiro lugar, corresponde à opinião do editor, que faz um julgamento sobre determinado problema ou questão relevante para o grupo de elite que mantém o veículo, desenhando a política editorial. Esse tipo de texto jornalístico fundamenta-se nas convicções filosóficas do grupo, na complexidade da temática abordada, em pesquisas sobre a circulação e influência do veiculo, na experiência jornalistica dos chefes de redação ou conselhos editoriais e os interesses econômicos da empresa (BELTRÃO, 1980, p. 19). Dessa forma, entende-se que o editorial é o texto jornalístico que melhor permite a compreensão da opinião oficial do jornal, bem como do conteúdo dos textos de outros gêneros de uma mesma edição, uma vez que a partir da análise de editoriais é possível chegar à política editorial de um grupo e o teor esperado de suas publicações.

Tendo em vista esses aspectos, observou-se que dos 66 textos opinativos 18 eram editoriais, como mostra o gráfico 8. É interessante observar que cada edição de *O Estado de S. Paulo* apresenta, obrigatoriamente, três editoriais na seção Notas & Informações e, como mostra o gráfico 7, é possível observar que havia pelo menos um editorial relacionado às mobilizações em 15 diferentes edições do jornal, sendo que as edições de 28/06/13 e 30/06/13 apresentavam mais de um editorial. Isso significa dizer que, nas 30 edições pesquisadas, a temática dos protestos esteve presente em 50% delas. A partir desse dado, conclui-se que em metade das edições do mês de junho a equipe editorial do *Estadão* se preocupou em expressar sua opinião oficial a respeito das manifestações, o que confere a segurança necessária para a delimitar os editoriais como a amostra mais representativa e satisfatória para a presente pesquisa.

O gráfico 6, apresentado a seguir, mostra a relação a fatia ocupada pelos editoriais na totalidade dos textos opinativos.

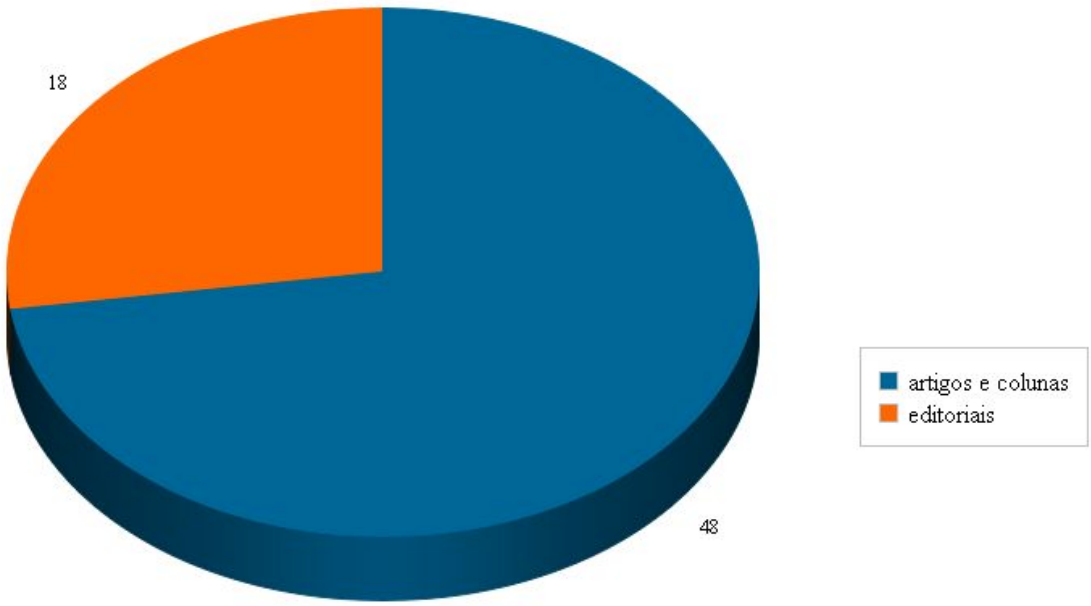


Gráfico 6. Relação entre editoriais e os demais textos opinativos nas edições de junho

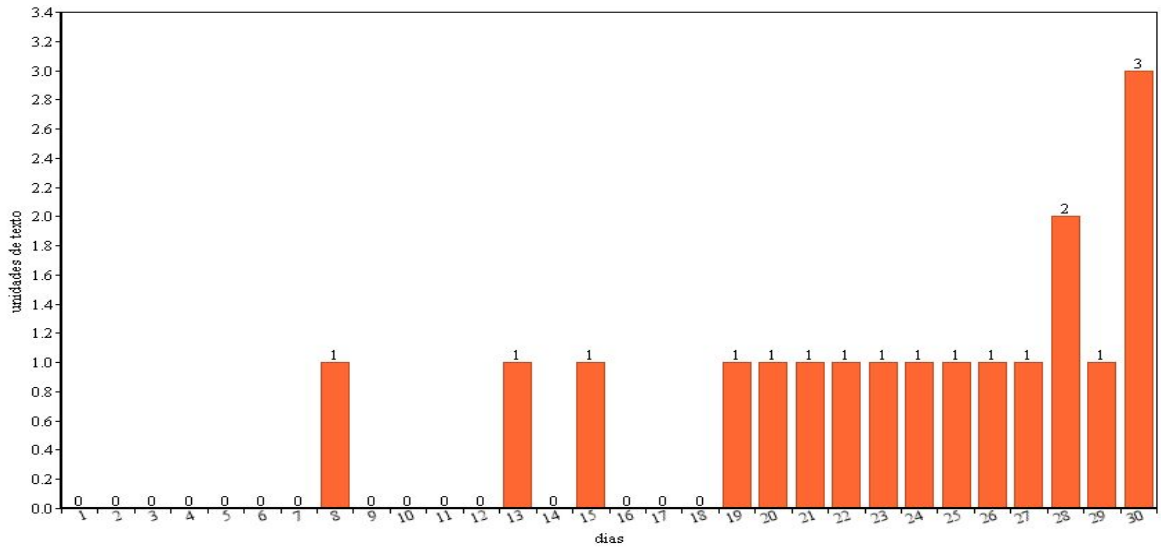


Gráfico 7. Distribuição dos editoriais nas edições de junho de 2013

3.4.2 Resultados detalhados

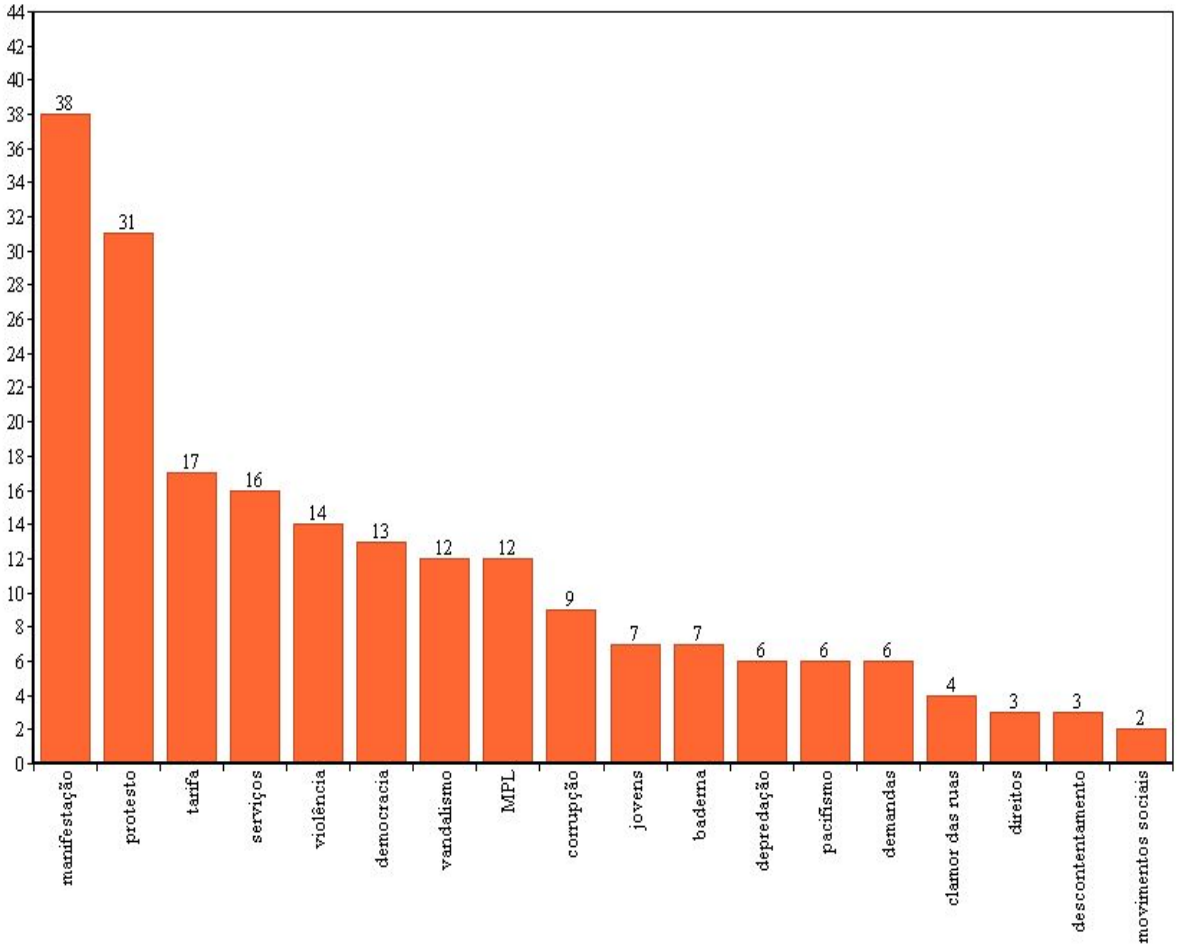
Para analisar quantitativamente os editoriais de *O Estado de S. Paulo*, definiu-se as seguintes palavras-chave:

- *vandalismo* e suas variações (vândalos, vandalizar): com 12 menções;
- *pacifismo/pacíficos*: 6 menções;
- *manifestação* e suas variações (manifestações, manifestantes): 38 menções;
- *protesto(s)*: 31 menções;
- *baderna/baderneiros:* 7 menções;
- *violência/violentos*: 14 menções;
- *depredação* e suas variações (depredar, depredado): 6 menções;
- *Movimento Passe Livre (MPL)*: 12 menções;
- *serviços*: 16 menções;
- *jovens/juventude*: 7 menções;
- *tarifa*: 17 menções;
- *demanda(s)*: 6 menções;
- *direito(s)*: 3 menções;
- *descontentamento*: 3 menções;
- *corrupção*: 9 menções;
- *democracia* e suas variações (democrático, democraticamente): 13 menções;
- *clamor das ruas*: 4 menções;
- *movimentos sociais*: 2 menções;

A tabela seguinte expõe o dia e o total de vezes que cada um dos termos foi mencionado.

palavra-chave	8	13	15	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	28	29	30	30	30	T
vandalismo	3	2	3	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
manifestação	5	7	8	1	1	2	3	0	3	1	0	0	0	2	1	1	2	1	38
protesto(s)	7	2	6	2	3	2	2	0	0	0	0	1	1	2	1	0	2	0	31
baderna/baderneiros	1	5	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
violência/violentos	2	2	3	0	3	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
depredação	1	2	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
mov. passe livre	5	2	0	0	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
serviços	0	0	0	1	1	1	1	1	2	2	3	0	0	0	0	0	0	4	16
pacíficos/pacifismo	0	0	0	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6
jovens /juventude	0	0	0	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7
tarifa	6	2	1	0	0	2	1	0	3	0	1	0	0	0	0	1	0	0	17
demandas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	6
direitos	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
descontentamento	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
corrupção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	1	1	0	0	2	0	9
democracia/	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	1	0	7	1	0	13
clamor das ruas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	4
movimentos sociais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2

O gráfico 8 organiza, em ordem decrescente, a quantidade de vezes que cada uma das palavras-chave foi mencionada.



Verificou-se que alguns termos apareceram com mais frequência nos primeiros editoriais, enquanto outros apareceram com maior frequência nos últimos editoriais, como é o caso das palavras-chave *violência* e *democracia,* a primeira com conotação depreciativa e a segunda com conotação positiva em relação às jornadas de Junho.

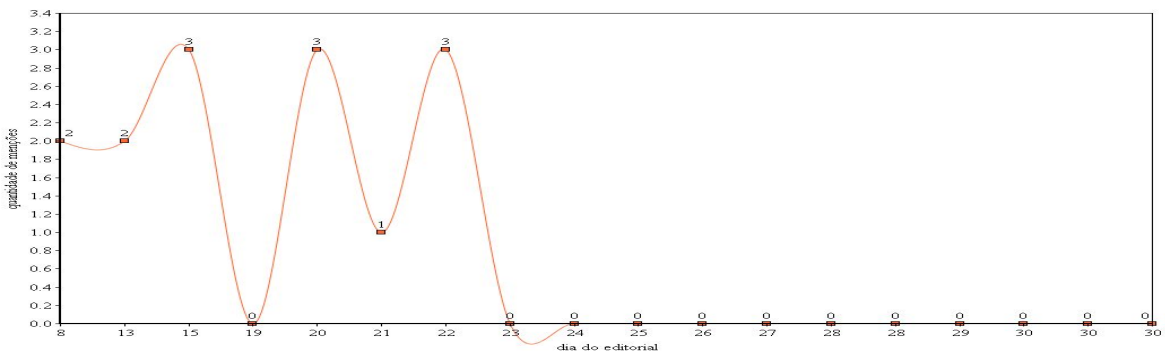


Gráfico 9. Distribuição da palavra-chave *violência* nos 18 editoriais investigados

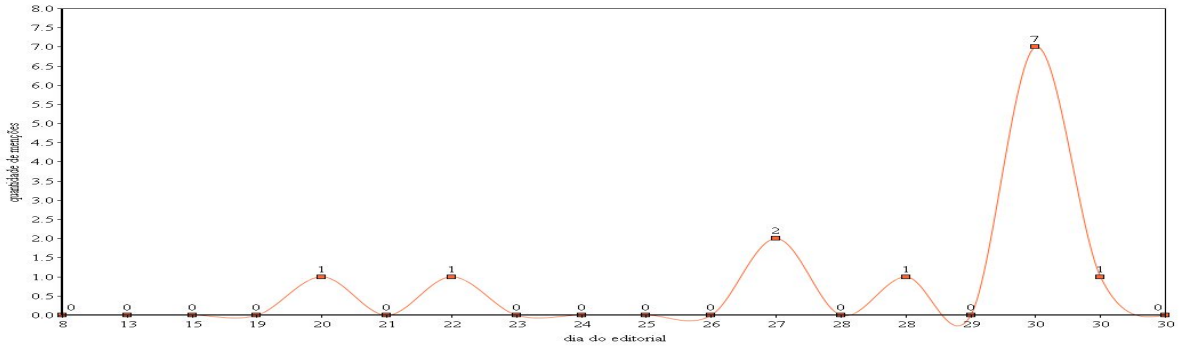


Gráfico 10. Distribuição da palavra-chave *democracia* nos 18 editoriais investigados

É possível, ainda possível contrapor termos de conotação depreciativa a termos de conotação positiva, com vias a comparar a quantidade de vezes que cada um deles foi mencionados nos editoriais.

Palavras-chave com conotação depreciativa	Palavras-chave com conotação positiva
violência (14) vandalismo (12) MPL (12) baderna (7) depredação (6)	serviços (16) democracia (13) jovens (7) pacifismo (6) direitos (3)

Finalmente, é importante mencionar os demais termos que foram encontrados durante a leitura dos editoriais, ainda que não correspondam às palavras-chaves, pois, ainda assim, esses termos possuem alguma relação com elas e colaboram para a compreensão da linha editorial do *Estadão.* Na maioria das vezes, esses termos apareceram adjacentes às palavras-chave, emprestando sentido e adjetivação a elas.

Localizou-se:

- termos relacionados à noção de *criminalidade*: militantes radicais, radicalismo, agressores, grupelhos, reféns, irresponsáveis, fúria destrutiva, encapuzados, ataque, invasões, saques, selvagens, atrevimento, presos, feridos, detidos, desordem, arruaceiros; principalmente nos editoriais dos dias 8, 13 e 15/06/13;

- termos relacionados à noção de *descontentamento:* atos públicos, insatisfação, reclamações, reivindicações, preocupação; a partir de 19/06/13;
- termos relacionados à *intervenção policial*: rigor, desorientação, moderação, truculência, brutalidade, descontrole;
- termos de *aprovação* das manifestações: contundência, engajados, passeatas, participantes, ordeiros, sabedoria popular, pressão popular, brava gente, voz da rua, povo, anseios, necessidades, cidadão, moçada; principalmente a partir do editorial de 22/06/13;

4. Análise Qualitativa

4.1 Considerações iniciais

A análise qualitativa da presente monografia baseia-se nos editoriais publicados pelo *Estadão* durante o mês de junho. Realizou-se o cruzamento das datas em que houve manifestações e das datas em que *O Estado de S. Paulo* publicou editoriais sobre o assunto, conforme tabela abaixo. Vale lembrar que os editoriais e notícias eram publicados sempre na edição do dia seguinte à manifestação, em razão da limitação imposta pela própria natureza impressa do veículo pesquisado e do tempo hábil para publicação. O primeiro editorial da série de 18 editoriais publicados pelo jornal aparece na edição de 08/06, intitulado "Puro Vandalismo".

Dia da manifestação	Dia da edição	Presença de editorial
03/06/13	04/06/13	
06/06/13	07/06/13	
07/06/13	08/06/13	✓
11/06/13	12/06/13	
-	13/06/13	✓
13/06/13	14/06/13	
-	15/06/13	✓
15/06/13	16/06/13	
17/06/13	18/06/13	
18/06/13	19/06/13	✓
19/06/13	20/06/13	✓
20/06/13	21/06/13	✓
-	22/06/13	✓
22/06/13	23/06/13	✓
-	24/06/13	✓
24/06/13	25/06/13	✓
-	26/06/13	✓
26/06/13	27/06/13	✓
-	28/06/13	✓
28/06/13	29/06/13	✓
29/06/13	30/06/13	✓

Vale lembrar que no dia 19/06 os governantes revogaram o aumento da tarifa, e o último ato coordenado pelo MPL acontece no dia 20/06. Em 22/06, o movimento social anuncia o fim das convocações para atos públicos. A partir de 22/06, há o espalhamento dos protestos para outros Estados e a capital paulista não registra mais acontecimentos dessa natureza.

Verifica-se,a partir da tabela, que 9 edições foram publicados em dias que se seguem aos protestos, enquanto 6 o foram sem que tenha havido qualquer tipo de protesto no dia anterior, com, inclusive, mais de um editorial por edição. Pode-se inferir que essas ediçõescontinham editoriais de caráter mais reflexivo do que factual, conforme lembra Beltrão (1997) a respeito da existência de várias modalidades de editoriais.

Vale notar, também, a diferença facilmente observável entre a quantidade de editoriais publicados antes da revogação da tarifa em 19/06 e a segunda fase dos protestos que se inicia a partir dessa data, quando da ampliação das pautas e descentralização geográfica das manifestações e também afastamento do Movimento Passe Livre da coordenadação das atividades públicas. No período que de 01/06 a 20/06, são publicados 6 editoriais, e, a partir daí, o número cresce em 100% e sobre para 12 editoriais, nos últimos 10 dias do mês de junho.

4.2 A criminalização de movimentos sociais é real e quantificável

Como já explicado na Introdução da presente monografia, há uma tendência bastante comum na mídia para a criminalização de movimentos sociais em coberturas jornalísticas (BATISTA, 2014; BORTOLOZZI JÚNIOR, 2008; ADISSI, 2011; MARTINS, 2007; FOSCARINI, 2014). Isso significa que a forma encontrada pela mídia para resolver e solucionar contradições da lógica capitalista trazidas à tona pelos movimentos sociais é criminalizando seus sujeitos, personalizando o debate e deslocando o eixo de discussão do conteúdo do problema social para o modo de agir dos manifestantes.

Com base nos dados expostos no capítulo Análise Quantitativa, é possível, objetivamente, inferir que o *Estadão* criminaliza o Movimento Passe Livre, destacando a destruição, a depredação e a violência dos conflitos sociais, e essa

postura encontra respaldo Código de Conduta e Ética do jornal, que prevê que o Direito e a ordem devem prevalecer nas questões abordadas pelo grupo, muito embora se considere que manifestações também estão respaldadas pela legislação brasileira, desde que pacíficas.

A criminalização do Movimento Passe Livre é real e quantificável, como se pode observar a partir dos dados coletados e sistematizados no capítulo Análise Quantitativa: a palavra-chave *vandalismo* aparece o dobro de vezes que *pacifismo*; *violência* aparece 4,6 vezes mais que *direitos*; *movimentos sociais* aparece apenas 2 vezes nos 18 editoriais analisados; o único termo com conotação positiva mencionado mais vezes do que um termo com conotação negativa foi *serviços*, citado 16 vezes enquanto *violência* apareceu 14 vezes. Apesar disso, quando as menções a *baderna* e *depredação* são somadas a *violência*, a palavra-chave *serviços* novamente perde a posição privilegiada. Notou-se que *democracia*, que tem grande número de menções, aparece associado a críticas ao governo federal por parte do *Estadão*, o que dificulta sua classificação dualista como positivo ou negativo em relação às manifestações.

Verificou-se, também, que o jornal muda de postura durante a cobertura jornalística: depois do aumento no número de participantes após a brutal intervenção policial nos protestos de 13 e 15/06, que resultou em jornalistas e fotógrafos feridos pela Tropa de Choque paulista, expressões como *manifestantes violentos* passam a ceder espaço para termos como *democracia* e *jovens.* Os integrantes do movimento, que até então eram retratados como arruaceiros e criminosos, passam a ser retratados como uma grande maioria pacífica e legítima, perturbada por uma minoria vândala, e as questões sociais presentes são apropriadas pelo *Estadão* como ferramenta para tecer críticas ao governo federal. Conforme Secco (2013), mencionado no capítulo da Contextualização deste trabalho, o decisivo nas jornadas de junho não foi a violência, mas a apropriação deste elemento pela imprensa.

É fundamental notar, ainda, que quanto menos as manifestações se associavam às pautas do Movimento Passe Livre e mais se associavam a pautas como a crítica do discurso dos políticos e o combate à corrupção, mais o *Estadão* se mostrava confortável para produzir editoriais, tendo em vista que até o MPL anunciar o fim das convocações, o jornal publicou 6 editoriais, a partir de então, esse número

cresceu em 100%, com 12 editoriais, nos últimos 10 dias do mês de junho. Isso significa dizer que, quanto mais distante da questão do transporte coletivo e da organização do espaço urbano, e mais próximas das demandas por serviços públicos, em geral de competência do Governo Federal, mais o jornal também se mostrou disposto a expressar sua opinião.

Com base na leitura do Código de Conduta e de Ética do Grupo Estado e na verificação de sua consonância com os editoriais analisados, concluiu-se que, dos autores apresentados na introdução desta monografia, o que melhor se aplica à compreensão da política editorial do *Estadão* é Nilo Batista (2014), que explica o processo de dupla criminalização, por meio do qual a mídia atua como uma ferramenta informal de criminalização enquanto o Direito é o braço formal, através do discurso da ordem e legalidade do código penal.

Destaca-se, também, que a bibliografia consultada (BATISTA, 2014; BORTOLOZZI JÚNIOR, 2008; ADISSI, 2011; MARTINS, 2007; FOSCARINI, 2014) salienta que é a grande mídia tradicional que mantém a tendência de criminalizar os movimentos sociais; tal consideração é relevante na medida em que, à época das manifestações, observou-se, também, uma tendência contrária à criminalização, representada pela imprensa alternativa, como a *Revista Fórum* e a *Mídia Ninja*, denotando a existência de uma outra abordagem a ser observada e pesquisada.

4.3 Detalhamento dos resultados

É nítida a criminalização das manifestações no conteúdo dos editoriais de *O Estado de S. Paulo,* como se pode observar a partir do primeiro editorial, "Puro Vandalismo", publicado na edição de 08/06. Nos trechos selecionados a seguir, grafa-se as expressões mais relevantes em itálico: "não passou de um festival de *vandalismo* a manifestação de protesto"; "a maior cidade do país ficou *refém* de *bandos* de irresponsáveis"; "apesar de o atrevimento *desses grupos* não ser novidade para os paulistanos"; "*encapuzados*, os integrantes mais violentos puseram fogo em sacos de lixo"; "uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser *pura e simplesmente* contra qualquer tarifa"; "como seus manifestantes são radicais, *não há acordo possível*"; "qualquer manifestação que promovam *só* pode

acabar em *violência*"; "para não ficar mal com os chamados *movimentos sociais*". Vale notar que o jornal é categórico ao afirmar que o movimento luta, de forma radical, pela extinção das tarifas e que não há acordo possível com os integrantes de grupos como o Movimento Passe Livre. No entanto, isso não é verdade, uma vez que a tarifa zero é uma das principais pautas do grupo, mas não a única, tanto que o acordo com o governador e o prefeito de São Paulo foi possível e se consolidou no dia 19/06, quando a tarifa voltou a custa R$3,00.

Cinco dias depois é publicado o segundo editorial, "Chegou a hora do basta", na edição de 13/06, com conteúdo semelhante à primeira publicação, como se nota nos trechos seguintes: "os *baderneiros* que os promovem"; "o vandalismo, que tem sido a *marca* do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL)"; "a *violência* dos manifestantes"; "fúria e comportamento *irresponsável* dos manifestantes"; "que a PM aja com o máximo *rigor* para conter a fúria dos manifestantes".

Apesar de criminalizador, esse posicionamento é legitimado pelo Código de Conduta e Ética do Grupo Estado e encontra respaldo no mesmo, como se observa nos itens 5 e 6 do tópico "Princípios Gerais", que esclarecem que o Grupo "defende a *prioridade* do Direito sobre a força e a prioridade da *ordem social* sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações*";* enquanto o item 6 assegura que o Grupo "defenderá os *cidadãos* das *agressões* de qualquer forma de poder e estimulará a livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana" (CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO ESTADO, p. 9). A opinião do jornal é irredutível na condenação dos integrantes do MPL e ainda que itens anteriores do Código de Conduta e Ética garantam a setores minoritários o espaço para manifestar suas opiniões, não é isso que se observa nos editoriais investigados, uma vez que não se encontrou nenhuma explicação sobre o método de ação dos passe-livre, que usam a ocupação da cidade como "arma para sua própria retomada" (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 25).

Outro ponto problemático é que, ao estigmatizar determinados grupos como "agressores" sem esclarecer os parâmetros para tal penalização, diversas questões sociais morrem asfixiadas no lodo de uma abordagem sistematicamente excludente

que se ocupaapenas da classificação dos sujeitos dos problemas sociais em violentos ou pacíficos.

O editorial seguinte, "Entender as manifestações", aparece na edição de 15/06 e dá o primeiro indício que, a partir da segunda semana de protestos, o *Estadão* mudaria de postura na cobertura das jornadas de junho. Até essa data, já haviam ocorrido atos públicos nos dias 3, 6, 7, 11 e 13. A partir deste último dia, o jornal começa a reconhecer o espalhamento geográfico das manifestações e a crescente adesão popular, principalmente após violenta repressão policial que chegou a ferir jornalistas e profissionais de imprensa, como se observa nos excertos: "quem nada tinha a ver com o protesto – pessoas que saíam do trabalho e *mesmo alguns jornalistas* que faziam a cobertura dos fatos – foi atingido"; "*ao lado* do aumento das tarifas de transporte coletivo, problemas na área de saúde e educação, sem falar no descontentamento com as despesas bilionárias com a Copa". No entanto, o jornal não abre mão da intervenção policial, que, na sua opinião, deve ser monitorada para não cometer excessos, como se nota nos trechos a seguir: "a polícia precisa agir com *muito rigor*"; "evitar *excessos*".

O próximo editorial, "Vontade de falar", é veiculado na edição de 19/06. A partir dessa data, todas as edições passam a conter a opinião oficial do *Estadão* sobre as manifestações, o que denota que o impresso passa a se expressar diária e ininterruptamente até que se acabe o mês de junho. Nos dias que antecedem a veiculação desse texto, acontece negociação com os governantes Haddad e Alckmin (18/06), depois da manifestação que teve o maior número de participantes nos atos da capital paulista, estimados em 250 mil (17/06).

O jornal se aproxima de uma aprovação às manifestações, que, a essa altura, já começavam a se associar a novas pautas e não mais unicamente àquela disparada pelo Movimento Passe Livre. É a primeira vez em que aparecem as palavras-chave *direitos, jovens* e *pacíficos,* e o termo *jornadas* estreia na linguagem do jornal como forma de se referir às manifestações e protestos. Os trechos destacados são: "grupos *engajados* nas causas 'pós-materialistas', como a defesa do meio ambiente, a proteção das comunidades indígenas, os direitos dos negros, mulheres e minorias sexuais"; "eclosão do *descontentamento*"; "*economia* em baixa e *insatisfação* em alta"; "*brutalidade* policial que se seguiu aos atos de *vandalismo*";

"os *jovens* não se sentem representados"; "além do caráter em geral *pacífico* das manifestações".

Na edição de 20/06, o editorial "Sem violência e sem controle" aprova o caráter apartidário dos protestos e reforça a divisão entre maioria pacífica e minoria vândala. Encontram-se expressões como: "já o *caráter pacífico* dos protestos não havia como defender";"arruaceiros"; "ampla maioria *civilizada*"; e "ela encaixou elogios à *moçada*". No dia anterior, o jornal dizia que o clima geral das manifestações era de pacifismo, mas logo se desfaz desse posicionamento; também no dia anterior, acontecia a revogação do aumento da tarifa, mas o *Estadão* só viria a se pronunciar sobre o fato na edição de 21/06.

Percebe-se que o jornal se mostra mais confortável para expressar sua opinião quando as manifestações começam a se afastar da pauta do MPL – que encerra as convocações após a revogação do aumento – e a se aproximar de pautas de combate à corrupção e impunidade, demandas por serviços públicos e críticas à Presidência do Brasil. Entende-se que as pautas mais fragmentadas, que criticam o governo federal e seus gastos com a Copa, por exemplo, têm mais afinidade com a linha editorial conservadora e liberal do *Estadão*, daí a maior disposição do jornal em discorrer sobre os protestos com uma frequência bem maior do que nas duas primeiras semanas de manifestações pelo transporte público.

Destaca-se ainda que, por mais que o tom do jornal aparente aprovação aos manifestantes nessa segunda fase, o elemento *violência* persiste no conteúdo dos editoriais. Se antes o jornal acusava, peremptoriamente, a totalidade dos manifestantes, agora a mesma questão aparece disfarçada sob a dissimulada divisão entre pacíficos e vândalos, no intuito de mostrar que o *Estadão* se preocupa em analisar as faces do movimento, considerando-o legítimo, apesar de não concordar com a minoria bagunceira. Acredita-se que essa mudança se explique pelo inesperado aumento no número de participantes e espalhamento das jornadas pelo Brasil, o que obrigou o jornal a repensar sua postura acusativa, que encurralava o MPL, porém sem fugir da sua linha editorial legalista e baseada na prioridade do Direito sobre a "anarquia". No dia 20, o Movimento Passe Livre realiza o último ato, dessa vez em comemoração à revogação do aumento, e dia 22, anuncia o fim das

convocações. No opinativo de 21/06, o jornal chega até mesmo a aplaudir a "contundência dos manifestantes" apesar do "inaceitável componente da violência".

Neste ponto da análise, é necessário refletir a respeito da política editorial do *Estadão*. Beltrão (1980, p.45) vê com naturalidade a mudança de posição dos veículos em seus editoriais. "As revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face de situações novas, decepcionam o público e podem desacreditar um jornalista, mas são inevitáveis, e os verdadeiros jornalistas mudam com humildade e elegância" (BELTRÃO, 1980, p.45). Apesar de ser um dos pioneiros nas pesquisas sobre jornalismo opinativo, entende-se que o autor encara com exagerada tranquilidade questões que envolvem interesses políticos e econômicos, defendendo que guinadas editoriais fazem parte da rotina jornalística.

Na verdade, percebe-se, através dos editoriais, que antes o jornal fechava os olhos para as manifestações e só os abriu depois que o assunto passou a interessar à sua linha editorial, principalmente quando jornalistas e profissionais de imprensa foram afetados no exercício de sua liberdade de expressão, em incidente com a Tropa de Choque paulista. Conforme consta do item 4 de "Princípios Gerais", o *Estadão* defende editorialmente os direitos e as *liberdades individuais*, o *pluralismo democrático* e a identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo (CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA DO GRUPO ESTADO, p.9). Nota-se que semelhante empenho em defender as liberdades individuais não foi observado nos editoriais sobre os primeiros atos coordenadas pelo MPL.

Com base nessas observações e retomando-se a análise, os opinativos se localizam: no dia 22/06, com o título "A violência das minorias", na mesma perspectiva de desaprovação da minoria bagunceira, sendo este o último editorial em que aparece a palavra-chave *violência*; 23/06, com o título "A mais cara de todas as Copas" e uma breve menção à pressão popular, que só aparece no quinto parágrafo do texto com a palavra-chave *manifestantes.*

No editoriais dos dias 24/06, 26/06 e 30/06, intitulados respectivamente, "O que fazer agora", "Esperança para os ônibus" e "Uma oportunidade rara", encontram-se reflexões sobre as consequências da volta da tarifa a R$3,00 nos campos financeiros e administrativos, e as palavras-chave com mais menções são *serviços* e *tarifa.*

Nos editoriais de 25/06, 27/06 e 28/06, intitulados respectivamente"Para a rua ver", "Festival de Demofilia" e "Crise de Desorientação", o foco é a crítica à presidente petista Dilma, que estaria tomando uma série de atitudes populistas e afobadas só para "a rua" notar seu empenho. No opinativo de 25/06, passa-se a usar a expressão "a rua" para designar *manifestantes* e é a primeira vez em que a palavra-chave *corrupção* é encontrada.

Os editoriais que mais contribuiram para a confirmação de que a mídia tradicional conserva a tendência de criminalizar, desqualificar e penalizar os movimentos sociais foram os publicados nos dias 8, 13, 15, 19, 20, 21 e 22. A partir do editorial do dia 23/06, nota-se que o *Estadão* foca mais em uma apropriação particular da temática para atacar o Governo Federal ou discutir consequências das manifestações nos planos econômicos, financeiros e da administração pública, do que discorrer sobre os manifestantes ou a natureza das manifestações propriamente ditas. Percebe-se que as palavras-chave *manifestações* e *protestos* nitidamente desenham uma queda a partir dessa data, como mostram os gráficos seguintes.

Deduz-se que no segundo momento das jornadas, como já mencionado no capítulo de Contextualização, há menor interesse por parte do Estadão em se debruçar sobre a natureza íntima das manifestações e a qualidade dos movimentos sociais. O jornal volta à sua "rotina" costumeira, passada a turbulência e a surpresa dos protestos,e tece críticas ao Governo Federal, produzindo reflexões e opiniões sobre os planos econômicos, políticos, financeiros, administrativos, entre outros.

5. Considerações finais

O objetivo maior da presente pesquisa foi atingido e a metodologia escolhida viabilizou, satisfatoriamente, a comprovação de que a cobertura jornalística do diário paulistano *O Estado de S. Paulo* criminalizou as manifestações de Junho de 2013, com estratégias análogas à penalização de movimentos sociais rurais.

O dado mais estarrecedor é o de que, nos primeiros 20 dias do mês do junho, ou seja, dois terços daquele mês, houve a publicação de 6 editoriais, enquanto nos últimos 10 dias de junho, ou seja, no último terço daquele mês, houve aumento de 100% na produção destes opinativos, que chegaram a 12 unidades. É no período de 1 a 20 de junho que se seguem o anúncio de aumento da tarifa, as convocações do Movimento Passe Livre (MPL) para atos públicos, e a revogação do aumento, veiculada pelo jornal no dia 19, e efetivada pelo governo paulistano no dia 24. No período final do mês, as mobilizações continuam, porém com pautas difusas e mais facilmente digeridas e apropriáveis pela linha editorial do jornal.

Além disso, fica nítida a vinculação mídia-sistema penal e a percepção empírica do "credo criminológico" ou crença na resolução de conflitos sociais pela imputação de penas, a partir da observação da quantidade de menções à palavra-chave *violência* (14), que só ficou atrás de termos como *manifestações* (38), *protestos* (31), *tarifa* (17) e *serviços* (16). Ainda que o jornal tenha mudado de postura nos editoriais, passando de uma atitude totalmente combativa das mobilizações a uma atitude de aprovação parcial, o componente da violência esteve, religiosamente, presente. A princípio, falou-se em um bando de vândalos violentos; em seguida, recuou-se para uma divisão entre vândalos e pacíficos. Ainda que tenha havido uma guinada na postura editorial do jornal, ela não foi alterada substancialmente, pois continuou pautada pela questão da presença ou ausência de violências e delitos, em prejuízo da contextualização das demandas e reivindicações sociais propriamente ditas.

Percebeu-se, com os resultados obtidos, quão profundamente ligados estão jornalismo, sociedade, política e poder, de maneira que o primeiro não pode ser concebido ou investigado sem levar sua dependência dos demais elementos. Se no

mito fundacional da profissão e nas primeiras teorias sobre jornalismo acreditava-se que as notícias eram como um espelho da realidade, pode-se afirmar, com base em dados quantitativos e investigações sérias, que as notícias e a produção jornalística, de forma geral, não são senão uma construção limitada por fatores ideológicos, políticos, econômicos e históricos, bem como sociais.

A partir da análise da cobertura do *Estadão*, também, percebeu-se como a política editorial de determinado veículo pode ser decodificada no próprio corpo de sua produção textual, através da seleção de determinados termos em detrimento de outros, da quantidade de materiais publicados a respeito de determinado assunto e da distribuição estratégica desses no decorrer do tempo, entre outras escolhas editoriais que nada têm de acaso ou ingenuidade, como acredita Beltrão (1995). Evidencia-se, assim que o jornalismo é capaz de intervir na construção da realidade, bem como é possível afirmar que os mecanismos e estratégias de que se vale são observáveis e quantificáveis com relativa facilidade.

Embora o objetivo principal tenha sido alcançado - confirmar a criminalização das manifestações de junho pelo *Estadão* e compreender os mecanismos sobre os quais ela se estrutura - são inúmeras as consequências que decorrem da confirmação desse fenômeno. Mais do que uma questão de presença ou ausência de criminalização na cobertura, é necessário atentar para a negligência da imprensa com alguns setores da sociedade, ainda que, veementemente, ela se afirme como um instrumento social intimamente comprometido com a democracia e a pluralidade de vozes.

Duas conclusões mais imediatas são possíveis: a) determinados personagens sociais são bloqueados no acesso público às vozes pela imprensa tradicional; b) a regulação da comunicação é necessária. Bortolozzi Júnior (2008) observa, a respeito dessas duas assertivas, que a imprensa, em vez de cumprir seu compromisso social, acaba por aumentar os obstáculos à consolidação de direitos fundamentais. Já que a grande imprensa tradicional defende a adoção de pressupostos jurídicos, é de suma importância que se explicite em seu comportamento editorial, quais pressupostos são absorvidos pelo discurso midiático e quais não o são. Os movimentos sociais não estão contrários à lei, quando se mobilizam em atos políticos para lutar por direitos (SOUTO MAIOR, 2013). Lima

(2013) destaca que a imprensa vem, repetida e sistematicamente, impedindo o acesso público de determinadas vozes, negando-lhes a existência, como se nota no que diz respeito aos movimentos sociais, que “não podem ser impedidos de dizer que determinadas leis têm estado, historicamente, a serviço da criação e manutenção da intensa desigualdade que existe em nosso país (SOUTO MAIOR, 2013, p. 160).

Se a imprensa deseja insistir em um discurso legalista e “politicamente correto”, que se adote, então, o texto constitucional integralmente, pois a mesma Lei que prevê as penas do código penal assegura uma série de direitos fundamentais a respeito dos quais não se nota o mesmo empenho em defender. Dessa forma, não é admissível que o “império da lei se dê para calar e criminalizar aqueles que, bem ao contrário, pretendem exatamente que os preceitos constitucionais se efetivem” (SOUTO MAIOR, 2013, p. 160). O elemento da violência e o modo de operação dos manifestantes não pode anular ou descontextualizar a consistência de um movimento social. A mesma mídia que se apóia no discurso penal e legalista resiste à ordem jurídica constitucional, pautada pelos direitos humanos e pelos preceitos do direito social.

A centralidade da velha mídia (televisão, rádio, jornais e revistas) ainda é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto ou indireto (LIMA, 2013), isto é, ela ainda detém o poder de “tornar as coisas públicas”. Daí resulta a importância em dispender esforços na compreensão de seu comportamento, especialmente com relação à maneira como ela se relaciona com determinados assuntos e como os constrói publicamente, uma vez que nessa construção estão implícitos fatores históricos e ideológicos, bem como elementos discriminatórios e estigmatizantes, que prejudicam a edificação de um debate transformador e democrático.

Compreender o comportamento da mídia é ainda importante para perceber quais são as estratégias e os discursos empregados para disfarçar seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes, de maneira tal que ela não pode mais ser considerada o “quarto poder”, imparcial e independente, principalmente porque não existem, previamente estabelecidas, as condições para a formação de uma opinião pública democrática (LIMA, 2013). É fundamental, desse

modo, refletir sobre o tipo de cobertura política que tem sido oferecida no país e repensá-la.

Referências bibliográficas

ADISSI, P. O. *Estado, mídia e criminalização do MST*: um estudo a partir do Caso de Pocinhos (PB). 2011. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

ARGÜELLO, K. *Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem.* Disponível em: http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>.Acesso em: 5.nov.2014.

AUGUSTI, A. R. As relações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Ponta Grossa, v.1, n. 6, p. 5-32, dez. 2009/mai. 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BATISTA, N. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=batista-nilo-midia-sistema-penal.html> Acesso em: 21.out.2014.

BELTRÃO, L. *Jornalismo Opinativo.* Porto Alegre: Sulina, 1980.

BORTOLOZZI JÚNIOR, F. *A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais.* 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Departamento de Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*. v. 6, n. 2, jul-dez, 2013. p. 179-191.

CARVALHO, C. V. T. *Os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo e a questão da exclusão social.* 2000. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Departamento de Comunicação Social (DCSO), Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação (FAAC/UNESP), Bauru, 1994.

CARVALHO, I; ROUSSET, F. *Uma cronologia das manifestações.* 2013. Revista Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/09/uma-cronologia-das-manifestacoes/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CORREIA, J. C. *O admirável Mundo das Notícias*: teorias e métodos. Covilhã: LabCom Livros, 2011.

FERREIRA, F. G. Gêneros jornalísticos no Brasil: estado da arte. *Revista Editada Pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Intercom, v. 1, n. 4, p.2-11, jun. 2012. Semestral. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/viewFile/1194/1114>. Acesso em: 10 mar. 2015

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 230-304.

FOSCARINI, L. T. *O discurso midiático nos meandros da criminalização: contemporaneidade e movimentos sociai*s. Disponível em: < www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo89.pdf>. Acesso em: 22.out.2014.

GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUIMARÃES, V. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX**.** *Revista Brasileira de História.* 2007, vol.27, n.53, pp. 323-349.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes:* Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F. A natureza dos gêneros e formatos jornalísticos. In:SEIXAS, L; PINHEIRO, N. F. (Org.). *Gêneros***:** um diálogo entre comunicação e linguística. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINS, D. C. A criminalização dos movimentos sociais e a luta por terras no interior do Paraná: o caso de Quedas do Iguaçu. *Ciências Sociais Aplicadas Em Revista*. v.7. n. 12. jan-jul/2007. p. 15-50.

MARTINS, E. (Org.). *Manual de redação e estilo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997. 400 p.

MEDINA, J. L. B. *Gêneros jornalísticos***:** uma questão de gênero. 2014. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/viii-sipec/gt05/40-JorgeLellis-trabalho completo.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?**.** *Lua Nova*. 1989, n.17, pp. 49-66.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes:* Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

PONTES, J. A. V. Histórico Grupo Estado. Disponível em: < www.estadao.com.br/historico/resumo/conti5.htm>. Acesso em: 28.mar.2013.

SANTOS, J. C. *Os discursos sobre crime e criminalidade*. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2012/05/os_discursos_sobre_crime_e_criminalidade.pdf>. Acesso em: 01.jan.2015.

SECCO, L. Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SOUSA, J. P. *Construindo uma teoria do jornalismo*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>. Acesso em: 23.out.2014.

SOUTO MAIOR, J. L. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

TARÍN, F. J. G. *De la violencia física a la violencia simbólica: la estructura de la ficción y el poder.* Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tarin-francisco-violencia-fisica-violencia-simbolica.pdf>. Acesso em: 10.dez.2014

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe-Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

Anexos

Conselho de Administração
Membros
Walter Fontana Filho, Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Puro vandalismo



Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas.

Esse é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daqueles em que a maior cidade do País ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. Apesar de há muito o atrevimento desses grupos não ser uma novidade para os paulistanos, dessa vez a população teve motivos para se assustar mais do que por ocasião de outros protestos, por causa de sua fúria destrutiva.

Comandados pelo Movimento Passe Livre (MPL) – integrado principalmente por estudantes das alas radicais dos partidos PSOL e PSTU –, os integrantes do protesto começaram as depredações por volta das 18 horas, quando saíram de frente da sede da Prefeitura, no Anhangabaú, em direção às Avenidas Paulista, 23 de Maio e 9 de Julho. Encapuzados, os integrante dos grupos mais violentos puseram fogo em sacos de lixo no meio dessas vias, para interromper o trânsito e aterrorizar os passantes.

Em sua caminhada, atacaram viaturas da São Paulo Transportes (SPTrans), empresa estatal que gerencia o serviço de ônibus, destruíram lixeiras, arrancaram fiação de iluminação pública e, na Paulista, depredaram guaritas da Polícia Militar (PM) e as estações Brigadeiro e Trianon-Masp do Metrô. Várias lojas e o Shopping Paulista tiveram de fechar as portas, por orientação da polícia, para evitar invasões e saques. O Movimento Passe Livre não parou inteiramente a cidade, como prometera, mas conseguiu perturbar a vida de boa parte dela e assustar a população.

A PM, recebida a pedradas, tentou conter a baderna, ainda no Anhangabaú, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Mas não conseguiu. Sua ação só foi mais eficiente na liberação das pistas da Paulista, tomadas nos dois sentidos pelos manifestantes. Um dia de fúria, que deixou saldo de 50 pessoas feridas e 15 presas, entre elas o presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino de Melo Prazeres.

Para tentar entender esse protesto, é preciso levar em conta as muitas coisas que estão por trás dele. Uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser pura e simplesmente contra qualquer tarifa, ou, se se preferir, a favor de uma tarifa zero. Ele não se opõe ao aumento da tarifa de R$ 3 para R$ 3,20, mas a ela própria. Ou seja, não há acordo possível e, como seus militantes são radicais, qualquer manifestação que promovam só pode acabar em violência. As autoridades da área de segurança pública, já sabendo disso, deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com maior rigor.

Não se pode deixar de considerar também que o aumento da inflação e o clima de insegurança e insatisfação que ele cria certamente desempenharam um papel nesses protestos, porque o reajuste de tarifas de transporte público, mesmo modesto como o de São Paulo, é sempre visto com maus olhos nessa circunstância. Tanto é assim que houve manifestações semelhantes, embora menos violentas, no Rio, em Goiânia e em Natal. Em nenhuma dessas cidades consta que existam movimentos como o MPL, pelo menos não com nível de organização e capacidade de mobilização como em São Paulo.

Deve-se levar em conta ainda que a capital paulista está pagando o preço da falta de firmeza das autoridades – ao longo das últimas décadas – diante de manifestações selvagens como a de quinta-feira. Pequenos grupos aguerridos – o protesto do MPL reuniu apenas cerca de mil manifestantes – param quando querem a Avenida Paulista e outras vias importantes da cidade, desconhecendo solenemente as proibições existentes nesse sentido.

Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero?

Chegou a hora do basta

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro – em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro – e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição – pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM).

Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais.

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem – anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo –, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad – este apesar de algumas reticências – à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

Haddad, que se encontra em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que "os métodos *(dos manifestantes)* não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população". Mas insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele. A gravidade da situação exige que o prefeito esclareça se com isso quis dizer que a oposição é responsável pela baderna.

Entender as manifestações

As manifestações de protesto contra o aumento da tarifa de transportes coletivos – que continuam a ter São Paulo como principal centro, mas se espalham por outras capitais – estão adquirindo características que exigem ao mesmo tempo sangue-frio para enfrentá-las e esforço de compreensão do que exatamente se passa, tanto por parte das autoridades como de todos os que de uma forma ou de outra são afetados por elas. Quando se pensava que iam dar uma trégua, depois de vários dias de agitação, elas prosseguiram com força na capital paulista na quinta-feira.

Foi a manifestação mais violenta – pela insistência dos seus integrantes em ocupar vias, como a Avenida Paulista, que as autoridades haviam decidido manter livres, e pela reação da Polícia Militar (PM), muito mais dura que nos dias anteriores. Os manifestantes saíram das imediações do Teatro Municipal, passaram pela Praça Roosevelt e, quando tomaram a Rua da Consolação começou o conflito com a PM.

Repetiu-se o cenário de dias anteriores, com a ação da polícia provocando a fúria dos manifestantes, com atos de vandalismo. Mas, com a PM dessa vez determinada a conter o protesto naquele ponto, atirando balas de borracha e bombas da gás lacrimogêneo, o conflito se agravou e mesmo quem nada tinha a ver com o protesto – pessoas que saíam do trabalham e mesmo alguns jornalistas que faziam a cobertura dos fatos – foi atingido. O número de feridos – 105 – foi muito mais elevado – 55 na Consolação e ruas próximas que os manifestantes alcançaram e 50 nas imediações da Paulista. E o de detidos chegou a 130.

Os confrontos não se agravaram apenas em São Paulo. Também no Rio de Janeiro, o protesto contra o aumento das passagens de ônibus recrudesceu, reunindo mais de 2 mil pessoas, que depredaram agências bancárias, atearam fogo em sacos de lixo, picharam prédio tombados, como o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa, e apedrejaram o do Tribunal de Justiça. Duas pessoas ficaram feridas. Houve manifestações de menor importância também em Porto Alegre e, em dias anteriores, em Goiânia e Natal. E sexta-feira chegou a vez de Brasília, onde o protesto foi contra os gastos com obras para a Copa do Mundo. Os manifestantes atearam fogo em pneus em frente ao Estádio Mané Garrincha.

A facilidade com que os grupos que organizam os protestos conseguem mobilizar descontentes de todos os tipos pelas redes sociais dá o que pensar. O mesmo se pode dizer de depoimentos de alguns manifestantes. A exemplo de um estudante de psicologia da Unesp, ouvido pelo jornal *O Globo*, outros participantes dos protestos já estão levantando, ao lado do aumento das tarifas de transporte coletivo, problemas nas áreas de saúde e educação. Sem falar no descontentamento com as despesas bilionárias da Copa. Some-se a isso tudo o fato de normalmente os protestos contra tarifas serem menos violentos e muito mais breves.

Parece haver aí algo que ultrapassa as fronteiras partidárias e ainda não foi bem compreendido. E isso é fundamental para que as autoridades possam saber em que terreno estão pisando. Mas, independentemente desse entendimento, é fundamental que todos os que têm uma parcela de responsabilidade na questão, especialmente os que cuidam da segurança pública, mantenham o sangue-frio. A polícia precisa agir com muito rigor, porque, sobretudo, as grandes cidades como São Paulo e Rio não podem ser entregues ao descontrole da violência. Tudo deve ser feito, porém, para evitar excessos, até mesmo para não dar aos radicais o pretexto que querem para novos atos de vandalismo.

Nesse contexto, é de lamentar as atitudes nem sempre claras do prefeito Fernando Haddad, que ora se diz aberto ao diálogo com quem quer tarifa zero, ora diz que não recua do aumento, ora condena o vandalismo dos manifestantes, ora alega que tem havido excesso da PM. Quem está no poder tem de pagar o preço de atitudes nítidas, em especial em momentos de crise.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Vontade de falar



Das dezenas de frases de participantes e entusiastas das manifestações da segunda-feira em 12 capitais brasileiras, citadas pela imprensa para dar uma ideia do espírito dos protestos, provavelmente a mais expressiva tenha sido a da ex-voleibolista Ana Beatriz Moser. "O importante é esse coro, essa vontade de falar. Os governantes têm de ouvir."

Em um País onde a última vez em que centenas de milhares de pessoas saíram de casa para se fazer ouvir pelos governantes foi em 1992, com o coro "Fora Collor", não é fácil de explicar a presumível acomodação da juventude, em contraste com o histórico de proliferação de atos públicos de massa no exterior (contra alvos diversos como a globalização, os transgênicos, a invasão do Iraque, o poder de Wall Street, as políticas recessivas na Europa, as tiranias árabes e, agora, o autoritarismo do governo livremente eleito na Turquia).

Pode-se argumentar que, desde o Plano Real no governo Itamar Franco, que assumiu no lugar de Collor, o Brasil amealhou mais notícias boas do que más – embora não raras entre essas tenham se tornado péssimas, a exemplo da criminalidade. O ciclo virtuoso de 18 anos – das administrações Fernando Henrique e Lula à primeira metade do mandato da presidente Dilma Rousseff – promoveu o crescimento e generalizados aumentos de renda real, principalmente entre os mais pobres. O consumo explodiu e só não atordoou os grupos engajados nas causas chamadas "pós-materialistas", como a defesa do meio ambiente, a proteção das comunidades indígenas, os direitos dos negros, mulheres e minorias sexuais. É tentador, mas arriscado, estabelecer uma relação direta e exclusiva entre a volta da inflação e os pibinhos, de um lado, e a eclosão do descontentamento, de outro. Mas seria míope negar qualquer nexo entre a economia em baixa e a insatisfação em alta.

De fato, foi o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, na esteira dos de Porto Alegre e outras cidades, que fez o trânsito parar de vez. Na capital paulista, a brutalidade policial que se seguiu aos atos de vandalismo registrados na primeira passeata, no começo da semana passada, acirrou a indignação, deu nova motivação para a ida às ruas e remeteu a segundo plano (mas sem eliminar) as reclamações contra o preço dos bilhetes.

Esse é o dado crucial da onda de protestos que juntou anteontem mais de 230 mil pessoas do Pará ao Rio Grande do Sul – só no Rio foram cerca de 100 mil, com a Avenida Rio Branco tomada por compacta multidão fazendo lembrar as marchas pelas *Diretas Já* em 1984.

Deu uma vontade de falar que não se sabe como, quando ou se será aplacada: contra os padecimentos que o Estado impõe ao povo com os seus serviços de terceira e indiferença de primeira, a começar da saúde e educação públicas; contra os políticos e autoridades em geral que só cuidam dos seus interesses e são tidos como corruptos por definição; contra a selvageria do cotidiano por toda parte; contra a truculência das PMs; contra a lambança dos gastos com a Copa, que pegou de surpresa a cartolagem e seus parceiros no governo federal – e tudo o mais que se queira denunciar. Afinal, os jovens não se sentem representados por nenhuma instituição e desconfiam de todas. Tampouco a imprensa lhes merece crédito. Consideram-se mais bem informados pelos seus pares das redes sociais do que pela mídia. É também na internet que encontram argumentos para as suas críticas, colhem e se prestam solidariedade, cimentando a coesão grupal.

Entre a quarta-feira passada e a noite da última segunda, 79 milhões de mensagens sobre as marchas foram trocadas pelos internautas. O senso de autocongratulação – "a juventude acordou" – e a natureza difusa de suas queixas combinam-se para dificultar a discussão de pautas específicas de mudança em eventuais encontros com agentes públicos. Como se diz, faz parte: o protesto precede à proposta. O lado bom das jornadas dos últimos dias, além do caráter em geral pacífico das manifestações, foi a preocupação com o País. "Parem de falar que é pela passagem", comentou um jovem. "É por um Brasil melhor."

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

'Sem violência' e sem controle



Bem que o secretário-geral da Presidência, ministro Gilberto Carvalho, invocou os velhos tempos em que os protestos de rua tinham carros de som para guiar as ações dos participantes e lideranças claramente identificadas que as autoridades poderiam chamar para uma conversa. Nos velhos tempos, aqui e no exterior, tampouco havia marchas organizadas pelo Partido Comunista (PC) ou por centrais sindicais sob o seu mando que não exibissem, além da clássica comissão de frente com os braços entrelaçados, um adestrado aparato de segurança pronto a reprimir, não raro a porretadas, os companheiros de viagem que, por palavras ou atos, se desgarrassem do roteiro político traçado para a ocasião pela autodeclarada vanguarda do proletariado. Os meganhas do PC também expulsavam do cortejo os militantes expurgados que, ainda assim, se achavam no direito de desfilar em meio à massa.

Os velhos tempos já se foram tarde. E a última coisa a esperar de passeatas "horizontais", sem estrutura hierárquica preestabelecida, como as que se propagam pelo País – e que outrora a ortodoxia do Partidão rotularia com desdém de "espontaneístas" –, seria uma falange capaz de impor o respeito às cláusulas pétreas do movimento: nada de partidos, nada de violência. No primeiro caso, o controle tem funcionado. Sumiram por bem, pelo menos em São Paulo, as bandeiras das agremiações ultrarradicais, como PSTU e PCO. Ou sumiram por mal, quando, numa cena sem precedentes, um manifestante na Praça da Sé, cansado de argumentar, arrancou de seu portador – e pisoteou – a rubra bandeira engalanada com a foice e o martelo do Partido Comunista Revolucionário (PCR), que ainda reverencia o camarada Stalin. A multidão encorajou o revolucionário a deixar o local.

Já o caráter pacífico dos protestos não havia como defender. Assim como tinha ocorrido na véspera, no ataque à Assembleia Legislativa do Rio, na terça-feira a exortação "sem violência" foi impotente para impedir a tentativa de invasão e a depredação da entrada da Prefeitura paulistana e a queima de um posto da PM e de uma van da Rede Record, a pouca distância dali. Os arruaceiros berravam "sem moralismo", e "sem burguesia". A ampla maioria civilizada não conseguiria, tampouco, enfrentar os grupos que se puseram a vandalizar ou a saquear as lojas de departamentos das proximidades. A polícia, que na segunda-feira atirou em quem não devia, porque não fizera nada de errado ou nem sequer participava do protesto, dessa vez só apareceu com três horas de atraso, quando o pior já ocorrera. Se antes faltou policiar os PMs, depois sobrou desorientação – a começar do governador Geraldo Alckmin.

Pelo menos ele não deixou às pressas o Palácio dos Bandeirantes para pedir socorro a alguém presumivelmente mais apto a lidar com a incomum situação destes dias. Foi o que fez, apequenando-se perante aliados, adversários e a opinião pública, a presidente Dilma Rousseff. Ela, que tanto intimida a sua equipe com seus modos autoritários e a certeza de ser a dona da verdade, tornou a demonstrar que, na hora H, não é ninguém sem dois conselheiros. Um é o marqueteiro-residente do Planalto, João Santana. O outro, claro, é o seu progenitor político Luiz Inácio Lula da Silva. Foi Santana quem a instou finalmente a se pronunciar, após mais de uma semana em que os jovens, às dezenas de milhares, tomaram as ruas do País. Na terça-feira, antes de um bate-volta a São Paulo para perguntar ao seu mentor o que fazer agora, ela encaixou elogios à moçada numa fala sobre mineração.

Quem os escreveu é do ramo. Quem os leu, se também fosse, saberia infundir de sentimento pelo menos este enunciado: "A grandeza das manifestações comprova a energia da nossa democracia, a força da voz da rua e o civismo de nossa população". Mas, ao vivo, nada consegue derreter a frieza da presidente e a sua robótica entonação. A campanha de 2010 colou nela o depreciativo "poste", que o próprio Lula viria a repetir para se gabar de sua eleição. (Fez o mesmo quando Fernando Haddad se elegeu em São Paulo.) O pior é que Dilma, depois de 2 anos e meio no Planalto, continua a precisar dele para ligar a luz.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A pergunta das ruas



Perplexos como toda a gente diante da força da onda de protestos que se espraiaram pelo País contra o aumento das tarifas de transportes urbanos, em primeiro lugar, os governos dos maiores Estados e municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de numerosos outros, capitularam na quarta-feira, 13 dias depois da eclosão das primeiras manifestações na capital paulistana. Os bilhetes voltaram a custar, respectivamente, R$ 3 e R$ 2,75, abolidos, nos dois casos, os execrados R$ 0,20 de aumento que desataram a ira geral – e acrescentaram ao vasto repertório brasileiro de siglas o MPL do Movimento Passe Livre, que defende o transporte coletivo gratuito e promete persistir na pregação.

O recuo mais dramático foi o do prefeito petista da capital, Fernando Haddad. Na véspera da rendição, não apenas a sede da municipalidade foi atacada por um bando de vândalos, como o prédio onde ele mora com a família esteve perto de ser invadido por agressores que o chamavam, entre outras coisas, de "covarde". Na manhã seguinte, ele foi o oposto disso.

Com um desassombro raro entre os governantes de quaisquer partidos, chegou a dizer que a redução das tarifas seria "uma decisão de caráter populista". O que ele queria era que o governo federal bancasse, de alguma forma, o custo da medida que a presidente Dilma Rousseff e o patrono de ambos, Luiz Inácio Lula da Silva, o pressionavam a tomar.

Instruído pela chefe, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse não. A Prefeitura que ajustasse o seu orçamento e os seus programas às receitas de que teria de abrir mão – R$ 200 milhões já este ano. Isolado, Haddad ainda teve o dissabor de receber uma ligação do prefeito peemedebista do Rio, Eduardo Paes, de quem ouviu que "não aguentava mais" e resolvera ceder. Do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, tampouco tinha algo a esperar. Ele argumentou que as coisas só ficariam piores sem a diminuição das passagens (que incluem as do metrô e trens de subúrbio, de alçada do Estado). O retrospecto dos dias recentes decerto lhe dava razão.

Mas o prognóstico pessimista não há de ter sido o principal fator de seus cálculos – nem nos de todos os demais protagonistas, a começar da presidente que tem em comum com o tucano o fato de serem candidatos à reeleição nas suas esferas. No Rio, o governador Sérgio Cabral já não pode sê-lo, mas joga o seu futuro na candidatura do vice Luiz Fernando Pezão, a ponto de condicionar o seu apoio a Dilma à desistência do aspirante petista, senador Lindbergh Farias. Nas democracias de massa não há como ser diferente: a urna é a servidão dos políticos, e a racionalidade das planilhas é levada de roldão quando o sentimento popular se exprime com a súbita contundência destes dias de som e fúria.

Ela faz supor que a remoção dos R$ 0,20 talvez não equivalha à retirada do proverbial bode da sala, após o que os moradores se resignam a conviver com as mazelas de que tanto reclamavam antes de tudo ficar pior. As concentrações podem refluir por fadiga do material de que se compõem – embora poucos pareçam se dar conta do quanto são, numa palavra, divertidas para quem delas participa, principalmente se não tiver de acordar cedo no dia seguinte.

Mas há na atmosfera a forte impressão de que os protestos expuseram o nervo da demanda compartilhada pela imensa maioria das populações urbanas pela mudança no quadro de descalabro cotidiano que estão fartas de suportar.

Começando pelo detonador das passeatas: desde ontem, no Rio, e a partir de segunda-feira, em São Paulo, as tarifas voltaram ou voltarão ao que eram; mas a qualidade do transporte continuará péssima, em meio a engarrafamentos cada vez maiores e mais duradouros, o que apenas prolonga o suplício dos usuários. As manifestações, apesar do seu intolerável componente de violência – à qual o grosso dos participantes, justiça se lhe faça, se opôs –, tiveram a virtude de lançar em campo uma oportuna e inconveniente pergunta para os detentores do poder: se eles se dispõem a investir bilhões para fazer uma Copa com o "padrão Fifa", por que não adotam o mesmo critério, com a mesma urgência, para melhorar os serviços públicos?

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A violência das minorias



Quando a maior manifestação de protesto da história de Brasília, reunindo 30 mil pessoas, inclui, entre pencas de atos gratuitos de vandalismo, uma tentativa de incendiar o Itamaraty e a quebra de vitrais da catedral da cidade – o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto só não foram atacados porque estavam sob a proteção de um compacto esquema de segurança –, é hora de soar o alarme. O País está diante de um movimento que ficou maior do que podiam imaginar os militantes da única organização conhecida a promovê-lo, o MPL, que prega a gratuidade dos serviços de ônibus urbanos. Nessa mesma medida, nem os ativistas do chamado Passe Livre nem a imensa maioria pacífica dos manifestantes conseguem controlar os grupelhos que a eles se juntam para provocar, depredar, pilhar e destruir.

Quando os que saem às ruas – praticamente sem lideranças organizadas – se transformam em multidões, a mudança não é apenas de ordem de grandeza. Multidões tendem a ser disformes, impulsivas, imprevisíveis – e propensas à violência. Nelas esmaecem as fronteiras entre os "do bem" e os que ali estão para "causar". Conforme as circunstâncias, esses podem contaminar aqueles, embora a recíproca não seja verdadeira.

O reconhecimento dessa realidade não visa a desqualificar os protestos, cujo vertiginoso alastramento deixou todos boquiabertos. Viver numa democracia é mais do que ter o direito de escolher livremente governantes e parlamentares em intervalos regulares. As sociedades querem se exprimir, cada vez mais, nos sites de relacionamento e de corpo presente.

A sua agenda pode ser difusa, como se vê agora no País, onde os participantes das passeatas não são rebeldes sem causa, mas com causas em demasia. E essas, ou melhor, a sua vocalização se origina de um sentimento também difuso de ira com as mazelas nacionais que os governos e os políticos ou não conseguem eliminar ou toleram, movidos por interesses que os indignados percebem como alheios ou antagônicos aos da população. Daí, para citar um exemplo de uma infinidade, o cartaz que circulou pela Avenida Paulista, anteontem, no carnaval pelo cancelamento do reajuste das tarifas de transporte. Os logotipos de um punhado de siglas, como as do PT, PSDB e PMDB, apareciam riscados, ao lado do aviso: "Nenhum deles me representa". Daí também o veto ao uso de bandeiras partidárias, que descambou para o autoritarismo na manifestação de mais de 100 mil pessoas em São Paulo, quando do autointitulados "nacionalistas" obrigaram pessoas a tirar as camisetas com a insígnia do PSOL.

Ironicamente, a reprovação sem limites do "sistema" faz lembrar a propaganda do então candidato petista à prefeitura paulistana Fernando Haddad, queimado em efígie juntamente com o governador tucano do Estado, Geraldo Alckmin. Aludindo à expansão da capacidade de consumo do grosso dos brasileiros, graças aos ganhos de renda obtidos nos anos Lula, ele dizia que a vida das pessoas tinha melhorado da porta de casa para dentro, mas faltava melhorar muito da porta de casa para fora. Se algo se pode distinguir na algaravia dos jovens que se esparramaram pelas avenidas de uma centena de cidades é precisamente isso: os governos têm sido um fracasso em matéria da oferta de bens públicos que valham uma fração que seja dos impostos que se pagam por eles. Ou, como já se diz faz tempo: temos tributos suecos para serviços nigerianos.

O problema é que as melhores causas se prestam aos piores atos. Na quinta-feira, Brasília esteve longe de ser um ponto fora da curva. No Rio de Janeiro, no primeiro dia da volta da velha tarifa, a tentativa de invadir a sede da prefeitura, entre outras violências, provocou confrontos com a PM que deixaram 62 feridos, deformando o que até então vinha sendo uma marcha ordeira de 300 mil pessoas. Em Ribeirão Preto, o pânico levou um motorista a atropelar um grupo de manifestantes, matando um deles. Ontem, em Belém, uma gari de 54 anos morreu por ter inalado gás lacrimogêneo durante os incidentes da véspera.

Os cidadãos comuns se tornaram duplamente reféns: dos baderneiros que desdenham das exortações da maioria ao pacifismo e do costumeiro descontrole das tropas mobilizadas para reprimi-los.

A mais cara de todas as Copas

A Copa do Mundo de 2014 no Brasil será a mais cara de todas. O secretário executivo do Ministério dos Esportes, Luís Fernandes, anunciou que em julho seu custo total chegará a R$ 28 bilhões, um aumento de 10% em relação ao total calculado em abril, que era de R$ 25,3 bilhões. E supera em R$ 6 bilhões (mais 27%) o que em 2011 se previa que seria gasto.

Por enquanto, já se sabe que o contribuinte brasileiro arcará com o equivalente ao que gastaram japoneses e coreanos em 2002 (R$ 10,1 bilhões) mais o que pagaram os alemães em 2006 (R$ 10,7 bilhões) e africanos do sul em 2010 (R$ 7,3 bilhões).

O "privilégio" cantado em prosa e verso pelo ex-presidente Luiz Inácio da Silva, que se sentou sobre os louros da escolha em 2007, e entoado por sua sucessora, Dilma Rousseff, em cuja gestão se realizará o torneio promovido pela Fifa, custará quatro vezes os gastos dos anfitriões do último certame e três vezes os gastos dos dois anteriores.

O governo federal não justifica – nem teria como – este disparate. Mas, por incrível que pareça, os responsáveis pela gastança encontram um motivo para comemorar: a conta ainda não chegou ao teto anunciado em 2010, que era de R$ 33 bilhões. É provável, contudo, que esse teto seja alcançado, superando o recorde já batido, pois, se os custos cresceram 10% em dois meses, não surpreenderá ninguém que subam mais 18% em 12 meses.

Esta conta salgada é execrada porque dará um desfalque enorme nos cofres da União, que poderiam estar sendo abertos para a construção de escolas, hospitais, estradas, creches e outros equipamentos dos quais o País é carente. Como, aliás, têm lembrado os manifestantes que contestam a decisão oficial de bancar a qualquer custo a realização da Copa das Confederações, do Mundial de 2014 e da Olimpíada no Rio de Janeiro em 2016. E, além dos valores, saltam aos olhos evidências de que tal custo não trará benefícios de igual monta.

É natural que, no afã de justificar o custo proibitivo, o governo exagere nas promessas de uma melhoria das condições de vida de quem banca a extravagância. Segundo Fernandes, responsável pela parte que cabe ao governo na organização do torneio, "a Copa alavanca investimentos em saúde, educação, meio ambiente e outros setores". E mais: "Ou aproveitamos esse (*sic*) momento para o desenvolvimento do País ou perdemos essa (*sic*) oportunidade histórica".

A Nação aguarda, com muita ansiedade, que o governo, do qual participa o secretário executivo do Ministério dos Esportes, venha a público esclarecer quantos hospitais, escolas ou presídios têm sido construídos e que equipamentos têm sido adquiridos para melhorar nossos péssimos serviços públicos com recursos aportados por torneios esportivos que nos custam os olhos da cara.

Não é preciso ir longe para contestar esta falácia da "Copa cidadã": o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) previu um "legado inestimável" que ficaria da realização dos Jogos Panamericanos de 2007 na mesma cidade onde será disputada a Olimpíada de 2016. O tal "legado" virou entulho: os equipamentos construídos para aquele fim estão sendo demolidos e reconstruídos e, enquanto não ficam prontos, os atletas simplesmente não têm onde se preparar para disputar os Jogos Olímpicos daqui a três anos.

A manutenção do estádio Green Point, na Cidade do Cabo, que custou R$ 600 milhões (menos da metade dos gastos na reforma do Maracanã, no Rio, e do Mané Garrincha, em Brasília) para ser usado na Copa da África do Sul, demanda, por ano, R$ 10,5 milhões em manutenção, o que levou a prefeitura local a cogitar de sua demolição. Por que os estádios de Manaus, Cuiabá e Natal terão destino diferente depois da Copa?

A matemática revela que o maior beneficiário da Copa de 2014 será mesmo a Fifa, e não o cidadão brasileiro, que paga a conta bilionária. Prevê-se que o lucro da entidade será de R$ 4 bilhões, o dobro do que arrecadou na Alemanha e o triplo do que lucrou na África do Sul. O resto é lorota para enganar ingênuos e fazer boi dormir.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O que fazer agora



Consumada a revogação do aumento de R$ 0,20 da tarifa dos transportes coletivos de São Paulo – que volta a custar R$ 3,00 –, depois de quase duas semanas de manifestações que começaram na capital e se espalharam, pelo mesmo motivo, por várias cidades do País, é preciso agora pensar nas suas consequências nos planos financeiro e administrativo, tanto para o Estado como para a Prefeitura. Delas vai depender, numa boa medida, a qualidade do serviço, que foi o estopim do descontentamento que explodiu nas ruas.

Ao Estado, estima-se que a decisão vai custar R$ 210 milhões em investimentos da Companhia do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Embora esse seja um problema a mais a ser enfrentado na área de transporte, a situação do governo estadual é menos difícil nesse caso do que a da Prefeitura. Segundo o secretário estadual de Planejamento, Júlio Semeghini, o governador Geraldo Alckmin tem autonomia para lidar com R$ 9 bilhões de investimentos.

Os recursos destinados a cobrir aquela perda virão de obras que atrasaram ou podem ser adiadas: "Estamos fazendo um levantamento sobre que obras podem ser essas".

Para a Prefeitura, a renúncia aos R$ 0,20 do aumento da passagem de ônibus custará cerca de R$ 175 milhões, a serem somados aos subsídios, já elevados, de R$ 1,25 bilhão previstos para o setor este ano. Eles atingirão portanto R$ 1,425 bilhão, uma soma considerável.

Segundo o prefeito Fernando Haddad, se a tarifa ficar congelada até o fim de seu mandato – para o Movimento Passe Livre (MPL), que liderou as manifestações, isso é o mínimo, tanto que ameaça voltar à sua reivindicação inicial de tarifa zero –, o custo total da perda será de R$ 2,6 bilhões. Em princípio, esse dinheiro só poderá vir do corte de investimentos, já baixos por causa das dificuldades financeiras da Prefeitura, das quais Haddad não se cansa de reclamar.

A situação é complicada, porque a expectativa da população com relação a uma melhora do transporte coletivo cresceu, reforçada pelas manifestações, ao mesmo tempo que diminuíram os recursos disponíveis para isso.

Na parte que é de responsabilidade do Estado, a perda é relativamente pequena, tendo em vista os investimentos bilionários em curso no ambicioso programa de expansão das linhas do metrô e de modernização da CPTM. Mas esse esforço só dará resultados a médio e longo prazos, porque a expansão do metrô é muito cara e demorada. Não é possível fazer muito mais e o paulistano terá de conviver por algum tempo com o metrô superlotado. São Paulo está pagando um alto preço pelo atraso histórico na construção desse sistema.

A curto prazo, o meio de transporte coletivo do qual se pode esperar alguma melhora é justamente o mais usado – o ônibus. Haddad tem uma boa e rara oportunidade de fazer isso – e a custo relativamente baixo – com a renovação da concessão desse serviço, executado por cerca de 14 mil ônibus e 7 mil vans. A licitação já foi aberta para esse negócio de R$ 46,3 bilhões, cujos contratos terão duração de 15 anos, no caso das empresas de ônibus, e de 7 anos, no das cooperativas de vans.

O prefeito promete um novo modelo para esse serviço, que divide a cidade em três lotes, em vez dos oito atuais, e a inclusão do sistema GPS nos validadores das catracas. Com essas medidas se pretende assegurar um controle financeiro mais rigoroso e melhorar o atendimento em tempo real.

Dois outros pontos importantes são a construção de 150 km de novos corredores, de outros 150 km de faixas exclusivas e de mais 12 terminais e a reorganização das linhas de ônibus, com veículos confortáveis – e não com os verdadeiros vagões de gado atualmente em uso.

Os trajetos devem ser escolhidos, evidentemente, de acordo com o interesse dos usuários e não das empresas, como acontece hoje com um grande número deles. Daí a resistência das empresas a essa medida – essencial para a melhoria do serviço –, há muito prometida e nunca executada. Não vai demorar para saber se Haddad resistirá à pressão das empresas ou se cederá a ela, como fizeram seus antecessores nas últimas décadas.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Para a rua ver



A rua não só tem o direito de apontar o dedo para os governantes, como é bom que o faça: mil vezes melhor uma sociedade estridente do que uma sociedade apática – se essas forem as únicas alternativas. Mas a rua não tem a obrigação de oferecer aos poderes do Estado, mastigadas, as soluções para as mazelas que justificadamente denuncia. Quando essas se empilham e perduram, apesar das promessas que se ouvem a cada ciclo eleitoral e das reiteradas juras das autoridades de que se esfalfam para cumpri-las, é da ordem natural das coisas que a rua, esgotada a sua paciência e tendo redescoberto o seu poder de pressão, queira para já as mudanças que façam do Brasil, em síntese, um país sem corrupção e com serviços públicos equiparáveis em qualidade ao volume de impostos que se pagam por eles. Afinal, se duas semanas de manifestações levaram à anulação do aumento dos preços das passagens em dezenas de cidades e obrigaram a presidente Dilma Rousseff a legitimar a rua como interlocutora do governo – "eu estou ouvindo vocês", assegurou –, muitos hão de se sentir estimulados a adotar a palavra de ordem do Maio de 1968, na França: "Sejam realistas, exijam o impossível".

Só que o Estado não pode ser voluntarista – e quando assim se comporta proporciona um espetáculo de oportunismo, se não de hipocrisia, que não engana a ninguém.

Em seguida ao pronunciamento de Dilma, na sexta-feira, Executivo e Congresso deram início a uma sôfrega carreira para se mostrar, cada qual, mais pronto do que o outro para mostrar o serviço cobrado pelas multidões. Corrupção? Não seja por isso, retruca o Planalto, e de bate-pronto decide mobilizar o Legislativo para acelerar a tramitação de três projetos presumivelmente saneadores: o que estabelece punição de até 20% sobre o faturamento bruto de empresas corruptoras ou fraudadoras de licitações; o que prevê cadeia para funcionários que não consigam justificar a engorda de seu patrimônio; e o que regulamenta a atividade de lobby com a administração federal. Além disso, o governo vai tirar da gaveta dois projetos: o que estende para os ocupantes de cargos de confiança as regras aplicadas aos políticos pela Lei da Ficha Limpa e o que triplica para 12 meses o período de quarentena de ex-altos funcionários e restringe os seus negócios futuros.

Não consta, porém, que a presidente pretenda reaver do PR e do PDT os cargos que lhes devolveu no Ministério depois da decantada faxina de 2011, para tê-los consigo na megaaliança reeleitoral de 2014 – que não exclui nem o PTB de Roberto Jefferson, delator do mensalão e condenado a 7 anos no respectivo processo. De toda maneira, além das culpas que cabem aos governos pelos descalabros malhados na rua, mais graves são os problemas estruturais do Estado, o qual não deixa de refletir as insuficiências da organização social brasileira. Pior é a febre reformista que parece se alastrar no Parlamento, onde houve até quem, fazendo um desafinado coro com a rua, sugerisse a autodissolução dos partidos – como se os seus sucessores formassem uma federação de querubins. Compreende-se que uma parcela da brava gente das passeatas imite os argentinos que entraram em 2002, quando o país naufragava, gritando "que se vayan todos". Mas a execração da política tem tudo para se degradar, onde quer que seja, em populismo autoritário. (Na Argentina, a era Kirchner começou em 2003 e, no que depender da presidenta, continuará pelo menos até 2015.)

A rua também pode achar que a reforma política é a panaceia para a corrupção, e o desdém dos eleitos pelos eleitores. Não é. Pode tornar o sistema mais representativo ou mais produtivo e, no melhor dos mundos, mais atento à vontade geral, e não apenas aos seus patrocinadores, clientelas e grupos de pressão. No Congresso, os messiânicos da reforma parecem ignorar que, em última análise, não é mudando as regras do ofício que os políticos se tornarão automaticamente avessos à corrupção, abandonando práticas entranhadas. Os parlamentares redentores não se contentam com pouco: querem uma Constituinte exclusiva para fazer, além da reforma política, a tributária, a administrativa e a da Previdência – tudo em um ano.

Esperança para os ônibus

A maior transparência que há muito se reclama nas relações entre a Prefeitura e as empresas concessionárias do serviço de ônibus da capital paulista se tornou imperiosa com as manifestações que sacudiram o País. E o momento ideal é este, pois os contratos de concessão estão sendo renovados e o governo municipal parece disposto a revê-los de forma a ajustá-los melhor aos interesses dos usuários. Os contratos atuais contêm alguns dispositivos que permitem aos concessionários obter uma alta rentabilidade, em desacordo com a má qualidade desse meio de transporte.

Reportagem do jornal *Valor*, feita com base em dados da SPTrans, a empresa municipal que gere esse serviço, mostra que a receita média por passageiro repassada às empresas de ônibus e vans da capital cresceu 15% acima da inflação entre 2006 e abril deste ano. Há um descompasso entre a remuneração das empresas, acima do índice oficial da inflação, e a tarifa, que nem mesmo consegue acompanhá-la. É claro que isso tem um impacto negativo nas contas municipais. E, como o serviço é altamente subsidiado, no final quem acaba pagando a conta, apesar de mal servidos, são os contribuintes paulistanos.

De acordo com os contratos atuais, firmados em 2003, no governo Marta Suplicy, quando as empresas obtêm lucro maior do que o previsto, a diferença fica toda para elas. Isso acontece, por exemplo, quando elas conseguem transportar mais passageiros sem aumentar a frota. Como isso em geral acontece superlotando os ônibus e vans, elas ganham sacrificando o conforto do usuário. Segundo o diretor de gestão econômico-financeira da SPTrans, Adalto Farias, aquele crescimento da remuneração superior ao da inflação se deve também a um aditamento aos contratos feitos pelo ex-prefeito Gilberto Kassab, que permite às empresas ganhar mais a título de incentivo para investir na renovação da frota.

Esse incentivo não faz o menor sentido, porque a compra de novos veículos é obrigação do empresário, faz parte do custo do seu negócio, que, como se vê, é muito bem pago. Por que Prefeitura tem de ajudar esses empresários a fazer aquilo que é sua obrigação? Como se isso não bastasse, os ônibus que servem São Paulo, mesmo os novos, adquiridos com essa facilidade, não obedecem aos requisitos de conforto que deles se exigem. São verdadeiros vagões de gado.

Nos novos contratos que o governo do prefeito Fernando Haddad pretende começar a assinar a partir de julho estão previstas algumas mudanças importantes, como no cálculo do reajuste das empresas. Muda também a base de remuneração delas. Hoje ligada 100% ao transporte de passageiros, ela passa a atribuir peso igual ao número de viagens e ao custo fixo. Finalmente, será possível dividir meio a meio os ganhos de eficiência obtidos pelas empresas.

Aquele crescimento de 15% da receita das concessionárias acima da inflação, no período assinalado, pode não corresponder inteiramente ao lucro por elas obtido, porque é possível que alguns de seus custos também tenham superado o índice inflacionário. Mesmo assim, elas não têm do que se queixar do rendimento. Diz Adalto Farias, que conhece as demonstrações financeiras auditadas das empresas do setor, que a operação do serviço de ônibus da capital dá uma taxa interna de retorno entre 9% e 13%.

É bom que todos esses dados comecem a ser divulgados e discutidos, como está acontecendo. Melhor ainda será se Haddad se mantiver firme na defesa das medidas que pretende introduzir na relação da Prefeitura com as concessionárias, para melhorar o seu serviço. Mas ele que se prepare, porque seria ingenuidade acreditar que elas aceitarão isso facilmente.

Se a Câmara Municipal conseguisse aprovar logo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), já proposta, para esmiuçar os gastos da Prefeitura com as concessionárias, isso seria também de grande ajuda. Mas não será fácil, tendo em vista a força do lobby das empresas.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Festival de demofilia



Na ânsia de reverenciar o povo, os poderes federais competem, às cotoveladas, para fazer da noite para o dia o que a rua subitamente se pôs a cobrar com veemência nos quatro cantos do País em mobilizações que surpreenderam cobradores e cobrados pela amplitude e difusão. Passada, vagarosamente, a hora do espanto – a presidente Dilma Rousseff, por exemplo, só se dirigiu às brasileiras e brasileiros para falar dos protestos 15 dias depois da primeira passeata de vulto, em São Paulo, contra o aumento das passagens de ônibus – a elite do poder, arfante, entrou em estado de quase pânico. Tudo virou uma sangria desatada a que é preciso acudir sem tardança, em meio a louvações tingidas de oportunismo, quando não de cinismo, à sabedoria popular.

Nesse festival de demofilia, em que até os políticos execrados pelas multidões, como o senador Renan Calheiros, dizem amá-las desde criancinha – ninguém superou a presidente da República em voluntarismo e irresponsabilidade. Personalista como sempre, não consultou nem a magistratura, nem o seu vice, Michel Temer, conhecedor de direito constitucional, nem mesmo os líderes da base aliada, antes de sacar uma descabelada proposta de realizar um plebiscito para convocar uma Assembleia Constituinte com a finalidade exclusiva de promover a reforma política, à revelia do Legislativo. Como se dissesse à rua: façamos nós o que aos políticos não interessa. O despautério durou menos de 24 horas. Alertada para o que a iniciativa significaria – uma ruptura da ordem jurídica baseada na Carta de 1988 –, mandou dizer que mudara de ideia porque, haja cinismo, tardaria a se consumar.

Na realidade, nem se consumaria, porque o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, correu a avisar que a proposta não passaria pela Casa. Dilma saiu-se então com a fórmula salvadora que os políticos lhe sugeriram: submeter o projeto de reforma política que derivasse de um acordo entre os Três Poderes a um plebiscito a ocorrer a tempo de seus resultados entrarem em vigor já nas eleições de 2014, ou seja, antes de 5 de outubro próximo. Depois de uma campanha de esclarecimento praticamente relâmpago, o eleitorado seria chamado a responder a um questionário de múltipla escolha sobre financiamento de campanhas (público ou privado), sistema eleitoral (distrital puro, distrital misto, "distritão" estadual ou proporcional, como o vigente) e tudo o mais que Executivo e Legislativo resolvessem incluir.

Trata-se de um rematado absurdo: plebiscitos são formas de democracia direta aplicáveis a decisões do tipo binário, como a consulta de 1993 sobre presidencialismo ou parlamentarismo, além de quaisquer questões suscetíveis de resposta sim ou não. Afora o fato de que é preciso ter clareza do que se pretende com uma reforma política – nenhuma, diga-se desde logo, é um antídoto para a corrupção –, as normas que regem o exercício da política e os processos eleitorais em qualquer democracia contêm cláusulas e subcláusulas que não podem conflitar entre si, sob pena de ameaçar a integridade do sistema inteiro. Esse risco existe, por exemplo, se a alternativa preferida pela maioria em relação ao quesito tal for contraditória com a resposta vitoriosa ao quesito qual. Sem falar que dificilmente o eleitorado conseguiria expressar uma opinião bem informada sobre o item-chave da permissão ou proibição de coligações partidárias para deputados e vereadores.

Isso não é "elitismo". É o reconhecimento dos limites ao pronunciamento popular, se o que se deseja é uma ordem política verdadeiramente representativa e funcional, e não apenas – como parece ser a palavra de ordem em Brasília – bajular a população. (Ou instalar uma autocracia plebiscitária à venezuelana.) Uma coisa é reconhecer o distanciamento entre eleitores e eleitos, de que, por sinal, o Brasil não detém a exclusividade. Outra coisa é a epidemia de antipolítica nas esferas do poder. O presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, diz que os "grilhões partidários" pesam sobre a sociedade brasileira. Nem se trata de alijar o povo da reforma. Acicatado, o Congresso pode fazê-la – e submeter o resultado a um referendo.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Crise de desorientação



No encontro previsto para hoje com os líderes da oposição, a presidente Dilma Rousseff repetirá que a reforma política por plebiscito é fundamental para governo e Congresso provarem que ouviram e entenderam a voz da rua. E ela própria, se pelo menos uma vez deixar de lado o costume de fazer de suas audiências meros monólogos, relegando os seus convidados ao passivo papel de plateia, ouvirá críticas pesadas a essa sacada infeliz com que tentou passar a borracha sobre a mais desastrada de suas ideias desde que chegou ao Planalto – a convocação, mediante consulta popular, de uma Constituinte exclusiva para mudar as regras do sistema eleitoral e da atividade política.

Mesmo que seja escasso o tempo que ela lhes conceder na reunião, os deputados e senadores oposicionistas darão o troco em seguida, na entrevista coletiva de praxe em tais ocasiões, ainda em palácio. Será um replay das acres expressões de descontentamento transmitidas à imprensa pela maioria dos dirigentes sindicais chamados pela presidente na quinta-feira. Foi o primeiro grupo a desfrutar do duvidoso privilégio de ser instado a aderir ao plebiscito da reforma – na véspera, quando foi a vez da cúpula da OAB, a Constituinte exclusiva ainda não tinha recebido a extrema-unção. A reação dos sindicalistas foi além do esperado, mesmo levando em conta que, sob Dilma, eles perderam a condição de interlocutores especiais a que foram alçados pelo antigo metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva e parcela substancial do espaço que detinham no aparelho do governo.

Contribuiu para isso o "estilo Dilma". Depois de falar sem interrupções durante 35 minutos – quando exortou os ouvintes a suspender a greve geral marcada para 11 de julho contra a inflação alta e o crescimento baixo –, deu os trâmites por findos, sem mais aquela, assim que os inscritos para falar opinaram sobre a situação nacional. Diante dos jornalistas, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva, a acusou de ter feito uma reunião para discorrer sobre os seus "planos mirabolantes". Acrescentou que "saímos daqui como sempre saímos, sem encaminhamento das nossas reivindicações". Até aí, nada de mais: ele joga para a sua arquibancada. Mas o fato é que o defensor de Dilma, o presidente da CUT, Vagner Freitas, foi menos do que convincente ao retrucar que o encontro se destinara a tratar das demandas da rua e não da agenda sindicalista.

A verdade, quem diria, foi enunciada pelo mais radical dos presentes, o presidente do PSTU e coordenador do CSP-Conlutas, José Maria de Almeida. O plebiscito de Dilma, apontou, "é para desviar a atenção da crise de seu governo". Tanto é manobra diversionista que o tema da reforma política foi mencionado por apenas 1% dos participantes dos protestos, em pesquisa do Datafolha na Avenida Paulista. (Contra a corrupção foram 50%; contra o aumento das passagens, 32%; e por transporte melhor, 19%.) E tanto o governo está em crise que, para citar uns poucos exemplos, o PT não para de falar mal de sua condutora pelas costas; o PMDB está "por aqui" com o tratamento que ela lhe dispensa e que culminou com o anúncio da Constituinte exclusiva sem consulta prévia ao vice (e constitucionalista) Michel Temer; e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ficou nu – e só – diante de seus inimigos numa audiência, anteontem, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Estavam presentes apenas 6 dos seu 36 membros titulares, o que deu margem ao sarcasmo do deputado Rodrigo Maia, tão logo Mantega se acomodou. "Ou o ministro está muito fraco ou os deputados já foram embora", fustigou. Depois de sua exposição previsivelmente otimista sobre "a nova matriz econômica", Mantega foi praticamente esfoliado pela oposição, que não se guardou de pedir a sua cabeça. "O ministro sofre de um surto psicótico", investiu ainda Maia. "A crise de confiança (*no governo*) se chama Guido Mantega e equipe econômica." O seu companheiro de partido, Mendonça Filho, desdenhou da exposição do ministro chamando-a de "ficção científica". Juntou-se a eles, entre outros, o tucano Duarte Nogueira, para diagnosticar que o governo "está feito uma barata tonta". É uma descrição apropriada.

E o que o STF tem a dizer?

O Supremo Tribunal Federal (STF) viveu um dia agitado na quarta-feira passada. Determinou a imediata expedição do mandado de prisão contra o deputado Natan Donadon (PMDB-RO), condenado em outubro de 2010 a 13 anos, quatro meses e dez dias de prisão em regime inicialmente fechado. E empossou o advogado carioca Luís Roberto Barroso, indicado pela presidente Dilma Rousseff para o lugar de Carlos Ayres Britto. O deputado Natan Donadon, condenado pelos crimes de peculato e formação de quadrilha, será o primeiro parlamentar preso desde a redemocratização do Brasil, consumada na Constituição de 1988. A decisão da última instância sucedeu à tomada das ruas de muitas cidades brasileiras por multidões reclamando da impunidade gozada por corruptos, entre outros criminosos. E o novo membro da Corte registrou na posse a "demanda social por reforma política e pelo fim da corrupção".

Barroso tem razão. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que os tribunais julgaram apenas 34% das ações penais de crimes contra a administração pública, entre os quais a corrupção e outros delitos que poderão se tornar "hediondos" quando o projeto nesse sentido, ressuscitado pelo clamor das ruas, virar lei. No fim de 2012, o CNJ estabeleceu a Meta 18, que exige a conclusão, até o fim deste ano, de todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos à Justiça até 2011. Ainda há 77 mil processos desses dois grupos a serem julgados pelos tribunais, total bastante superior aos pouco mais de 45 mil casos avaliados entre o estabelecimento da meta e a última segunda-feira.

O STF não é uma exceção a essa regra de morosidade. Há 32 meses, o Supremo tem analisado e decidido sobre recursos interpostos pelos advogados de defesa do deputado Donadon, que até a decisão definitiva de quarta-feira exercia livremente seu mandato na Câmara dos Deputados. Esta foi tomada pela relatora do processo, a ministra Cármen Lúcia, seguida pelos colegas da Corte, que consideraram que o novo recurso proposto agora – embargo de declaração alegando que Donanon não poderia ser preso porque era deputado – "tinha caráter meramente protelatório". Ela remeteu ordem de prisão à Polícia Federal (PF) e notificou o réu e a Câmara, que logo mostrou ter ouvido o clamor dos protestos nas ruas: no mesmo dia, abriu processo de perda de mandato e, com apoio dos líderes partidários, o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), avisou que o "nobre par" poderia ser preso antes da conclusão desse processo interno.

As palavras de ordem das manifestações populares inspiraram também o novo membro do STF, o quarto indicado por Dilma. "Eu vejo esse movimento social como algo positivo", disse. Para ele, "essa manifestação pacífica, energia criativa e construtiva que está vindo das ruas, da sociedade brasileira, certamente fará muito bem".

Enquanto o novo ministro discursava, uma manifestação ganhava corpo no lado de fora do Palácio da Justiça, na Praça dos Três Poderes. Barroso não perdeu a ocasião para comemorar o fato: "É um bom símbolo para minha posse a juventude e o povo na rua pacificamente, pedindo para o País melhorar. As instituições têm o dever de levar em conta a voz das ruas e procurar atender às demandas sociais. Há demanda social por reforma política, há demanda social pelo fim da corrupção e, portanto, as instituições têm que estar atentas a isso e seremos capazes de dar respostas adequadas à população".

Barroso disse ainda que há questões mais importantes do que o mensalão a serem julgadas no Supremo. Não é bem isso o que o povo na rua acha.

Os manifestantes de Brasília desafiam a antiga constatação de que a mudança da capital do Rio para o Planalto Central distanciou a Nação do Estado, dificultando a pressão da opinião pública sobre os Poderes republicanos. É bom que a sociedade se faça ouvir pelas autoridades. O ministro e o STF não podem, entretanto, esquecer de que o povo na rua anseia por ouvir o que esses Poderes – inclusive o Judiciário – lhe têm a dizer.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A aventura e o vespeiro



Bastou uma jornada de conversas com os líderes da base aliada e os presidentes da Câmara e do Senado – três sessões somando 11 horas – para a presidente Dilma Rousseff se deparar com a enrascada em que se enfiou ao propor a reforma política por plebiscito, a fim de se manter à tona depois do naufrágio da convocação, também por plebiscito, de uma Assembleia Constituinte para mudar, à revelia do Congresso, as regras do sistema eleitoral e da atividade política. Lançando às águas o Titanic saído dos estaleiros do Planalto, sem lastro político e muito menos jurídico, Dilma queria que se acreditasse que ela navegava no mesmo rumo da esquadra de protestos populares que percorre o País. A sua intenção primeira, na verdade, era efetuar uma manobra para desviar as atenções gerais do fracasso de seu governo em fazer o Estado servir ao povo – que é o que as manifestações exigem. A alternativa a que se agarrou, porém, é quase tão catastrófica quanto o disparate original.

Na maratona de reuniões de anteontem, Dilma viu que o Congresso quer assumir o controle da consulta popular que, por ela, se concentraria no financiamento das campanhas e na fórmula de eleição de deputados. Só que os políticos destamparam um vespeiro ao incluir na agenda o fim da reeleição, a partir de 2018, com mandato único de cinco anos para presidente, governadores e prefeitos. Será um retrocesso, diga-se de imediato. Na soma algébrica de prós e contras, o Brasil saiu ganhando com a adoção, em 1995, do modelo que na prática confere um mandato de oito anos aos governantes, com um *recall* a meio caminho. O esquema favorece a continuidade administrativa sem privar o eleitor da chance de substituir os titulares que não tiverem correspondido às suas esperanças. Há ainda uma baciada de outras propostas que, se incluídas no plebiscito, o transformariam numa inviável lista de compras.

Por exemplo, a extinção das coligações partidárias nas disputas para a Câmara Federal e os Legislativos estaduais e municipais; o fim do voto obrigatório; a adoção da cláusula de barreira para as siglas que não tiveram obtido determinada porcentagem de votos nas eleições parlamentares; a participação, nesses pleitos, de candidatos não filiados a partidos; e a coincidência dos mandatos em todas as esferas. A amplitude e a variedade dos dispositivos que podem compor o sistema político-eleitoral deixam claro outra coisa, além do absurdo de serem escolhidos mediante plebiscito, quanto mais não seja pelo risco de serem aprovados nas urnas quesitos conflitantes entre si. Demonstram que não é apenas a resistência interesseira dos congressistas que trava, entra ano, sai ano, a reforma política. Efetivamente, não é trivial construir consensos para a implantação de um conjunto presumivelmente articulado de normas dessa ordem de complexidade. Ainda mais quando falta clareza sobre o que, afinal de contas, se pretende com a mudança e faltam lideranças políticas aptas a dar um norte ao debate.

Em face disso, chega a ser escandaloso – e prova cabal de despreparo, oportunismo e irresponsabilidade – que a mais alta autoridade do País queira que a consulta seja formatada, explicada e realizada a toque de caixa, para que os seus resultados possam virar lei até 5 de outubro próximo e, assim, valer para as eleições de 2014. A menos, como o PT espertamente sugere, que se recorra à gambiarra de uma emenda constitucional que suspenderia a regra de ouro da anualidade para a entrada em vigor de alterações nos estatutos eleitorais. Na reunião com os líderes aliados, Dilma teve o dissabor de descobrir que o senador Ciro Nogueira, presidente do PP, concorda com o que a oposição defende desde a primeira hora: no lugar do plebiscito, o eleitorado seria chamado a julgar a reforma que o Congresso aprovar.

Para a anfitriã, seria o fim do mundo se a maioria rejeitasse as suas decisões (a exemplo do que aconteceu com a proposta do desarmamento, no referendo de 2005). Na realidade, como já se observou, ela não quer dar o braço a torcer para não passar vergonha: seria o seu segundo recuo político em questão de dias. E a Nação que arque com os efeitos da aventura dilmista.

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getulio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A política nas ruas



As manifestações populares que tomaram as ruas nas últimas semanas, entre os resultados concretos que já produziram – como a redução das tarifas dos transportes – e outros que certamente ainda provocarão, colocam a nu a monumental realização de Lula e do PT em pouco mais de dez anos no poder: a debilitação, quase a anulação, do debate político em seu maior foro institucional, o Parlamento.

Na falta de quem exprimisse seus anseios e necessidades mais prementes – captá-los e processá-los é função dos políticos, numa democracia representativa –, o cidadão saiu às ruas para dizer ele próprio o que pensa e o que quer do governo. É simples assim. Menos mal, é claro, que vivemos num país em que o cidadão tem a liberdade de sair às ruas para se manifestar. Mas é muito ruim que seja forçado a esse exercício democrático porque se cansou de ver obstruídos os canais institucionais que, por definição, existem para representá-lo.

Esse gravíssimo sintoma do mau funcionamento do sistema democrático só pode ser debitado na conta de quem tem a responsabilidade de manejá-lo: o governo.

E o simples fato de o governo ter sido constrangido a vir a público para admitir que o coro das ruas tem razão e para anunciar providências emergenciais para atendê-lo leva à inescapável conclusão: se o governo tivesse tido a competência de fazer antes, no tempo certo, o que está tentando fazer agora, sob a pressão do clamor popular, os brasileiros estariam hoje celebrando em paz o país de sonho que o PT prometeu e não entregou.

O fato é que o lulopetismo, do alto de sua soberba, messiânico e populista, a partir de 2003 tomou enorme gosto pelo poder e passou a cultivar a obsessão de nele se perpetuar. Uma ambição até legítima, se sustentada de forma genuinamente democrática.

Mas está longe de ser democrático quem sustenta seu poder – para ficarmos apenas no caso do Congresso Nacional – por meio da subjugação das instituições, exatamente aquelas que têm a missão constitucional de representar os cidadãos (a Câmara dos Deputados) e as unidades federadas (o Senado Federal), além de fiscalizar os atos do Executivo. Pois foi exatamente essa a tarefa a que, inicialmente sob o desastrado comando do mensaleiro José Dirceu, o PT se dedicou com afinco: transformar o Congresso Nacional num mero balcão de negócios, silenciando a discussão das grandes questões políticas do País com a generosa distribuição de toda sorte de vantagens pessoais, inclusive de nacos de poder. Afinal, para que debate, se os iluminados donos do poder sempre souberam perfeita e exatamente o que o povo quer?

É claro que, a partir do instante em que senadores e deputados se mostram incapazes e desinteressados de atuar em sintonia com o sentimento popular, se abre espaço para o clamor das ruas. Trata-se de reação saudável do ponto de vista da democracia, mas obviamente excepcional. A necessária participação popular nos sistemas democráticos tem à sua disposição mecanismos e foros adequados, de organizações não governamentais e entidades associativas aos partidos políticos. Mas é nos Parlamentos que devem desaguar as aspirações populares.

Por essa razão é que, por meio da cooptação puramente fisiológica dos partidos no Congresso Nacional, o lulopetismo vinha tentando impor-se absoluto e incontrastável na missão de definir os rumos do País. Vinha – até que as ruas se tingiram de verde-amarelo e chamaram para si a definição da agenda política prioritária e aos atônitos governantes não restou senão correr atrás do prejuízo.

A teoria da separação e autonomia dos Poderes constitui o núcleo duro do sistema democrático de governo. Sua prática, entretanto, depende da competência com que os atores da cena política logram equilibrar o jogo de interesses conflitantes inevitável em qualquer tipo de convivência humana. Aqui, lamentavelmente, o lulopetismo alterou em seu benefício o equilíbrio entre os Poderes da República ao impor o fisiologismo como moeda corrente da vida pública nacional. Despolitizou o Parlamento. O resultado está nas ruas.

A rejeição da PEC 37

O Executivo e o Legislativo estão dando respostas irrefletidas a algumas das reivindicações levadas às ruas pelas manifestações dos últimos dias. A rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 37, pela Câmara dos Deputados, é exemplo disso. Até o início das manifestações, a aprovação dessa PEC – que proibia explicitamente o Ministério Público (MP) de realizar investigações criminais e executar diligências, reforçando a competência exclusiva das polícias judiciárias – era dada como certa. Para tentar aplacar os protestos, a Câmara mudou de entendimento e derrubou a PEC por 430 votos contra 9. A Mesa da Câmara chegou a anunciar que a votação seria adiada para agosto, mas o presidente Henrique Alves (PMDB-RN) voltou atrás, fazendo um apelo pela rejeição, alegando que "o povo brasileiro quer cada vez mais combate à corrupção".

No plano político, a decisão primou pelo oportunismo. No plano técnico, ela terá efeitos desastrosos. Alegando que os promotores e procuradores têm exorbitado de suas competências, os delegados das Polícias Civil e Federal argumentavam que a PEC 37 redefinia as competências das duas categorias, evitando conflitos funcionais. Temendo perder poder e prestígio institucional, os MPs federal e estaduais alegaram que a aprovação da PEC 37 comprometeria a autonomia da instituição, impedindo-a de "combater a impunidade". O lobby dos promotores foi mais forte que o dos delegados e o marketing político prevaleceu sobre a racionalidade jurídica.

Essa disputa corporativa dura 25 anos. Ela começou quando promotores e procuradores, depois de terem pressionado a Assembleia Constituinte a definir o MP como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado", incumbida "da defesa da ordem jurídica e do regime democrático", passaram a se comportar como se pertencessem a um Poder tão autônomo e soberano quanto o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Sentindo-se independentes, muitos promotores colocaram suas prerrogativas a serviço de ideologias, partidos e movimentos sociais. Vários macularam a imagem de governantes e promoveram perseguições políticas, com base em denúncias infundadas. E alguns até chegaram a usar suas prerrogativas para pressionar o Executivo a formular políticas públicas, como se tivessem mandato parlamentar.

A PEC 37 foi uma reação das Polícias Civil e Federal contra esses abusos. E, ao contrário do que dizem promotores e procuradores, ela apenas estabelecia de forma mais precisa o que já consta da Constituição. Embora atribua competências específicas ao MP, como patrocinar com exclusividade ações penais públicas, impetrar ação civil pública e exercer o controle externo, a Constituição não faz menção às prerrogativas dos promotores e procuradores em matéria de investigação criminal. Invocando a tese de que quem pode o mais também pode o menos, a categoria alegou que, se tem exclusividade na proposição de ações penais públicas, implicitamente detém competência para fazer investigações criminais.

A interpretação é enviesada. Se a Assembleia Constituinte não incluiu a investigação criminal na lista de competências específicas do MP, enunciada pelo artigo 129, é porque não quis dar ao MP uma força institucional que pusesse em risco as garantias processuais dos cidadãos. Afinal, o MP é parte nas ações judiciais. Por isso, não faz sentido que, nos inquéritos criminais, os promotores e procuradores sejam simultaneamente acusadores e condutores da investigação. Isso desequilibra o devido processo legal, na medida em que a outra parte – a defesa – não pode investigar nem promover diligências. Além do mais, a Constituição é clara ao afirmar que cabe às Polícias Civil e Federal exercer a função de polícia judiciária – e, por tabela, presidir inquéritos criminais.

Como se vê, a PEC 37 em nada impediria o MP de coibir a corrupção e a impunidade. A emenda foi rejeitada porque, assustados com os protestos em todo o País, os parlamentares estão agindo precipitadamente para dar respostas ao clamor das ruas.

O ESTADO DE S. PAULO

Uma oportunidade rara

Três decisões tomadas pelo prefeito Fernando Haddad – como resposta às manifestações, que já o haviam levado a cancelar o aumento das passagens – criam condições para, em princípio, ao mesmo tempo lançar luz sobre o funcionamento do nebuloso serviço de ônibus da capital e, com base nisso, apontar em seguida as medidas a serem tomadas para melhorá-lo. "Em princípio", porque toda prudência é pouca no trato desse problema. Ele envolve poderosos interesses diante dos quais recuaram todos os prefeitos que nas últimas décadas tentaram resolvê-lo.

Haddad cancelou a licitação para a renovação, em novas bases e por 15 anos, dos contratos de concessão do serviço, que venceu dia 17; anunciou a criação de um Conselho Municipal de Transportes, que deverá discutir o modelo de transporte público da cidade e será integrado por representantes da Prefeitura, dos usuários, dos empresários do setor, do Tribunal de Contas do Município e do Ministério Público; e orientou seu partido, o PT, a pedir a criação de uma CPI na Câmara Municipal para investigar os custos e o funcionamento do serviço de ônibus, evitando que vingasse solicitação semelhante feita pela oposição.

O objetivo, segundo o prefeito, é tornar transparente o processo de renovação dos contratos. "Se há dúvida das ruas sobre o assunto, nossa obrigação é dirimi-las", afirmou em entrevista ao **Estado**, para que a solução a que se chegar "dê segurança para o investidor e para a população de que a remuneração é justa e o preço é justo". Pôr tudo em pratos limpos, abrir a caixa-preta do serviço de ônibus da capital, mostrando quais são exatamente os custos e ganhos das empresas que dominam o setor, é uma velha aspiração da população, que paga por ele de duas formas – diretamente por meio das passagens dos usuários e indiretamente por meio dos subsídios, que vêm do dinheiro de seus impostos. É preciso saber como e por que se paga caro por um serviço notoriamente ruim.

Os novos contratos que resultariam da licitação cancelada continham alguns avanços com relação aos atuais, como uma mudança na fórmula de remuneração das empresas. Em vez de ter como base só o número de passageiros, como acontece hoje – o que leva à superlotação dos ônibus como forma de aumentar os ganhos –, a fórmula proposta dava grande peso também ao número de viagens realizadas. As empresas estavam, é claro, descontentes com medidas como essa, que reduziriam seus ganhos – embora nem por isso eles fossem deixar de ser importantes – para aumentar o conforto dos passageiros.

É nessa direção que – espera-se – a Prefeitura continue a caminhar. Outra medida importante, na qual os especialistas insistem há muito tempo, é a reorganização das linhas, a ser feita de acordo com as necessidades da população e não os interesses das empresas.

Essa não é uma tarefa fácil. As empresas estão contentes com a situação atual. Elas formam um cartel, que até agora impediu a entrada de concorrentes, como reconhece o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). No governo Marta Suplicy, quando foram assinados os atuais contratos, ele era secretário de Transportes e propôs um bom modelo para o serviço de ônibus, elogiado pelos especialistas, que infelizmente não foi implementado. A seu ver, o cartel deve ser quebrado com a estatização do transporte. Se isso não for possível, deve-se mudar a forma de remuneração das empresas.

Para tornar realidade qualquer uma dessas hipóteses – às quais se deve acrescentar a da quebra do cartel por meio da contratação, sempre possível, de empresas de fora –, será necessária uma alta dose de coragem e determinação do prefeito, porque essa, como se diz, é briga de gente grande.

Mas Haddad reúne hoje condições propícias para fazer isso. Se a CPI não for usada politicamente e se o Conselho funcionar como deve, poderá se abrir a caixa-preta dos ônibus e isso fará o prefeito marcar pontos ante a opinião pública, tão sensível a essa questão. Saberá ele aproveitar essa oportunidade?